

VALDIR FERREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TURVO-GRANDE/SP.**

ARARAQUARA/SP

2006

VALDIR FERREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TURVO-GRANDE/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade. Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Doutor Zildo Gallo.

ARARAQUARA/SP

2006

VALDIR FERREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TURVO-GRANDE/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade. Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Aprovado em: _____, _____ de _____ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Zildo Gallo – Orientador/UNIARA. _____

Prof. Dr. José Carlos Lopes - FAMERP. _____

Prof. Dr. Oriowaldo Queda – USP/ESALQ e UNIARA. _____

**Araraquara
São Paulo - BRASIL
2006**

À minha família,
mãe, esposa e filhos,
com a qual compartilho no
cotidiano a ética e a solidariedade.

A eles as desculpas pela minha determinação em
aprender, privando-os da convivência, sempre agradável.

Aos meus filhos pela paciência ao digitarem, corrigirem e
novamente digitarem, tantas e tantas vezes.

Aos amigos que fazem da resistência, cooperação e
solidariedade momentos de construção coletiva de
um outro mundo, socialista, possível.

Aos amigos Zildo, Queda e Cacau pela
visão planetária na abordagem
das questões do trabalho
e suas contradições.

AGRADECIMENTOS

Pensar a dissertação como trabalho solitário é um equívoco. São momentos férteis ao compartilhamento de idéias, reflexões, apoio e contato com atores sociais diversos, pessoas próximas e distantes, conhecidas e conhecendo.

Agradeço, assim, a participação dos amigos Magno Evangelista, geógrafo, na pesquisa de campo, com as pessoas que praticam a economia solidária; Eduardo Spósito, sociólogo, com o qual compartilhei idéias e contei com a disponibilidade para ouvir, debater e contribuir; Francisco Chiaravalloti, engenheiro, por dizer que era fácil e ajudar nos momentos difíceis; e amiga Maria Sílvia Moraes, socióloga, que facilitou a organização metodológica do trabalho; e outros que estiveram sempre presentes, motivando, contribuindo, disponíveis. Agradeço ...

Ao Zildo Gallo, orientador, pelas contribuições e observações constantes de que pesquisar e escrever são coisas simples. Como também, por ter facilitado o acesso ao pensamento de Boaventura, Sachs, Boff e outros que possibilitaram minha aproximação com o conceito de economia solidária.

Ao Oriowaldo Queda, pela disposição, contribuições e questionamentos que ofereceu ao trabalho, provocando-me a ir adiante com as posições críticas. À Vera, Denílson, Janaína e João Sé, pelo acolhimento, orientações e reflexões que contribuíram com o trabalho.

Às meninas Adriana e Ivani, sempre companheiras e dispostas a ajudar. Agradeço pela amizade e paciência que tiveram com minha resistência à burocracia.

Aos colegas do mestrado, cuja convivência foi motivo de alegria e discussão nestes anos. Aprendi com todos e continuo aprendendo com o Silvestre, Aguinaldo, Luciane, Zé Renato, Valéria, Alcir, e tantos outros.

Mas é preciso que todos saibam: este trabalho começou há dez anos, nos contatos com a Dalete (Triângulo), Vera (Antunes), Cida Novaes (Laranjeiras), Cida da Garapa (Piedade), Cida Andrade (Triângulo), Sueli (Marajó), Ivaldice (Triângulo) e Pedro (Marajó), lideranças de núcleos favelados em São José do Rio Preto/SP. Com a Dalete conheci os moradores da favela Triângulo e aprendi o significado de “cooperativa”. Com todos participei do movimento de mulheres na luta pela moradia, que teve o apoio do então vereador Cacau, resultando no Parque da Cidadania.

A todos, minha gratidão.

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas”.

(Vladimir Maiakovski)

“A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”.

(Paul Singer)

RESUMO

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Economia Solidária; Autogestão; Políticas Públicas.

O presente trabalho tratou das experiências em economia solidária na Região Turvo-Grande, Estado de São Paulo. O debate entre aqueles que consideravam as possibilidades revolucionárias dos empreendimentos cooperativos e os que acreditavam em seu caráter reformista já dividia o movimento sindical e operário no final do século XIX. A questão sobre as possibilidades efetivas dos empreendimentos cooperativos se constituíram em avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão e controle coletivo dos meios de produção, superando assim a subordinação ao capital, continua polêmica nos dias de hoje. Este trabalho propôs-se a estudar tal questão na região Turvo-Grande/SP pesquisando os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as políticas públicas municipais a eles relacionadas. Assim, seu objetivo foi caracterizar tal região, os EES e os principais fatores que contribuem para essas formações sociais. Para tanto, foi realizado o levantamento de aspectos socioeconômicos e ambientais da região; a identificação e caracterização de EES; e a identificação das políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária. Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva, um inventário quantitativo e qualitativo de experiências e práticas sociais realizado com observação direta, entrevistas e questionários, em contato com pessoas dos EES, Prefeituras e Entidades de apoio na região. Os resultados apontaram a economia regional em expansão, com maior precarização das relações e descarte da força de trabalho; a resistência de trabalhadores à marginalização, com práticas sociais alternativas, de sobrevivência e reciprocidade, geradoras de experiências que possibilitam aos trabalhadores envolvidos experimentar ou, ao menos, visualizar a possibilidade de outra forma de se organizar a produção através da gestão cooperativa e controle coletivo dos meios de produção e seus resultados, como processo de construção autogestionária.

ABSTRACT

Keywords: Development, Solidary Economic, Self-Management, Public Politics

The present work dealt with the experiences in solidary economy in Turvo-Grande are, São Paulo state. The debate between those who considered the revolutionary possibilities of cooperative enterprises and those who believed in their reformist character has already divided the syndicate and work mobilization at the end of XIX century. The question on the effective possibilities of the cooperative enterprises be an advance in the direction of the biggest democratization of the work, through the self-management and the collective control of the means of production overcoming the subordination to the money, continues controversial nowadays. This work set out to study this question in Turvo-Grande/SP area searching the Reciprocal Economic Enterprises (EES) and the municipal public politics related to them. Thus, its aim was to characterize such region, the EES and the main factors that contribute for these social formations. For in such a way, a survey of social-economic and environmental aspects of the area, the EES identification and characterization, and identification of the municipal public politics related to the solidary economy were carried out. It is about an exploring and descriptive survey, a quantitative and qualitative inventory of social experiences and practices carried out with people of the EES, City Halls and Entities of support in the area. The results pointed the regional economy in expansion, with bigger precariousness of the relations and discarding of the work force, the resistance of workers to the marginalization, with social and alternative practices of survival and reciprocity, generating of experiences that make possible the involved workers to try or, at least, to visualize the possibility of another form of organizing the production through the cooperative management and collective control of the means of production and its results, as process of self-manager construction.

F444e Ferreira, Valdir

Economia Solidária: experiências na região Turvo-Grande/SP. - Valdir Ferreira. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2006.

118 p. ilus.

Dissertação de Mestrado – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

1. Economia Solidária. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDU – 574-4.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	EES por município, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005.	69
Figura 2	EES por ano de início de atividades, Região Turvo-Grande/SP, dez/2005.	70
Figura 3	EES por forma de organização, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	70
Figura 4	Fatores que motivaram a criação de EES, Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	71
Figura 5	EES por área de atuação na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	72
Figura 6	Número de EES e associados por escala na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	73
Figura 7	EES e variação do número de associados, nos últimos 12 meses, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	74
Figura 8	EES por atividade coletiva na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	75
Figura 9	EES por atividade econômica na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	76
Figura 10	Produtos ou serviços mais produzidos pelos EES na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	77
Figura 11	EES por situação da sede ou local de funcionamento na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	78
Figura 12	EES e situação dos equipamentos na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	78
Figura 13	EES e destino dos produtos e/ou serviços na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	79
Figura 14	EES por destino de produtos e serviços nas operações de venda e troca, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	80
Figura 15	EES por origem dos recursos para iniciar as atividades na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	82
Figura 16	EES por tipo de investimento realizado nos últimos 12 meses na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	83
Figura 17	EES por fonte de crédito ou financiamento na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	83
Figura 18	EES por finalidade do financiamento/crédito na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	84
Figura 19	EES por tipo de dificuldade enfrentada na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	85
Figura 20	EES os tipos de apoio, assessoria, assistência ou capacitação na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	86

Figura 21	EES por tipo de instituição de apoio na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	86
Figura 22	EES por instâncias de direção e coordenação na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	87
Figura 23	EES e formas de participação de associados nas decisões na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	88
Figura 24	EES por periodicidade de assembléia geral de associados (as) na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	89
Figura 25	EES e os resultados da atividade econômica no ano anterior na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	89
Figura 26	EES por tipo de remuneração (destino das sobras) dos associados (as) que trabalham na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	91
Figura 27	EES e os benefícios, garantias e direitos aos associados (as) que trabalham na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	92
Figura 28	EES por tipo de trabalho de não associados (as) na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	93
Figura 29	EES por tipo de rede ou fórum de articulação em que participam na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	95
Figura 30	EES por tipo de movimento dos quais participam, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	96
Figura 31	EES por área de ação social ou comunitária em que participam na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	96
Figura 32	EES por área de iniciativas quanto à qualidade de vida de consumidores (as) na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	97
Figura 33	EES por tipo de tratamento e/ou destino dado aos resíduos gerados, na Região Turvo-Grande/SP, dez/2005	98

LISTA DE QUADROS

Quadro	1	Localização da região Turvo-Grande/SP no Estado de São Paulo, 2006.	51
Quadro	2	Síntese dos dados hidrológicos da região Turvo-Grande/SP, 2001.	61
Quadro	3	EES por município na região Turvo-Grande/SP, 2005. - Anexo	121

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPTI	Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EGE	Equipe Gestora Estadual
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FR	Fundo de Reserva
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IQA	Índice de Qualidade da Água
IQR	Índice de Qualidade de Resíduos
JUCESP	Junta Comercial no Estado de São Paulo

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEA	População Economicamente Ativa
PESD	Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SEDAI	Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SEST	Serviço Social do Transporte
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UGRHI	Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Identificação de EES por município da região Turvo-Grande/SP, 2005.	47
Tabela	2	Projeção populacional da região Turvo-Grande/SP, 2000.	53
Tabela	3	Municípios por classe populacional na região Turvo-Grande/SP, 2000.	54
Tabela	4	Evolução de estabelecimentos e empregos na região Turvo-Grande/SP, 1996/2001.	57
Tabela	5	PEA e emprego formal em municípios com maior e menor PEA, na região Turvo-Grande/SP, 2000.	58
Tabela	6	Disponibilidade hídrica na região Turvo-Grande/SP, 2000.	62
Tabela	7	Cargas poluidoras orgânicas domésticas dos municípios com EES, na região Turvo-Grande/SP, 1999.	63
Tabela	8	EES no Brasil, no Estado de São Paulo e na região Turvo-Grande/SP, 2006.	67
Tabela	9	Posição do Estado de São Paulo na Federação quanto aos EES, 2006.	68
Tabela	10	Municípios com EES na região Turvo-Grande/SP, 2006.	101
Tabela	11	Políticas Públicas relacionadas à ES, na região Turvo-Grande/SP, 2006.	102
Tabela	12	Entidades de apoio apontadas pelos EES na região Turvo-Grande/SP, 2006.	103
Tabela	13	Evolução da População residente nos municípios com EES, na região Turvo-Grande/SP, 1980 a 2020. - Anexo	119
Tabela	14	PEA x Emprego Formal nos municípios com EES na região Turvo-Grande/SP. - Anexo	120

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
Lista de Figuras	ix
Lista de Quadros	xi
Lista de Siglas	xii
Lista de Tabelas	xiv
INTRODUÇÃO	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO	8
1.1 Economia global e exclusão social	8
1.2 Em busca de um novo modelo	12
1.3 Economia solidária	22
1.3.1 Inclusão social pelo trabalho	28
1.3.2 Processos autogestionários e formação	30
1.4 Papel do estado na economia solidária	36
1.4.1 Inserção cidadã: a economia como imperativo ético	39
1.4.2 Políticas públicas: inclusão social e desenvolvimento	42
2 METODOLOGIA	44
2.1 Universo empírico	45
2.2 Definição da amostra	46
2.3 Caracterização dos EES na região Turvo-Grande/SP	47
2.4 Identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária	48

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
3.1 Caracterização socioeconômica e ambiental da região Turvo-Grande/SP ..	50
3.1.1 Dinâmica demográfica	51
3.1.2 Aspectos econômicos	54
3.1.3 Aspectos ambientais	60
3.1.4 Considerações sobre a Região Turvo-Grande/SP	64
3.2 Identificação e caracterização dos EES na região Turvo-Grande/SP	66
3.2.1 Identificação, abrangência e características gerais	67
3.2.2 Atividade econômica	73
3.2.3 Investimentos, acesso a créditos e apoios	81
3.2.4 Gestão do empreendimento	86
3.2.5 Situação de trabalho no empreendimento	89
3.2.6 Dimensão sociopolítica e ambiental	93
3.2.7 Considerações sobre os EES estudados na Região Turvo-Grande/SP	97
3.3 Identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária.....	100
3.3.1 Nível de estruturação de política pública	103
3.3.2 Participação social na construção da política pública	104
3.3.3 Implementação do programa e resultados	104
3.3.4 Recursos para execução do programa	105
3.3.5 Equipe de trabalho disponibilizada do programa	105
3.3.6 Relações com outros programas e práticas	106
3.3.7 Considerações sobre as políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária	106
3.4 Dificuldades da pesquisa	108
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

No estágio atual do sistema capitalista a divisão do trabalho substituiu dramaticamente homens e mulheres por máquinas, o que enfraquece a capacidade coletiva de articulação dos trabalhadores e os movimentos de base, de forma a comprometer a sua representatividade. O esvaziamento dos postos de trabalho, implicando na queda do nível de emprego, aumenta o contingente de trabalhadores na economia informal e precariza suas condições de vida e trabalho.

O avanço tecnológico, que dá o caráter dessa nova divisão do trabalho, resultou em aumento da produtividade do trabalho e em melhoria relativa da qualidade e expectativa de vida da população como um todo, em especial das classes mais abastadas. No entanto, este avanço não implicou em diminuição da jornada de trabalho, em aumento das oportunidades de emprego e de melhor formação da força de trabalho, ou em mais liberdade aos trabalhadores para o seu aprimoramento intelectual, em lazer e ócio criativos, enfim, em desenvolvimento humano. O aumento da riqueza produzida socialmente não teve sua repartição de forma a garantir a equidade social e a sustentar um projeto coletivo de qualidade de vida e construção da cidadania.

Sobre a questão do progresso técnico e suas implicações no mundo do trabalho, assinala o filósofo Fiori (2000 *apud* Espínola Soriano, 2003, p.11):

Não há nenhuma evidência de que estas modificações [tecnológicas] tenham alterado as relações sociais e as leis básicas e de longo prazo do sistema capitalista. Hoje, um terço da força de trabalho mundial – algo em torno de um bilhão de pessoas – está sem emprego, mas não vive em “cabanas eletrônicas”, não está no “setor de serviços” nem se dedica, aparentemente, ao ócio criativo. Pelo contrário, o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados [estão agora] como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. [...] Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970.

As afirmações de Fiori apontam que a forma atual do capitalismo, o neoliberalismo, continua incapaz de atender e fornecer trabalho e emprego, bem-estar social e qualidade de vida para toda a população. No Brasil, mais de 50% dos trabalhadores sobrevivem de trabalho marginal, informal, não assalariado, com renda familiar insuficiente e baixa escolaridade, sem a necessária proteção social. Tal quadro resulta da crise do trabalho provocada pelo

planejamento da reestruturação industrial sem considerar as conseqüências em termos de precarização das relações sociais e humanas.

O aumento do desemprego, aliado à saturação do mercado informal, levou os municípios, com base na Constituição Brasileira de 1988, a enfrentar o papel de indutor do desenvolvimento local¹, com a formulação de políticas públicas, em diferentes instâncias e regiões, e em alguns casos na criação de programas de geração de emprego e renda, cujos resultados, bastante diversificados, foram de modo geral insuficientes, diante do grau de precariedade das relações de trabalho resultante da mundialização neoliberal.

Nesse cenário, foram implementadas iniciativas próprias de trabalhadores, desempregados de fábricas falidas ou que estavam em desemprego crônico, cujo objetivo foi tentar a reinserção no mercado por intermédio de formas associativas de produção, organizadas como experiências em economia solidária. Esses empreendimentos resultam do esforço dos trabalhadores para reconquistar seus empregos, seja recolocando as empresas em que trabalhavam para funcionar, seja pela criação de experiências alternativas.

Mais recentemente, diante do crescimento expressivo dos empreendimentos vinculados a organizações como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social no Brasil (UNISOL), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Central de Cooperativas Populares do Rio Grande do Sul, alguns governos estaduais e municipais formularam políticas públicas e ampliaram seus programas de geração de renda para o fomento à economia solidária, implementando processos de incubação de grupos comunitários interessados na formação de cooperativas autogestionárias, bem como de apoio às empresas incorporadas coletivamente pelos trabalhadores.

A conjuntura atual demonstra que as formas capitalistas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade. Portanto, as experiências em economia solidária existentes, como iniciativas que objetivam tornar viável a inclusão social pelo trabalho e a melhoria contínua da qualidade de vida da população vulnerável, adquirem significativa importância frente à questão da emancipação social.

O estudo do conjunto de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), existentes nos municípios da região Turvo-Grande/SP, que representa uma luta contra a forma dominante e hegemônica de globalização, tem por objetivo contribuir para a construção,

¹ Dissertação em defesa no Centro Universitário UNIARA, com o título “O Governo Municipal como Indutor de Desenvolvimento Local: O Caso da Economia Solidária”, por Silvestre (2006).

ampliação e consolidação de políticas públicas de fomento à economia solidária, a partir do fortalecimento das práticas existentes e do enraizamento de seus valores no cotidiano da população trabalhadora.

A economia solidária, em qualquer contexto, não pode negar sua essência dialógica e desvelar práticas que visem criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social e evitar a sua dispersão. A ação do agente facilitador no processo de apoio, assessoria, fomento e incubação de iniciativas populares deve ser a de mediador do alargamento do presente, fundamentado na sociologia das ausências que, ao invés de sugerir a forma certa de ser e estar no mundo lerá na realidade o conjunto de opções existentes que permitem no presente a construção do futuro desejado (SANTOS, 2002, p.3).

A economia solidária surge de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Incorpora dimensões culturais, étnicas e ecológicas da sustentabilidade do desenvolvimento em que a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais são parte de um processo de emancipação.

Boaventura de Sousa Santos dirigiu um projeto intitulado “Reinventar a Emancipação Social: para Novos Manifestos”, cuja idéia é que a ação e o pensamento que sustentaram e deram credibilidade aos ideais modernos de emancipação social estão sendo profundamente questionados pelo fenômeno da globalização neoliberal, que tem redefinido contextos, objetivos, meios e subjetividade das lutas sociais e políticas.

A realização do projeto de investigação “A Reinvenção da Emancipação Social” levou o sociólogo Santos (2002, p.02) à seguinte reflexão sobre suas conclusões:

A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante; esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as idéias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes; para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos [...]. Ela é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas [assim] não basta propor um outro tipo de ciência social [...], é necessário propor um modelo diferente de racionalidade.

No Brasil, a partir das edições do Fórum Social Mundial, foi constituída a base para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o que ocorreu durante plenária

nacional, em Brasília, no mês de junho de 2003; isso levou o Governo Federal a criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Dirigida pelo economista Paul Singer, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária passa a fazer parte da agenda política do Estado, objetivando a implantação de políticas públicas para o seu desenvolvimento e fortalecimento em nível municipal, estadual e nacional. Embora não tenha adquirido status de ministério, o que poderia reforçar seu caráter de novo modelo de desenvolvimento, a SENAES é um avanço singular.

A SENAES tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional. Criada em junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão de governo federal, é parte da história de mobilização e articulação deste movimento social existente no Brasil.

Para tanto, implantou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) que tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Propôs-se, assim, à divulgação de informações sistematizadas a respeito da economia solidária, para tornar seu perfil, abrangência e potencialidades visíveis à sociedade, com base em indicadores quantitativos e qualitativos de sua existência no País.

Para a SENAES, a economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, com o controle coletivo dos meios de produção e participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento².

A SENAES realizou em 2005 o mapeamento dos empreendimentos solidários em todos os estados brasileiros. O mapeamento possibilitou a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), constituído por uma base nacional de informações, que proporcionou a visibilidade da economia solidária vem oferecendo subsídios aos governos e entidades da sociedade civil para a formulação de políticas públicas. O veículo escolhido para difundir a base de dados foi o Atlas da Economia Solidária no Brasil, publicado pela SENAES, em parceria com o FBES, em abril de 2006.

O SIES resulta, também, de parceria com o FBES, a partir da constituição de um Grupo de Trabalho, com a participação de representantes de entidades com experiência

² Divulgação em folder institucional do MTE/SENAES, 2006.

acumulada em mapeamento e constituição de banco de dados. A SENAES elaborou um termo de referência com as orientações teórico-metodológicas e políticas acerca da implementação do SIES, com base em reflexões acumuladas e experiências.

O mapeamento da economia solidária no Estado de São Paulo, seguindo as diretrizes do referido termo, metodologicamente, foi realizado em duas fases, que se articularam e se complementaram entre si. A primeira fase teve como objetivo a elaboração de uma listagem de empreendimentos solidários e de entidades de apoio; a segunda fase, o objetivo de caracterização dos empreendimentos, mediante pesquisa, indicada pela listagem elaborada na primeira fase e suas complementações subseqüentes, advindas dos contatos com instituições municipais, os empreendimentos e o movimento de economia solidária.

Destaca-se no mapeamento realizado, a Comunidade Yuba, como experiência em economia solidária que resiste ao modelo de desenvolvimento capitalista. A Comunidade engendra projeto alternativo ao desenvolvimento que tem como missão manter viva a ideologia semeada em 1935, pôr seu fundador Issamu Yuba (1906-1976): “cultivar a terra, orar e amar as artes”,³ baseada no pensamento de Dostoievisk e Tolstoi (Informativo Yuba). A Comunidade, originária da migração japonesa, compõe-se de 30 famílias e situa-se nos arredores da cidade de Mirandópolis, Bairro 1ª Aliança, noroeste do Estado de São Paulo, na região da Bacia Hidrográfica Baixo Tietê.

Contatos com a construção histórica da Comunidade Yuba, associação de caráter autogestionário e coletivista, para o conhecimento de seus princípios, do uso do solo, da produção econômica e organização do trabalho, da estrutura familiar e atividades artística e cultural, do processo de integração a outras comunidades, da gestão democrática e forma de distribuição dos ganhos, da importância do valor artístico e cultural, poderão contribuir para a compreensão do processo de autogestão comunitária, significar referência para o movimento de economia solidária e facilitar a ampliação das experiências realizadas na região em estudo.

Em todas as etapas do processo de mapeamento no Estado de São Paulo, o trabalho de planejamento foi realizado em estreita cooperação entre a Equipe Gestora Estadual (EGE-SP), a Delegacia Regional do Trabalho (DRT)/1ª fase, ANTEAG /2ª fase e representantes de diversos segmentos do movimento paulista de economia solidária na construção do SIES.

³ Anotações do folder de apresentação da Associação Comunidade Yuba, obtido em visita ao empreendimento, referente ao ano de 2005. A principal atividade econômica da Comunidade é a fruticultura, porém, atuam também em horticultura, avicultura, suinocultura, pecuária e cultivo de cogumelo shiitake. Cultivam o teatro, o coral, recitais com vários instrumentos musicais, a pintura, a cerâmica, o haicai e o artesanato, sendo o balé a principal atividade cultural.

A pesquisa SENAES, realizada em âmbito nacional, é passível de viés e limites diante da diversidade de experiências e das particularidades de cada município e região, além do fato de que se propõe, principalmente, a mapear os empreendimentos solidários e as entidades de apoio, para a constituição do banco de dados do SIES.

Este trabalho avança em relação ao mapeamento SENAES ao adotar como recorte a região Turvo-Grande/SP e oferecer outras contribuições como a apresentação e análise de dados organizados de acordo com o recorte, o levantamento e estudo de políticas públicas implementadas pelos governos e instituições locais e, principalmente, ao buscar respostas às questões apontadas na problematização do tema.

Nesse sentido, aborda a conjuntura criada pelo processo de globalização, a partir do fato de que ao longo das duas últimas décadas, as elites políticas, econômicas e intelectuais conservadoras impulsionaram com tal força as políticas e o pensamento neoliberais que a idéia de Margareth Thatcher, então primeira-ministra da Inglaterra, segundo a qual “não há alternativa nenhuma ao capitalismo neoliberal”, ganhou credibilidade, inclusive entre políticos e intelectuais progressistas.

Entende Santos (2002, p.14) que o fenômeno da globalização neoliberal está sendo confrontado pela globalização alternativa, articulada por movimentos que atuam na reinvenção da emancipação social, integrando empreendimentos e organizações de economia solidária, em todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Tal confronto, sustentado pelas experiências econômicas alternativas, é entendido como um processo que transfere para o local, onde o capital se articula, a desestruturação das dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão, e leva à reconstrução de identidades e vínculos, de reconfigurações socioproductivas e à gestação de esferas públicas que expressem a diversidade da vida social e concentrem forças nas políticas emancipatórias.

Desta forma, os empreendimentos econômicos existentes nos municípios que compõem a região Turvo-Grande/SP, identificados como experiências em economia solidária, nas formas de grupos comunitários informais, de associações de pequenos produtores, de cooperativas autogestionárias e de outras, constituem sistemas de autogestão, alternativos ao desenvolvimento?

O debate sobre essa questão já dividia o movimento sindical e operário no final do século XIX, entre aqueles que consideravam as possibilidades revolucionárias dos empreendimentos cooperativos e os que acreditavam em seu caráter reformista. Para uns, os empreendimentos cooperativos significavam um passo para a revolução socialista, a outros, uma adesão aos princípios capitalistas. A questão sobre as possibilidades efetivas dos

empreendimentos cooperativos se constituírem em avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão, continua polêmica nos dias de hoje.

Trata-se de saber se os EES existentes na região Turvo-Grande/SP, como formas de economia solidária constituídas sob o capital, poderão, pautados nos princípios de equidade, autogestão e solidariedade, apontar para a democratização do trabalho.

Assim, este trabalho apresenta dados sobre as seguintes questões:

- Em que medida os EES na região Turvo-Grande/SP se caracterizam como práticas sociais de economia solidária?
- Os EES existentes na região Turvo-Grande/SP constituem sistemas de autogestão, significando avanço em relação à democratização do trabalho?
- Qual o papel das políticas públicas municipais implementadas na região Turvo-Grande/SP, quanto à consolidação dos EES?

A vivência empírica da região Turvo-Grande/SP e de seus empreendimentos econômicos solidários levou à formulação de hipóteses, que este trabalho buscou verificar:

- Os EES tornam-se práticas sociais de economia solidária, mas têm um caráter emergencial para atender temporariamente aos excluídos e marginalizados, até que os indivíduos isoladamente possam de algum modo ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal;
- Os EES representam a resistência e reciprocidade de trabalhadores que, em resposta à crise do trabalho, engendram sistemas de autogestão;
- As políticas públicas municipais existentes atuam como facilitadoras na implantação e manutenção dos EES, porém em caráter compensatório.

Os objetivos propostos ao trabalho de pesquisa foram:

Geral:

- Verificar as possibilidades efetivas dos EES existentes na região Turvo-Grande/SP, constituírem em avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão.

Específicos:

- Caracterizar a região nos aspectos sócio-econômicos e ambientais e identificar os principais impactos da reestruturação produtiva em seu território;
- Identificar e caracterizar os EES existentes na região quanto às dimensões: identidade e organização; atividade econômica e investimentos; gestão, trabalho e meio ambiente;
- Identificar as políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária, como fatores que contribuem para a consolidação dos EES.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica sobre os temas que compõem esta pesquisa abordou o debate sobre o conceito de economia solidária e o processo de sua construção, envolvendo questões como geração de trabalho e renda, inclusão social, desenvolvimento, democracia participativa, autogestão, sistemas alternativos de produção e políticas públicas.

Com foco no objeto de pesquisa, buscou-se a construção de parâmetros conceituais para orientar a análise dos dados obtidos em campo, utilizando instrumentos adequados aos objetivos da pesquisa de identificar, caracterizar e investigar: a região estudada; os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes; as entidades de apoio; e as políticas públicas nela implementadas.

1.1 Economia global e exclusão social

O processo de globalização acarretou mudanças responsáveis pelo aumento significativo da exclusão social, como: o surgimento de emprego mais flexível, precarizado e desprovido dos direitos sociais; e a minimização do papel do Estado, que provoca a redução de seu desempenho como garantidor de proteção social e cidadania. O entendimento de Dupas (2001, p.9) é de que “sem um estado efetivo, desenvolvimento econômico e social sustentado parecem impossíveis”.

Dupas (2001, p.24) define a exclusão social como “exclusão efetiva”, aquela que abrange a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero – na medida em que estes impliquem discriminação -, as condições de moradia, e a condição de cidadania. Diante da complexidade e abrangência do conceito de exclusão social, o autor reconhece que “a pobreza - entendida como incapacidade de satisfazer necessidades básicas – deve ser o foco da definição de exclusão social”.

No caso do Brasil, diante da gravidade do quadro de desigualdades sociais Celso Furtado (2002, p.33-36) assinala que:

Somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse [esta última] requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes da nossa cultura. O ponto de partida para o processo de reconstrução [é] a participação maior do povo no sistema de decisões. A superação do impasse [...] requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa

sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura. [...] Para a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de convivência social.

Para Furtado (2002, p.63), a convivência política pressupõe a criação de novas formas sociais para combater as tensões geradas pela apropriação de riquezas, como a invenção de novos tipos de associação e a institucionalização das relações de cooperação entre os indivíduos e grupos, pois são as expressões da capacidade criadora do ser humano. Para ele, se é verdade que a acumulação orienta-se pela lógica dos meios, também é que a ação política abre espaço para que as confrontações favoreçam a formação de consciência crítica e engendrem movimentos sociais contestadores do modelo de desenvolvimento capitalista.

No início dos anos 70, quando se teve a idéia aproximada das conseqüências, no plano ecológico, da planetarização do sistema capitalista, Furtado (1974, p.88-89), escreveu:

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida [formas de consumo do sistema capitalista] é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. [...] Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência [...]

Furtado (1974, p.22), assinala que a idéia de desenvolvimento “refere-se ao incremento da eficácia do sistema social de produção, à satisfação de necessidades elementares da população e à consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade, que competem na utilização de recursos escassos”. Para ele, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, como também, a formulação e implantação de uma política de desenvolvimento são inconcebíveis sem preparação ideológica.

Para Santos (2005, p.32), é o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e a primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustenta o capitalismo global, por meio da sujeição progressiva das práticas sociais e saberes à lógica mercantil.

Mas qual é a origem do paradigma? Castoriadis (1987, p.142) afirma que:

O termo desenvolvimento começou a ser empregado quando se tornou evidente que o progresso, a expansão, o crescimento, não eram virtualidades

intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, [...], mas propriedades específicas – dotadas de um valor positivo - das sociedades ocidentais. [...] para que o Terceiro Mundo pudesse desenvolver-se, era preciso se modificar suas estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos.

Para Castoriadis é a idéia de dominação total que constitui o motor oculto do desenvolvimento, representado no imaginário social pela difusão do crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas como o objetivo central da vida humana.

Outros autores, como Buarque (1993) e Boff (2003) fazem a crítica ao paradigma e entendem como Sachs (2004, p.67) que a humanidade está na fronteira de um imperativo ético, pois os direitos dos povos à vida têm prioridade. Kothari (1995, *apud* Sachs, 2004, p. 67), acrescenta que “a partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça”.

Sachs (2004, p.26) ressalta que esta idéia está sendo contestada pelos pós-modernos, que propõem renunciar ao conceito, alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre os países. Concorda ele com tal posição, em especial quando os pós-modernos questionam a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, dado o caráter finito do nosso planeta.

Cristovam Buarque (1993, p.71) diz que “o único caminho é uma subversão no modo de ver o processo social no Brasil e no Terceiro Mundo, submetendo o econômico ao social [...]”. Alinha-se a tal pensamento, Dowbor (2001, p.5) ao entender que em uma nova racionalidade:

A dimensão social do desenvolvimento deixa de ser complemento [externo] aos processos econômicos centrais, para se tornar componente essencial do conjunto da reprodução social. [...] exigindo novo equilíbrio na definição das prioridades da sociedade. [...] a educação, o lazer, a saúde constituem os objetivos últimos da sociedade, e não um mero instrumento de desenvolvimento empresarial. A atividade econômica é um meio, o bem-estar social é o fim.

Ao criticar a busca ilimitada da prosperidade, Boff (2003, p.15) reconhece seus benefícios materiais, mas reafirma que a ausência do desenvolvimento ético causou um vazio existencial, provocou “a quebra da re-ligação do ser humano consigo mesmo, com os outros,

com a natureza e com o sentido transcendente da vida”. Assim, ressalta que: “urge refazer o caminho de volta [...] deixar o exílio, cultivar saudades, reavivar sonhos antigos...” Para ele, é preciso um novo reencantamento com a natureza e o universo, e diz que “a construção de uma civilização [...] implica em um sonho, um projeto planetário solidário de gestão coletiva, [...] é o sonho da inclusão de todos na família humana”.

A ausência da ética no sistema de desenvolvimento implementado pelas estratégias capitalistas, como apontou Boff (2003, p.15), resultou em formações sociais adversas à construção de um projeto político de sociedade solidária, porque centradas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação da mais valia, fatores que alimentam o processo de acumulação.

Furtado (2000, p.26-28) constata o caminho percorrido pelo capitalismo para constituir-se enquanto modo de produção hegemônico, cujo processo promoveu a destruição das práticas familiar, artesanal e cooperativa de organização das relações de produção e, conseqüentemente, das relações de trabalho.

Amartya Sen (2000, p.23) adota a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, econômicas, sociais e políticas. Segundo Sen, isso permite a apreciação simultânea dos papéis de instituições diferentes, como mercados e organizações, governos e autoridades locais, partidos políticos e instituições cívicas, sistemas educacionais e oportunidades de diálogo e debate abertos, incluindo a mídia e outros meios de comunicação.

Expressando seu pensamento sobre a importância da liberdade no conceito de desenvolvimento, Sen (2000, p.33) afirma:

Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.[...] “a visão de liberdade envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. (p.31).

Constata-se, diante do debate sobre o paradigma do desenvolvimento, que a construção de um projeto político em sociedade, centrado na ética de uma outra forma de produzir, organizar o processo de trabalho e distribuir as riquezas de acordo com as necessidades e possibilidades dos seres humanos, se não é um novo modo de produção e desenvolvimento humano, é a sua essência, devendo, portanto, ter acesso prioritário aos

recursos produzidos pelo conjunto da sociedade e que se constituem em fundo público gerido pelo Estado.

1.2 Em busca de um novo modelo

O Brasil tem hoje uma chance de chegar a uma moderna civilização, valorizando seu potencial endógeno, ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, pilares do desenvolvimento sustentável (SACHS, *apud* Stroch, 2002, p.42).

Segundo Sachs (*apud* Stroch, 2002, p.39), determinados estudos são prioritários para garantir viabilidade da moderna civilização, como a diversidade biológica e cultural e os sistemas integrados de produção, adaptados às condições locais, que devem estar presentes em diferentes escalas de produção, desde a agricultura familiar aos grandes sistemas comerciais. A estratégia de desenvolvimento sustentável pode auxiliar os países em desenvolvimento na invenção de padrões endógenos de desenvolvimento mais justo, e ao mesmo tempo, com maior respeito pela natureza.

O desenvolvimento sustentável é um desafio planetário, um ideal ético, e ao mesmo tempo, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Seu objetivo é o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.

A busca de um novo modelo transita entre duas práticas opostas: as alternativas de desenvolvimento que propõem modificações e limites ao crescimento, mas não põem em causa a própria idéia de crescimento econômico; e as alternativas ao desenvolvimento que radicalizam a crítica à noção de crescimento e, por conseguinte, exploram alternativas pós-desenvolvimentistas.

É nesse espaço que surgem os movimentos, organizações e iniciativas que atuam na construção de uma sociedade centrada nos valores de equidade, autogestão e solidariedade, em contraposição ao processo de acumulação capitalista que, conforme diz Furtado (2002, p.60), subordinou os impulsos fundamentais do ser humano, gerados pela necessidade de

auto-identificar-se e situar-se no universo, e que são a matriz da atividade criadora, ao processo de transformação do mundo físico.

Segundo Eric Hobsbawn (Clarín, 1998, *apud* Dupas, 2001, p.103), historiador inglês marxista, “O capitalismo global e o mercado livre sem controles chegaram a um ponto crítico. Estamos ao fim de uma era, mas ainda não enxergamos o novo rumo”. Daí que as práticas em busca de um novo modelo, que transitam entre as alternativas de e ao desenvolvimento, adquirem relevância.

O debate sobre modelos e alternativas está levando à formulação de novas concepções de desenvolvimento, entre as quais a idéia de desenvolvimento alternativo, impulsionada a partir de meados dos anos 70, como uma crítica à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes.

Segundo Santos (2002, p.46), “O desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores”. A teoria propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas que procuram escolher e seguir seu caminho.

A proposta, de caráter coletivo, do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização.

Santos (2002, p.46) assinala que “o desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento”. Esta linha de pensamento e ação não rejeita a idéia de crescimento econômico, em seu lugar propõe impor limites e subordiná-lo a imperativos não econômicos.

Como resposta à exigência de inserção de populações marginalizadas, as estratégias de desenvolvimento alternativo privilegiam a escala local e propõem alternativas econômicas baseadas em iniciativas coletivas de propriedade e gestão solidária, visando romper com a separação capital e trabalho e a necessidade de recorrer à ajuda estatal.

Identificam-se as alternativas de desenvolvimento às propostas de desenvolvimento sustentável, entendidas de forma mais abrangente como o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando a eficiência econômica, a preservação ambiental, a qualidade de vida e equidade social e a democracia, tendo como

base uma nova ética de responsabilidade e solidariedade dos seres humanos, com as gerações futuras.

Ainda assim, o contínuo avanço da economia global não parece garantir, conforme o olhar de Dupas (2001, p.185), que as sociedades futuras possam – unicamente por mecanismos de mercado – gerar postos de trabalho, mesmo os flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos. A lógica da globalização envolveu mundialmente o trabalho de menor custo sem necessariamente elevar-lhes a renda. Por outro lado, o setor informal também acumula condições precárias de trabalho e miséria. O quadro geral se agrava diante do fato de que os governos dos países mais pobres não têm recursos ou estruturas para garantir a sobrevivência dos excluídos.

No Brasil, diante da forte instabilidade econômica e das mudanças acentuadas de paradigma na economia nacional a partir dos anos 80, em vários momentos os ajustes no mundo do trabalho e a relação entre crescimento econômico e diminuição do desemprego oscilaram, mas sempre contra os trabalhadores. Foi um momento de recessão e o desemprego chegou a 8% (IBGE), caindo para 4%, onde permaneceu até 1990.

A partir daí, com os ajustes estruturais (Plano Collor) a radical abertura comercial e as taxas negativas do Produto Interno Bruto (PIB) levaram o desemprego a 6%. Até 1999, o país que já havia vivido a década perdida dos anos 80, voltou a uma baixa evolução de renda per capita, com inevitáveis conseqüências sobre o emprego. Alterações significativas aconteceram na dinâmica da população brasileira nesse período, em direção à urbanização. A migração campo-cidade constituiu-se em maciço processo de deslocamento populacional, originando os cinturões de pobreza urbanos e formando um imenso agrupamento de desempregados não qualificados para o trabalho urbano e encaminhados ao subemprego.

O entendimento da mudança de paradigma do emprego no Brasil evidencia a explosão do trabalho informal ou flexível, em especial nas cidades médias e metrópoles. O emprego flexível avançou continuamente sobre o trabalho formal (DUPAS, 2001, p.148) que correspondia a 58% em 1986 e caiu para 43,6% no ano 2000. O trabalho informal cresceu no mesmo período de 42% para 56,4%, configurando uma inversão.

Além da questão central do desemprego, a mudança de paradigma – crescimento do setor informal, trabalho flexível –, afetou a qualidade do trabalho, em termos de nível e estabilidade da renda auferida e dos esquemas de proteção social, implicando em fortes conseqüências sociais, como o agravamento da distribuição de renda dos 20% mais pobres que caiu de 45% em setembro de 1990 para 38% em janeiro de 1996 (IBGE/IPEA).

Em âmbito local, diante dos índices de desemprego e das dificuldades de acesso ao crédito subsidiado para investimentos, as políticas públicas centradas no incentivo à criação de pequenas novas empresas, com a cessão de áreas territoriais, mostram-se insuficientes, não absorvendo os trabalhadores que procuram oportunidades de emprego e novos negócios, exigindo dos municípios a formulação de estratégias mais abrangentes e inclusivas.

É clara a percepção de que o combate à exclusão socioeconômica não pode ser realizado através de programas assistencialistas ou compensatórios, nem de forma passiva, ao esperar-se que a solução para a vulnerabilidade das famílias pobres surja de forma automática, espontânea, como subproduto do crescimento econômico.

Na contramão, o Programa Bolsa Família⁴, do Governo Federal, assume o papel de política assistencialista, e ainda com estratégia não integrada às políticas de educação, emprego, seguridade, saúde e economia solidária, com as quais deveria articular-se simultaneamente. A solução para a pobreza e a miséria não se obtém com benefícios, exige vontade política efetiva do governo e da sociedade para garantir melhor trabalho, salário, condições de vida e distribuição de renda.

Há necessidade de implantação de sistemas estruturados para a dinamização da economia local e de formação de pessoas organizadas em empreendimentos econômicos solidários de forma a realizar a sua inclusão sustentável no processo de produção com a melhoria contínua de sua qualidade de vida.

A proposta de desenvolvimento alternativo aponta diversas iniciativas econômicas como formas associativas de produção para a construção da autonomia, o que implica, nos setores populares, na promoção de iniciativas baseadas em processos autogestionários que sejam estruturantes de empreendimentos participativos, de gestão cooperativa, integrados ao objetivo de empoderamento da comunidade local de trabalho.

Reafirma-se o papel das políticas públicas para a geração de emprego e renda, com investimentos que podem facilitar aos setores populares a capacitação e organização da massa de desempregados em grupos produtivos autogestionários, de forma a que seus resultados impliquem em choque distributivo em suas comunidades, com impacto na economia do território e na dinâmica do processo de inclusão, numa perspectiva de desenvolvimento local.

Porém, a proposta de desenvolvimento local é controversa por engendrar diversos entendimentos, de mero arranjo industrial pós-fordista, como reflexo da mundialização de

⁴ O Programa Bolsa Família é uma iniciativa de transferência direta de renda a famílias pobres, vinculada a condicionalidades de saúde e educação. Envolveu no mês de junho/2006, 11 milhões e duzentas mil famílias em todo o território nacional. Informação ouvida durante a 1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília- em julho 2006.

novas estratégias capitalistas, à possibilidade do implemento de ações populares de geração de trabalho e renda que possam gerar micro-rupturas na estrutura social, dentro de um movimento político contra-hegemônico.

Alguns autores abordam a questão das práticas emancipatórias como estratégias de desenvolvimento, outros, negando-o como caminho para a emancipação social, propõem alternativas construídas na base social, como iniciativas, movimentos e organizações que representem legitimamente o poder popular local e se constituam em alternativas ao desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2002, p.11), crítico em relação à proposta de desenvolvimento local, para que se possa identificá-lo com o desenvolvimento humano ele precisa suprir dimensões decisivas em seu conceito, como a especificidade histórica que o define enquanto alternativa ou mera reprodução da forma estrutural do subdesenvolvimento, peculiar à periferia do capitalismo. Para o sociólogo, a proposta de desenvolvimento local não supre também a dimensão de formação da cidadania, pois entende ser a sociedade civil o lugar do não conflito. Essa posição vai contra a formação do indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, condição adquirida no conflito, no espaço da sociedade civil, onde se constrói a hegemonia e a ideologia por meio da prática social e política.

Assinala Oliveira (2002, p.13-15) que: “o desenvolvimento local poderia criar um locus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum”. Entende ser a dimensão substantiva para o debate sobre o tema “a capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de governo local [...] posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governo e governados na escala moderna”.

Sérgio Buarque (2002, p.25-26) defende a proposta de desenvolvimento local e o conceitua como “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Buarque, diferente ao que afirma Oliveira, diz que o desenvolvimento local “é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e promover uma mudança social no território” (p.26). Afirma, ainda, que o desenvolvimento local resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local, a eficácia econômica e a gestão pública eficiente. Porém, não o configura como processo alternativo.

No entanto, entendendo que “poder local é, assim, ao mesmo tempo, a essência da democracia e da participação e a configuração das estruturas de poder conservadoras e

autoritárias, pelo jogo de compromissos e vinculações oligárquicas”, Sérgio Buarque (2002, p. 55) não alimenta esperança quanto ao enfrentamento do desafio pelo poder local, no sentido da implementação de estratégias locais de desenvolvimento.

As propostas de alternativas ao desenvolvimento coincidem parcialmente com as dos defensores do desenvolvimento alternativo, em aspectos como ênfase no local e promoção da autonomia comunitária. Aproximam-se, também, quanto às práticas, visões e caminhos.

Esse movimento foi registrado pela produção científica, como assinala Escobar (1995, *apud* Santos, 2002, p.54) ao referir-se sobre alternativas ao desenvolvimento: “Desde meados e final da década dos 80 [...] surgiu um conjunto de trabalhos [no campo dos projetos alternativos] que destaca o papel dos movimentos de base, o conhecimento local e o poder popular [poder local] na transformação do desenvolvimento”.

Para Santos (2002, p.54), o confronto representado pelas teses ecológicas facilita o entendimento da proposta de alternativas ao desenvolvimento, apontada nas posições:

- crítica radical à idéia de desenvolvimento sustentável, pois defendem que ele só é possível como desenvolvimento sem crescimento;
- diversidade cultural e de formas de produzir e entender a produção;
- a fonte de alternativas em culturas das quais podem emergir outras formas de construir economias, de satisfazer necessidades básicas, de viver em sociedade.

Na busca de alternativas ao desenvolvimento capitalista, os programas alternativos enfatizam a escala local e comunitária, pois revelam ser fundamental a luta para que estratégias antidesenvolvimentistas, de desenvolvimento alternativo, de cooperativismo, de associativismo, e outros, criem espaços não capitalistas que apontem para a transformação da produção e da sociabilidade em formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis que contemplem o homem e a natureza e suas relações transformadoras.

Os programas alternativos devem enfatizar no processo de formação autogestionária, a essência do que disse Marx (*apud* ANTEAG, 2005, p.105), “o homem à medida que transforma a natureza pelo trabalho transforma-se a si mesmo”.

Para a ANTEAG (2005, p. 105), os problemas de desequilíbrio entre o ser humano e o ambiente decorrem do intuito de aproveitar, sem limites, as potencialidades do planeta, da pretensão arrogante de dominar a natureza, da aplicação da ciência e da tecnologia para exploração dos seres humanos e da conduta consumista desenfreada.

Boff (2003, p.14) identifica-se com a posição da ANTEAG ao dizer que os desafios das relações atuais advêm das revoluções realizadas pelo ser humano, principalmente ao

perseguir “o sonho da prosperidade material a ser conseguida pelo poder-dominância sobre a natureza e seus recursos, sobre a mulher, sobre os povos e suas riquezas e sobre a exploração da força de trabalho das pessoas”.

Afirma também a ANTEAG, (2005, p.106) que “os padrões de produção e consumo – marcados por profundas diferenças nas diversas sociedades - vêm gerando conseqüências desastrosas para o meio ambiente [enquanto] as desigualdades ainda persistem [pois] cerca de 20% da população mundial consomem 80% dos bens produzidos globalmente [e] grande parte dos 80% da população do planeta que não tem suas necessidades básicas atendidas sofre, de forma mais grave, as conseqüências da degradação ambiental e da saúde”.

Assim, sem limites aos desejos desenfreados de produção e consumo, incluindo na agenda das vidas humanas a dimensão de finitude da espécie e das riquezas naturais, os efeitos serão imprevisíveis. Pensar tais problemas implica colocar-se contra a lógica do mercado que sustenta e fomenta os padrões atuais de esbanjamento que transformam a vida e o ambiente em meros objetos de consumo e de manutenção do modelo econômico vigente.

Reverter essa situação implica, principalmente, no empoderamento das classes populares para a disputa dos espaços políticos de decisão e implementação de projeto contra-hegemônico. Trata-se do combate ao modelo de democracia liberal-representativa.

No momento em que o modelo hegemônico de democracia colhe os seus melhores resultados, torna-se cada vez menos acreditado nos países onde fincou há mais tempo as suas raízes. As crises de representação e da participação revelam a queda de sua legitimidade (SANTOS, 2002).

Simultaneamente, as comunidades locais realizam experiências e iniciativas democráticas baseadas em modelos alternativos de democracia, em que a tensão com o capitalismo alimenta a luta por novos contratos sociais, mais abrangentes e mais justos, pressionam os Estados e exploram possibilidades de transformação e articulação com outras formas de governo democrático.

Ao largo da formação de uma concepção hegemônica da democracia, enquanto prática restrita de legitimação de governos, surgiram concepções alternativas, vinculando procedimento democrático com forma de vida e entendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana, central para a organização da sociedade e de suas relações com o Estado. Trata-se, pois, do reconhecimento da pluralidade humana, da ruptura com contradições estabelecidas e com a instituição de novas determinações, normas e leis e pensar a democracia como prática social e não como método de constituição de governos.

Sobre a democracia, afirma Santos (2002):

Tem origem na pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas e a política, [portanto] para ser plural, tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. O procedimento democrático tem de ser um exercício do coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razão entre iguais (COHEN, 1997, *apud* Santos, 2002). Ao postular um princípio de deliberação amplo [ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar a sua exclusão], Habermas recoloca no interior da discussão democrática o procedimento societário e participativo.

O orçamento participativo exemplifica as afirmações de Cohen, como experiência de procedimento democrático centrado no exercício coletivo e político do poder local, onde os movimentos sociais têm papel importante na institucionalização da diversidade cultural e na disputa pela re-significação de práticas. “Os movimentos sociais estariam inseridos pela ampliação do político, transformação de práticas dominantes, aumento da cidadania e inserção de atores sociais excluídos no interior da política” (SANTOS, 2002).

Com as experiências, os processos de libertação e democratização apontaram a percepção comum da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão, com a inclusão de nova temática como a redefinição de identidades e pertencimento e o aumento da participação no âmbito local.

A limitação da participação cidadã e o argumento de não sobrecarregar demasiado o regime democrático com demandas sociais (inclusão), possibilitaram às sociedades capitalistas consolidarem a hegemonia da concepção da democracia liberal-representativa como condição para a estabilidade da tensão gerada pela prioridade conferida à acumulação de capital, em relação à redistribuição social.

No Brasil, caso em que a participação não chegou a vigorar ao final de um processo de democratização (pós-ditadura militar), as formas de participação podem fazer parte de um processo de cooptação, revelando a vulnerabilidade e ambigüidade da participação, mas representam uma inovação capaz de gerar modelos contra-hegemônicos de democracia (SANTOS, 2002).

Pode-se afirmar a importância das articulações entre diferentes experiências locais de democracia participativa e movimentos ou organizações envolvidos em sua promoção, pois são elas que possibilitam a construção do local contra-hegemônico e sua articulação com as experiências a nível global. Tais articulações fortalecem as práticas locais ao facilitarem que

estas se conectam a redes e movimentos mais amplos e com maior capacidade transformadora, viabilizando a aprendizagem recíproca e contínua.

As práticas democráticas participativas, que visam ampliar o espaço político e público e os debates e demandas sociais que os constituem, podem ser usadas para legitimar a exclusão social e a repressão da diferença. Para Santos (2002), no caso do Brasil, o caminho para o avanço implica em considerar que “uma possível combinação entre as formas de democracia é a complementaridade, ela implica numa decisão da sociedade política de ampliar a participação em nível local através da transferência e ou devolução para formas participativas de deliberação de prerrogativas decisórias a princípio detidas pelos governantes”.

O empoderamento dos grupos sociais passa pela ampliação das experiências de pluralização cultural, racial e distributiva da democracia, como espaço fértil ao fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, enquanto sistemas alternativos de produção que possibilitem aos trabalhadores engendram estratégias para além da resistência, em busca de alternativa, uma nova sociedade.

Ao referir-se sobre a pressão dos trabalhadores com o Estado, contra a falta de emprego assalariado e a reivindicação de uma distribuição de rendas, de bens e serviços mais equitativa, Quijano (*apud* Santos, 2002, p.482) afirma “enquanto não entrarem em cena outras opções eficazes, ativas e de maneira concreta, é o Estado que continua a ser no capitalismo não só um instrumento dos dominadores e dos exploradores, mas também a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração”.

Quijano (*apud* Santos, 2002, p.483) aponta duas vertentes das propostas de alternativas ao capitalismo que emergiram na América Latina com a crise mundial a partir do final dos anos 60: a marginalização dos trabalhadores do emprego assalariado estável e a crise mundial capitalista (1973) que aumentou a marginalização e levou os trabalhadores a adotarem estratégias de sobrevivência.

Em face dessas tendências do capitalismo começou um novo período de resistência dos trabalhadores, consistindo, até o final da década de 80, em assegurar a sobrevivência com base no aumento da informalidade. Neste período, os trabalhadores foram (1) submetidos a formas pré-salariais de exploração, (2) recorreram a estratégias de sobrevivência e (3) também à prática da reciprocidade.

A reciprocidade entre os trabalhadores aumenta com a criação de empreendimentos econômicos solidários, mas como recurso à forma de controle do trabalho e de organização da produção, pois “não se trata do resultado da crítica consciente e explícita ao capitalismo. [...]

O recurso crescente à reciprocidade é uma nova tendência da resistência dos trabalhadores e implica a entrada de um outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo” (QUIJANO *apud* SANTOS, 2002. p.486).

Quijano entende que não é essencial para essas práticas sociais que os agentes e protagonistas estejam inicialmente conscientes das implicações teóricas e políticas do processo e das suas próprias ações, pois para ele a própria prática social, na produção e em outras instâncias da existência social, é que produz e continuará a produzir modos diferentes de produção, não associados ao capitalismo.

O debate político tende a concentrar-se nas experiências originadas de iniciativas sociais, políticas e culturais, e só raramente se centram nas iniciativas econômicas locais que consistem na produção e distribuição não-capitalistas de bens e serviços, tanto em contextos rurais quanto urbanos, como cooperativas, associações e grupos comunitários informais de geração de emprego e renda.

Para Quijano (*apud* Santos, 2002, p.489), “As cooperativas são instituições que organizam, ou podem organizar, numerosas pessoas, entre as quais não predominam, ou não necessariamente, as relações primárias”. Entende ainda o autor que “a diferenciação entre as cooperativas e as empresas capitalistas não está na divisão do trabalho, na relação com o mercado, na função do salário ou na administração hierarquizada, mas sobretudo no fato de os seus agentes identificarem-se, explicitamente, como um sistema de autogestão”.

Nessas iniciativas as ligações entre o local e o global são mais difíceis de estabelecer, quanto mais não seja porque elas se confrontam mais diretamente com a lógica do capitalismo, tendo que, para sobreviverem, muitas vezes de se acomodar às suas imposições hegemônicas. Essas iniciativas não são exclusivamente de natureza econômica, pois mobilizam recursos sociais e culturais que tornam suas relações uma condição necessária para o seu êxito.

Diante da complexidade do período de transição, Quijano (p.487) compreende o fato de diversas organizações e práticas sociais se apresentarem como alternativas a dominante. Mas pergunta: Quais os elementos eficazes de delimitação entre aquelas que revelam, e as que não o fazem, a vitalidade social necessária para tomar parte em uma história diferente, uma existência social diferente da que todos conhecemos? Que elementos poderiam ser definidos como eficazes para levar a cabo semelhante delimitação? Bastariam a auto-identificação e a intencionalidade explícita das propostas e práticas como diferentes ao capitalismo? Como avaliar a sua vitalidade de sustentação e reprodução dentro e contra o universo capitalista?

Para Quijano (2002, p.489) não basta a presença da solidariedade para que dada organização ou prática social possa ter a vitalidade e a viabilidade necessárias para tornar-se um modo alternativo de produção, flexível e com capacidade de adaptação. Além disso, questiona: “como avaliar a vitalidade de sustentação e reprodução das organizações que se propõem alternativas, dentro e contra o universo capitalista?”

“Talvez não seja uma mera coincidência que a resistência [do trabalho] ao capitalismo e à sua globalização tenha se tornado um fluxo mundial apenas na última década e que esse movimento procura, agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade” (QUIJANO, *apud* SANTOS, 2002, p.487).

1.3 Economia solidária

A busca de formas alternativas de produção face aos efeitos excludentes do capitalismo, inspirada nas teorias e experiências de associação econômica entre iguais e na propriedade coletiva e solidária dos meios de produção, surgiu na Inglaterra no início dos anos 20, do século XIX, como reação “ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e organização fabril da produção” (Singer, 2002, p.24) e pela conversão massiva de camponeses e pequenos produtores em operários das fábricas pioneiras.

A exploração do trabalho nas fábricas chegou a extremos, levando empresários a propor leis de proteção aos trabalhadores, dentre eles, Robert Owen, do setor têxtil, que decidiu limitar a jornada, proibir o trabalho de crianças e erguer escolas para elas. A consequência foi o aumento de produtividade e maior lucro. Em 1817, Owen apresentou plano ao governo para que os fundos de combate à pobreza fossem investidos em terras e construção de Aldeias Cooperativas que acolheriam desempregados que passassem a trabalhar na terra ou na indústria. O governo britânico não acolheu o projeto. Mesmo assim, em 1821 surgiu a primeira cooperativa owenista, o jornal “*The Economist*”, da *London Co-operative Society*, e outras cooperativas foram constituídas com os princípios propostos por Owen.

O capitalismo se instala como campo definitivo de relações, o que confere sentido à idéia de “alternativo” para qualquer modo ou sistema de produção que busque eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social, que se

concretizam pela exclusão e a pobreza. A desigualdade e a competição resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção⁵.

Durante a ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. A criação de cooperativas ligadas à luta de classes pelos sindicatos radicalizou o confronto com o patronato. Ao lado de cooperativas operárias havia sociedades com o objetivo de criar Aldeias Cooperativas, chamadas de cooperativas integrais, porque organizavam toda a produção e consumo. Outras experiências sucederam a Owen (Inglaterra), como Fourier (França). Ambos, ao lado de Saint Simon, foram denominados clássicos do socialismo utópico.

Para Singer (2002, p.35), essa fase caracteriza “a origem histórica da economia solidária”, por isso propõe que seja chamada de “cooperativismo revolucionário”, por tornar evidente a relação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo.

Coerente com esses princípios e práticas, a economia solidária ressurge como resgate da luta histórica dos trabalhadores contra a exploração do trabalho, apresentando-se como projeto em sociedade, alternativo ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Para Singer (2004, p.04), “A economia solidária incorpora à produção e ao consumo grande número de excluídos, dando demonstração concreta que constitui alternativa concreta à sociedade de mercado, na qual os despossuídos não têm lugar”.

Acrescenta Singer (2003, MTE) discursando em solenidade de sua posse como Secretário Nacional de Economia Solidária:

A economia solidária é um projeto de uma nova sociedade, mais livre, justa, democrática e igualitária. A sua construção não segue um plano preconcebido, mas se faz na luta diuturna de mulheres e homens por uma vida digna. A economia solidária tem valores, traduzidos em princípios, para cuja aplicação não dispomos ainda de roteiros seguros ou receitas comprovadas. Ela exige esforços inovadores, pois a economia solidária, revivida após longa dormência, ainda precisa de muitas tentativas e erros para encontrar a organização economicamente eficiente e socialmente igualitária, adequada às condições do século XXI.

⁵ Modo de produção é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas (GAIGER, 2002, p.3),

A literatura sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica, apontando que, dada a ruptura que as experiências introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas.

Ao expor o conceito de economia solidária, como novo modo de produção, Singer (2000, p.13) abre polêmica e provoca divergências com outros pensadores do campo do trabalho:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo cordialmente, ou seja, cooperando entre si. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo.

O movimento compreende diferentes experiências e formas de economia solidária, como os empreendimentos solidários: fábricas autogeridas e cooperativas populares, assentamentos rurais e associações de artesãos e pequenos produtores, associações de crédito popular; as redes solidárias: de trocas, comércio justo e consumo solidário; os grupos comunitários de geração de renda, etc. Outras instituições atuam em economia solidária como facilitadores do processo de construção de uma outra economia e sociedade, como instituições de microcrédito, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, organizações não governamentais e instâncias de governos por meio da implementação de políticas públicas.

A contribuição de Singer (2002) ao afirmar que a economia solidária significa uma “nova forma social de produção, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista”, gera polêmica. Gaiger (2002, p.02) contradiz tal posição ao dizer que “tomada como sentença afirmativa, a tese em tela possui conseqüências amplas e profundas, pois [...] o advento de um novo modo de produção, [...] representa *in limine*, a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a

instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes”.

A tese de Singer identifica-se com a posição de outros autores, como Santos (2002, p.52), e outros citados por ele que reafirmam a estratégia da economia solidária, no sentido de sua expansão, como segue:

Nas zonas do mundo que o capitalismo desprezou, está ganhando terreno um novo modo de produção constituído pelas que podem ser designadas como economias populares, que também denominamos economias pós-modernas. (BURBACH, NUÑEZ e KAGARLITSKY, 1997). Conforme Burbach (1997, *apud* SANTOS, 2002, p.52), estas economias não competem nem podem competir com o capital transnacional no processo de globalização. Ocupam as margens, aproveitando as atividades que o mundo transnacional decide desprezar. Este processo histórico assemelha-se à transição do feudalismo ao capitalismo. O capitalismo primeiramente garantiu as margens do feudalismo, avançando lentamente até que se converteu no modo de produção dominante.

Fundamenta Singer (2002, p.112) em sua tese que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante:

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Gaiger (2002, p.15) relativiza a tese de Singer ao afirmar que:

A introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção predominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e reveses, não um fruto instantâneo da materialidade. Novos arranjos sociais lhe são imprescindíveis para que ponha em xeque, por contraposição e substituição, as relações de produção

com ela incompatível, assim reafirmando, ao longo do tempo, a sua forma social específica.

Aníbal Quijano (2002, p.508) defende a tese de que “o capital existe única e exclusivamente como eixo dominante de articulação de todos os restantes modos de produção” conhecidos, e nunca existiu de outro modo, nem teria podido desenvolver-se e tornar-se dominante”.

Entende Quijano (2002, 509; 511) que diante da possibilidade da articulação entre o capital e outros modos de produção:

Pode-se suspeitar que a busca de “modos” ou “sistemas alternativos de produção” esteja associada, implicitamente ou não, conforme os casos, à perspectiva evolucionista-dualista que foi predominante tanto no liberalismo positivista quanto no materialismo histórico. Acrescenta que [...] a democracia é condição *sine qua non* de uma revolução social [e que] não existe nem “economia alternativa” nem “sistemas alternativos de produção” sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista [...].

Zarpelon (2003, p.75) em sua dissertação ressalta: “não entendemos possível a mudança de um modo de produção a outro sem a destruição da estrutura jurídico-política. Isto porque consideramos [...] que o modo de produção é uma articulação entre estrutura econômica e estrutura jurídico-política, [e que] o conteúdo dessa articulação é a função do Estado de reproduzir as relações de produção” (BOITO JR. 1998, p. 71, *apud* ZARPELON, 2003, p. 75).

Segundo Parra (2002, p. 240), a importância da economia solidária estaria na sua capacidade de modificar as relações de trabalho e na possibilidade de extravasar tais mudanças para a economia em geral, restabelecendo sua dimensão social e política:

Dentre os que pensam a economia solidária como projeto político e acrescentam o recorte “popular”, para delimitar o grupo de beneficiários de políticas públicas, ou seja, os trabalhadores pobres, desempregados, subempregados, ou excluídos, a filósofa

Schwerngber(2001, *apud* Espínola Soriano, 2003, p.39) ⁶ refere-se à economia solidária “como práticas sociais que convergem para um projeto político comum: construir alternativas de relacionamento, de produção e reprodução social, pautadas na solidariedade, na cooperação e no uso sustentável dos recursos humanos, cognitivos, ambientais e econômicos, visando uma sociedade justa, humanizada e dignificada”.

Santos (2002, p.25), ampliando o debate, diz: “para quem os sistemas socialistas centralizados não ofereciam uma alternativa emancipatória ao capitalismo, a crise desses sistemas criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas”. Para ele a análise do potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas deve considerar o seu caráter anti-sistêmico, o que as torna aparentemente frágeis e incipientes. Daí propõe para a análise, “uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, 2002, p.26).

Afirma, ainda, que “sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante, [...] todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito” das experiências não capitalistas (SANTOS, 2002, p.26).

Entendendo que a imensa diversidade e multiplicidade de experiências sociais revelada pelos processos sociológicos não pode ser explicada adequadamente por uma teoria geral, Santos (2005, p.29), propõe “o trabalho de tradução como procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis [...] sem pôr em perigo a sua identidade e autonomia”.

O documento “Economia Solidária, Fundamento de uma Globalização Humanizadora”, elaborado como contribuição do Grupo de Trabalho de Economia Solidária⁷ para o lançamento do debate sobre o tema, que constituiu um dos cinco do primeiro eixo das conferências do Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2002), intitulado “Produção das Riquezas e Reprodução Social”, apontou como questão-chave para discussão:

⁶ Entrevista com Ângela Maria Schwerngber, filósofa, Coordenadora do Programa Oportunidade Solidária, Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo/SP, mandato 2001/2004.

⁷ Grupo de Trabalho composto pelas entidades: ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão), Cáritas Brasileira, CUT/ADS (Central Única dos Trabalhadores/Agência de Desenvolvimento Solidário), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI)

[...] a Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação das necessidades básicas de cada um e de todos os cidadãos da Terra? [A economia solidária] tem o potencial de constituir-se em alternativa pós-capitalista de organização do consumo, da produção, do comércio e das finanças a nível local, nacional e global, substrato de um novo paradigma de valores, de relações e de práxis educativa, cultural e interpessoal.

1.3.1 Inclusão social pelo trabalho

Para Marx, é no fazer humano que o ser se faz e se constrói. É no sentimento de pertencimento ao projeto em que atua, é no sentimento de se estar presente no mundo que o ser se torna mais humano. Assim, o trabalho deve ser considerado uma categoria central, pois é por meio dele que os seres humanos se constroem, estabelecendo relações sociais, forjando-se como sujeitos históricos e políticos.

A construção de uma sociedade inclusiva deve pautar-se pelo trabalho, como elemento central do projeto de desenvolvimento, entendido este como expressão das liberdades sociais e políticas, como diz Sen (2000). Trata-se, assim, do acesso à educação, à moradia, à saúde, ao saneamento, ao trabalho digno, decente, tendo o ser humano e a natureza como referência.

O fortalecimento do processo de inclusão social pelo trabalho implica na construção de sociedade de caráter plural, inclusiva e geradora de oportunidades à massa de trabalhadores e pequenos produtores, formais e informais, rurais e urbanos, individuais e associados, de forma a ampliar as possibilidades de expansão de suas liberdades e contribuir para o desenvolvimento humano e sustentável do País.

No plano decente, ético, o desenvolvimento deve resultar da concepção e elaboração das pessoas, em processo de empoderamento de indivíduos e comunidades humanas, na participação e definição de estratégias como sujeitos e beneficiários de suas ações e conquistas.

Para tanto, o projeto de desenvolvimento deve contemplar a diversidade de formas de trabalho e práticas sociais presentes na economia informal e nos pequenos empreendimentos urbanos e rurais, pois contribuem efetivamente na redução da pobreza e são o caminho para a inclusão e redução das desigualdades sociais. Essas formas submetidas que são aos processos

de mercado, não têm condições de disputar com organizações estruturadas, e sua sobrevivência acaba resultando em salários baixos, jornadas longas de trabalho, não recolhimento de impostos e desrespeito aos direitos sociais. Exigem, portanto, a presença do Estado, com políticas públicas de empoderamento de suas ações, a organização de seus empreendimentos em rede de cooperação e a criação de mercado para o escoamento da produção.

Ressalta-se, entre os caminhos possíveis para a construção da sustentabilidade dessas formas diversas de trabalho, a agricultura familiar, estratégia que integra diferentes modos de produzir, o doméstico, o proto e pré-capitalista, o capitalista e o solidário, que coexistem e se relacionam, conforme citado por Sachs (2003, p.27).

Ampliando, a agenda de formação de uma sociedade inclusiva exige a adoção de estratégias de desenvolvimento, por meio da implementação de políticas públicas das diferentes esferas de governo. A adoção de estratégias implica na prioridade à articulação do poder local, ao envolvimento de atores sociais e ações do poder público municipal, em sintonia com as organizações sociais, na formulação de políticas públicas governamentais de fomento à economia para o combate ao desemprego e à exclusão social.

Essa nova expressão da questão social, que se agrava a partir da insegurança dos trabalhadores assalariados, redundando na perda de qualidade nos padrões da sociedade salarial. Minimiza-se a ação do Estado de previdência, rompe-se o pacto social, gerando crises crônicas nas políticas sociais, num reordenamento que o mantém refém das políticas econômicas, sobretudo de estabilização monetária. Essa realidade aponta para a necessidade da adoção de políticas para enfrentar as alterações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho e que só fazem agravar a exclusão social.

Torna-se imprescindível a articulação de estratégias de resistência e solidariedade, tanto para a cobrança de políticas sociais efetivas e coerentes do poder público, quanto para a promoção de ajuda mútua em iniciativas implementadas entre os trabalhadores. Essas iniciativas, variadas na forma e no tamanho compõem a economia solidária que, na essência, significa a democratização na posse, no controle dos bens de produção, na distribuição dos bens de consumo e na apropriação da mais-valia.

A reprodução de mais de um tipo de relações de produção na sociedade brasileira, indica a sua complexidade e aponta que, além dos capitalistas e operários, latifundiários e camponeses, existem pessoas que se dedicam a fazer objetos em suas próprias casas ou a cultivar a sua terra, levando os seus produtos ao mercado. Como já afirmado estes artesãos e

pequenos produtores podem configurar a existência de diferentes tipos de relações de produção, não puramente capitalistas.

Nos casos das empresas, empreendimentos e comunidades, organizados em processo de autogestão, onde figurava a propriedade privada dos meios de produção e a exploração entre os grupos de participantes, passam a existir relações de produção alternativas. Essas relações de produção, mesmo exercendo papel secundário, inicialmente, dão origem a grupos sociais que aprofundam as contradições e explicam as razões para a construção de outra sociedade.

O que define o modo de produção capitalista – e o diferencia dos outros – é a apropriação por parte do capital do mais-valor acrescentado à mercadoria pelo trabalho humano socialmente necessário. Essa relação básica de produção – evidente ou não, consciente ou não – é que define as relações sociais que permitem que ela sobreviva gerando uma superestrutura jurídica, política, ética que se torna sua sustentação.

Assim, para a construção de outra sociedade, centrada no ser humano e na natureza, são necessárias novas relações de produção que impliquem em novas formações sociais, específicas, e que venham, em contraposição ou substituição à existente, constituir-se em novo modo de produzir e viver.

1.3.2. Processos autogestionários e formação

Outras formas de organização econômica estão ganhando força nas últimas décadas, como as iniciativas, movimentos e organizações populares que têm em processo de construção o modo de produção solidário. Os princípios básicos desse modo de produção, citado por Singer (2000, p.13), são a equidade, a autogestão e a solidariedade, compreendidos no escopo da propriedade coletiva dos meios de produção e na apropriação coletiva da mais valia.

Economia solidária e autogestão são conceitos que caminham juntos, sendo que a autogestão para Nascimento (2004, p.2), é “mais um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este ideal se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista”.

Em 1978, realizou-se em Lisboa uma Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgidas durante a Revolução dos Cravos (1974), quando os trabalhadores definiram autogestão como sendo:

A construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livre e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p.3).

As mesmas idéias inspiraram os defensores das cooperativas de produção autogestionária, das quais Rochdale, na Inglaterra, fundada em 1844, foi a pioneira. Acrescentam-se as experiências dos sindicatos de trabalhadores, como a do Sindicato dos Oleiros que montou uma olaria cooperativa em 1834 e teve que abandoná-la, funcionando somente seis meses.

Ainda que com inúmeras derrotas, permaneceu viva a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar a prevalência das relações capitalistas de produção, em especial estabelecer a gestão cooperativa, o controle coletivo dos meios de produção e a distribuição eqüitativa dos resultados do trabalho, na forma proposta por Singer (2002), “agregando-os num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos que dele compartilhem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente”.

O pensamento de Singer (2002) alinha-se às proposições de Santos (2002) e do FBES (2003), pois entendem que as experiências construídas em economia solidária podem significar uma forma de globalização humanizadora.

O papel da educação é central na construção desses novos caminhos, tanto na criação quanto no desenvolvimento das atividades autogestionárias, pois se realiza no próprio ambiente de trabalho, como educação permanente, envolvendo mudanças de atitudes, na organização do processo de trabalho e em todo o processo de compreensão do mercado e da vida do trabalhador.

A visualização de novas possibilidades e construção cotidiana de novas práticas de cooperação e solidariedade envolve questões relativas à esfera de valores e sua transformação, as quais devem ser enfrentadas pelos sujeitos no processo educativo.

Todavia, o processo de formação não implica em procedimentos somente formais de aprendizagem, pois valorizar e incentivar a criatividade do conjunto dos trabalhadores exige o reconhecimento do universo de saberes e conhecimentos destes e que serão úteis à construção de seu projeto de sustentabilidade. O contato com tal universo envolve procedimentos metodológicos essenciais à democratização do trabalho.

A formação autogestionária torna-se fundamental como espaço que propicia a construção coletiva do conhecimento a partir da socialização dos diversos saberes e da realização de um trabalho que incorpora os acúmulos advindos das diversas experiências de vida trazidas pelos sujeitos. Por isso, a formação deve viabilizar a construção participativa e coletiva do conhecimento considerando a especificidade e a diversidade dos participantes em relação a gênero, etnia, escolaridade, idade, etc.

Nesse sentido o processo de formação possibilita que os participantes experimentem situações características de um modo de funcionamento democrático e participativo, que é o cerne do empreendimento a ser formado. A participação não é mero tema de debate, é preciso construí-la efetivamente. O processo de formação de grupos deve incluir assuntos como coletivo, solidariedade, respeito e democracia, entre outros, os quais devem ser tratados de forma transversal ao tema central, que é a constituição de empreendimentos sustentáveis que gerem trabalho e renda e avancem no processo de democratização do trabalho.

Assim, para o desenvolvimento de uma pedagogia democrática, que represente de fato um exercício de liberdade e de cidadania, é preciso ter clareza das possibilidades e dos limites das atividades educativas e programar estratégias de formação que possibilitem a construção de novas relações sociais. Ressalta-se assim, o forte papel da educação como meio de empoderamento de pessoas e comunidades para que se tornem sujeitos coletivos do seu desenvolvimento e educação (práxis), numa perspectiva dialética de resistência e reciprocidade.

O pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado, desde as suas origens, no século XIX.

Como teoria social, o associativismo é baseado na defesa de uma economia de mercado centrada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, também, na crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. Como prática econômica, o cooperativismo inspira-

se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (SANTOS, 2002, p.33).

As cooperativas de produção e do trabalho surgem com o trabalho industrial e o movimento operário no século XIX. O movimento cooperativista fundou-se com os socialistas utópicos e propostas de autogestão do trabalho como reação defensiva ao desemprego e às condições de vida e de trabalho dos operários industriais. Com princípios democráticos e igualitários o movimento cooperativista propunha o associativismo no trabalho ainda dentro do capitalismo ou como forma de superá-lo.

Nesse sentido, Marx destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressaltava o risco dos trabalhadores se auto-explorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmo e as imposições do mercado na produção. À ambigüidade de Marx, somou-se a crítica de Rosa Luxemburgo para a qual o fato contraditório de desempenharem o papel de trabalhadores e patrões de si mesmos inviabilizaria as cooperativas de produção, fazendo com que se dissolvessem ou optassem por serem uma empresa capitalista.

A reestruturação econômica dos anos 70, com o fechamento e deslocamento de fábricas, declínio de regiões industriais, abertura e internacionalização dos mercados, colapso do socialismo de estado, entre outros fatores que irão compor a denominada globalização, provocou o debate sobre o tema de uma economia alternativa, a retomada do cooperativismo como alternativa ao desemprego crescente e a multiplicação de empreendimentos cooperativos agora pensados dentro do novo momento do desenvolvimento capitalista.

Como alternativa de ocupação, manutenção de empregos ou de geração de renda, o modelo associativo vem se multiplicando e configurando diferentes tipos de cooperativas: aquelas formadas pelos operários como forma de manter os empregos com o fechamento ou falência de fábricas e empresas; outras que resultam de movimentos contraculturais e seus membros são oriundos de classe média, bem educada, com ideais democráticos, voltadas mais a necessidades sociais; muitas de geração de renda surgidas com o crescimento do desemprego.

As cooperativas de geração de renda resultam de iniciativas de coletivos em processo de autonomização ou de programas de agências locais de desenvolvimento visando à organização popular em comunidades pobres. Os principais desvios ocorrem nas cooperativas organizadas com o objetivo de terceirização de atividades de empresas e redução de custos,

pois nestas não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador.

No contexto da reestruturação econômica e reformas neoliberais no país, com a redução do emprego formal, crescimento da informalidade e do chamado desemprego estrutural, com a desarticulação do sindicalismo, a busca de alternativas, em contraposição ao individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista, deu-se com o surgimento de organizações de produtores em forma de autogestão.

O empreendimento autogestionário, em suas diferentes formas, apontado como unidade típica de sustentação da economia solidária, tanto quanto a empresa mercantil o é para a economia capitalista, torna-se referência como instrumento efetivo na organização popular e no incentivo às alternativas ao desenvolvimento, enquanto modelo de organização e gestão mais adequado às práticas sociais alternativas.

A formação autogestionária é estratégia principal na organização do processo de trabalho das experiências em economia solidária, que ressurgem como possibilidade de se constituir em avanço na maior democratização do trabalho, buscando superar a subordinação ao capitalismo.

A reinvenção da economia solidária trouxe consigo a noção do surgimento de um novo cooperativismo, marcado pela volta aos princípios originais, como o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Para a ANTEAG (*apud* Singer, 2000, p.74), a autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Autogestão significa autonomia e, assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios trabalhadores que integram a empresa. Isso quer dizer que contratar trabalhadores para administrar o negócio ou para atender às necessidades do aumento temporário de produção deve ser considerada uma exceção que requer critérios previstos nos contratos sociais internos.

Os trabalhadores são plenamente responsáveis por tudo o que acontece no empreendimento, tendo, portanto, o poder de decisão sobre as metas de produção, a política de investimentos e modernização, política de trabalho, etc. As cooperativas, no processo de construção de sua sustentabilidade investem na formação da inteligência coletiva dos trabalhadores e na capacitação em competências específicas que garantem o bom desempenho da organização.

A força do trabalho cooperativo pode apresentar diversas vantagens em relação ao trabalho assalariado, como: envolvimento pessoal, estímulo material; co-responsabilidade com metas, participação de todos nas diretrizes e formulação de propostas; identificação e correção, por todos, dos fatores de ineficiência; troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades; incentivo à iniciativa e à criatividade; flexibilidade de ritmo e de função; redução dos conflitos laborais e sociais, entre outras.

A ANTEAG (2004) afirma que a diferença está na propriedade dos meios de produção, pois os empreendimentos autogestionários são dos trabalhadores organizados em cooperativas ou empresas sociais, acrescentando: “Isso faz a diferença, pois é o trabalhador que decide sobre sua própria vida. Esse é o grande diferencial em relação à empresa privada”.

Segundo Singer (2004), a economia socialista seria conquistada através de reformas dentro da ordem capitalista e viria, em parte, do aprendizado com experiências cooperativistas e, em parte, da ampliação da democracia. E, diante do quadro de polêmicas sobre o escopo e a direção da economia solidária, arremata:

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou vitória é uma possibilidade futura.

O debate aponta condicionantes ao processo de incubação de projetos sociais e empreendimentos econômicos solidários em todas as suas formas, priorizando a educação popular como estratégia de empoderamento e autonomização das pessoas envolvidas. Centrada nos princípios de equidade, autogestão e solidariedade, que norteiam a construção da economia solidária, a metodologia de incubação é fomentadora de estratégias participativas com os integrantes dos grupos sociais, visando a organização de empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários.

Reafirma-se o processo de formação autogestionária como central na metodologia de incubação, pois acontece no âmbito das relações econômicas entre pessoas, indivíduos, grupos, empreendimentos, e cujas normas estão em permanente disputa em nossa sociedade, uma vez que a civilização atual prioriza a dimensão econômica do humano como centro da vida política. Em tal processo, destaca-se o objetivo de compreensão das relações de produção em suas dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais.

1.4 Papel do estado na economia solidária

O futuro das relações entre sociedade e Estado nacional está condicionado à capacidade deste em assumir o papel indutor-normativo-regulador, enquanto a sociedade busca alternativas de como lidar com a tendência de crescente exclusão social decorrente do atual modelo econômico global. Um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado e politicamente suportado exigirá uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, conforme aponta Dupas (2001, p.103-105), que destaca a importância da reconstrução do Estado:

O desenvolvimento econômico e social sustentável é impossível sem um Estado atuante [...] ainda que mais como parceiro e facilitador do que como um diretor. (Banco Mundial, 1997, apud Dupas, 2001, p.104). Permanece urgente, porém, a necessidade de construir – de maneira eficaz – o novo Estado indutor-normativo-regulador, apto simultaneamente a enfrentar sua enorme e indelegável missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas de saúde, educação, habitação e amparo à exclusão social

Desde o início da década de 1980, tem se tornado mais visível o contexto de transformações nos padrões de acumulação mundial, com reflexos significativos nas áreas política, econômica e social. O discurso de combate à exclusão, que tem enfatizado o pleno emprego e os sistemas públicos de proteção social, carece de mudanças. Sem subestimar as políticas públicas, é preciso buscar saídas responsáveis à crise do trabalho, expressa nas altas taxas de desemprego e na eliminação progressiva de postos de trabalho.

A volta do desemprego em massa e de longa duração, combinada com o contínuo desgaste dos direitos sociais e da seguridade social, acarretou crises sociais, particularmente severas no Brasil. Na luta contra as crises, surgiram movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGS), que facilitam a organização dos excluídos para que promovam sua própria reinserção, mediante a construção de associações e empreendimentos autogestionários. A luta por regulamentação e subvenções das instâncias de governo é travada com o apoio dos movimentos e agências de fomento, pelos camponeses sem terra, coletores de lixo, artesãos e outros.

Esse quadro aponta que, apesar do progresso científico e técnico, o século XX não enfrentou seus principais problemas, o desemprego em massa e as desigualdades crescentes, em especial os países subdesenvolvidos. Para tal enfrentamento, Sachs (2004) entende que é condição essencial a reaproximação ética entre a economia e a política.

Constata-se que todo o processo de minimização do Estado e maximização do mercado levou à precarização das relações de trabalho e contribuiu para o crescimento do desemprego como problema estrutural. Os novos paradigmas apontados, como a flexibilização produtiva e novas relações trabalhistas, geram insegurança entre os trabalhadores, chegando a afetar todo o tecido social, que se torna ainda mais fragmentado.

O Estado, como espaço público de enfrentamento de interesses privados, palco de busca de soluções públicas, coletivas, visando reduzir a voracidade individualista em nome da satisfação de todos e de cada um, tem um papel fundamental na construção da economia solidária, na implementação de processos de participação democrática, direta, na perspectiva da emancipação social do contingente de trabalhadores excluídos.

Nesse sentido, cabe ao Estado estabelecer relações de articulação e parceria com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil, envolvendo os atores governamentais de apoio, assessoria e fomento no reconhecimento e promoção das associações de produção, de prestação de serviços, de finanças solidárias, de comercialização; implementando ações que promovam a autogestão e desenvolvimento das comunidades de trabalhadores excluídos dos sistemas de educação, produção e consumo; dando à economia solidária um caráter público, não estatal.

O cumprimento do papel do Estado é essencial seja para a constituição de um marco legal que contemple as iniciativas populares lideradas pelos sujeitos que militam no movimento de economia solidária; seja financiando-a com base em programa de microcrédito popular, cujas instituições deveriam assumir a condição de “microbanco popular de desenvolvimento local” para a construção da esperança e da sustentabilidade humana, no campo e na cidade; seja revalorizando o trabalho, a atividade rural e a terra como valor de uso e não de propriedade.

Uma experiência exitosa no campo do microcrédito popular como elemento facilitador do enfrentamento dos problemas gerados pela pobreza, foi implementada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, favela na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, quando

criou em 1998 o Banco Palmas⁸ que tem como base a lógica pautada nos valores da cooperação e da solidariedade e o objetivo de proporcionar o desenvolvimento local e solidário do Conjunto, a baixo custo e de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

Membro da coordenação do Banco Palmas escritor Melo Neto (2003, p.18), entende que o Estado tem papel central no subsídio de experiências autogestionárias, comunitárias, ao afirmar:

Se quisermos microcrédito para combater a pobreza e gerar inclusão social o custo disso tem que ser pago por alguém. As chances de um pequeno empreendimento de uma família pobre sobreviver são talvez de 1 em 1.000. A nossa experiência mostra que o microcrédito para os mais pobres tem que vir dentro de um sistema de rede. Ou seja, ao conceder o crédito temos que oferecer uma logística de comercialização, de feiras, de lojas, de consumo solidário, fomento e proteção ao pequeno empreendimento. [...] compreendemos o microcrédito enquanto ferramenta de desenvolvimento local, de mobilização da comunidade, de organização dos moradores, de instrumento que gera cidadania e empoderamento da comunidade.

Assim, verifica-se que para o desenvolvimento das experiências de economia solidária é importante a atuação do Estado, sem sobrepor-se às ações dos trabalhadores, reais protagonistas, atores e atrizes, dos empreendimentos econômicos solidários. Sobre o papel do Estado, afirma Carbonari (1999, p.2):

Neste contexto, merece especial atenção o lugar do Estado. Ele passa a ter um papel fundamental. Não no sentido de planejar a atividade econômica, mas no sentido de aportar condições para que a auto-organização livre dos produtores e consumidores possa ser efetivada. Supera-se a idéia de Estado como burocracia administrativa em nome da idéia de Estado como espaço público de enfrentamento de interesses privados e privatistas, palco de busca de soluções públicas, coletivas, que venham para reduzir a voracidade individualista em nome da satisfação de todos e de cada um. Aliás, sem que a sociedade esteja organizada de maneira autônoma, qualquer ação do Estado na perspectiva da economia popular solidária deporá contra ela, destruirá suas bases pelo paternalismo – sobre isso não faltam exemplos para analisar e que em virtude da exigüidade do tempo não podemos considerar. Neste sentido, o Estado, antes de ser burocracia é sociedade organizada. À

⁸ O Banco Palmas é um sistema integrado que organiza e articula os moradores do Conjunto Palmeira para produzirem e consumirem no próprio bairro, articulados em rede. Ao longo de suas histórias e lutas o Banco pôs em atividade diversas alternativas. Enquanto programa de desenvolvimento local vai muito além do simples ato de concessão do microcrédito, pois tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. Integra em um mesmo cenário instrumento de crédito, produção, comercialização e consumo, na perspectiva de remontar localmente as cadeias produtivas, oportunizando trabalho, renda para os moradores. (MELO NETO, 2003, p.34)

burocracia, neste contexto, cabe oferecer suporte à auto-organização, nunca patrociná-la ou substituí-la.

1.4.1 Inserção cidadã: a economia como imperativo ético

Dupas (2001, p.216) destaca que “a ortodoxia neoliberal continua a recomendar a subordinação incondicional do Estado ao imperativo de uma integração social planetária por meio do mercado”. Entende Dupas que é preciso perguntar qual o espaço para a liberdade, a solidariedade e a igualdade, pois não é suficiente que todos tenham o mesmo direito de dormir sob as pontes. A questão é saber se para além dos Estados nacionais, num plano de economia global, o destrutivo poder ecológico, social e cultural do capitalismo planetário pode ser novamente posto sob controle. Ou, por outro lado, quais as possibilidades de se restabelecer a economia no seu sentido ético, solidário, enquanto construção de uma economia cidadã, determinada pela busca da sustentabilidade humana planetária.

Diante do fato de que o Estado não se responsabiliza pelo emprego, menos ainda a corporação transnacional, resta a cada pessoa que descubra sua possibilidade de organização econômica e corra o risco. Às pessoas que estão na periferia do capitalismo resta encontrar o seu lugar no mercado informal, onde deve inventar o seu próprio emprego.

As dificuldades que se interpõem a tal objetivo são quase intransponíveis, considerando o investimento do Estado em políticas públicas que atuem como facilitadoras na formação autogestionária, acesso ao crédito, organização em rede para superar o isolamento, etc. Nesse contexto, Dupas (2001, p.218), salienta que “o desemprego e a exclusão [...] acabam de resgatar o posto de trabalho formal fordista como altamente desejável e o transformam em quase um sonho [...]”.

No Brasil, as tensões geradas pela crescente concentração de renda e exclusão social mantêm o Estado acuado diante do alto nível de violência da sociedade e apontam perda de legitimidade e capacidade deste na mediação dessas tensões. O conflito social resulta da pressão dos excluídos – desempregados, pobres, crianças de rua, jovens carentes –, pois o desemprego fragiliza os vínculos familiares, distancia os trabalhadores de seus sindicatos e grupos de interesse, esvazia os recursos da comunidade e aliena politicamente.

Além de o Estado insistir em programas que reforcem a identidade e a integração de famílias, estruturas de apoio e uma recuperação da sensação de enraizamento das pessoas, para Dupas (2001, p.220), é preciso que haja alto investimento em políticas públicas de

capacitação de comunidades e organizações locais para desenvolverem iniciativas sociais, como escolas de gestão coletiva de pais e mestres, cooperativas de compra, habitação e outras, associações de limpeza pública e programas emergenciais. Ressalta ele que:

Apenas vinculado a uma vida associativa o indivíduo aprende a discutir, tomar decisões e assumir responsabilidades. É preciso, pois, incentivar de todas as maneiras formas de associação que permitam um contínuo treinamento para o exercício de uma política democrática e gerem instrumentos de equilíbrio de poder e solidariedade local [...].

No momento de construção de alternativas democráticas e sustentáveis, é necessário, coletivamente, identificar e qualificar as experiências existentes nas diferentes regiões, bem como, sistematizar e socializar a riqueza de experiências concretas, para o debate e a formulação de propostas estratégicas de políticas que potencializem as práticas sociais implementadas e fomentem novas práticas no sentido da transformação social.

O projeto central é o de superar a distância entre economia e sociedade, não através do crescimento, pois como diz Cândido Grzybowski (*apud* Rouillé d'Orfeuil, 2002, p.8), “nosso problema é de modo de produção [pois] fome, miséria, pobreza, exclusão social – não são carências absolutas, mas produzidas socialmente. Só uma economia solidária pode permitir que todos os seres humanos vivam com dignidade”. A alternativa é uma economia que possibilite o acesso aos recursos e gestão da riqueza produzida socialmente, como base do desenvolvimento humano democrático e sustentável.

Segundo Rouillé d'Orfeuil (2002, p.14), o movimento francês de economia solidária trabalha para uma mudança de escala na economia nacional, apoiando iniciativas, difundindo as experiências, ampliando o diálogo com o poder local e coletividades territoriais e, principalmente, negociando com as instâncias de poder a implantação de legislação normativa e fiscal que estimule os atores econômicos solidários. Atua, ainda, na sensibilização do poder local executivo para que condicione a formulação de políticas públicas às expectativas e projetos do movimento de economia solidária, no sentido de viabilizar a mudança de escala local e a ampliação para escala mundial.

As experiências no mundo são de atores coletivos organizados que começam a se fazer ouvir porque são iniciativas que entram em consonância com a evolução da sociedade. Segundo Rouillé d'Orfeuil (2002),

Os pioneiros não estão mais isolados e as experiências acumulam-se e começam a organizar-se de forma a desenharem uma economia cidadã possível. Baseado no contato com múltiplas experiências destaca que tais iniciativas são viáveis e que têm um potencial imenso na medida em que a solidariedade e a cooperação têm dimensões internacionais. Não apenas um outro mundo é possível, mas que ele está sendo construído em várias partes do planeta.

No Brasil, várias áreas da economia solidária iniciaram seus processos de organização, mobilização e sistematização em 2002, com a I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em São Paulo, quando foi definida uma plataforma de políticas públicas, envolvendo o debate sobre as finanças solidárias; o marco legal; as redes de produção, comercialização e consumo; a democratização do conhecimento e da tecnologia; a organização social de economia solidária.⁹

A Plenária Nacional produziu conhecimentos que foram organizados de maneira a destacar o acúmulo, os gargalos e as propostas por área, buscando socializar ações de articulação e mobilização do GT Brasileiro de Economia Solidária para o III Fórum Social Mundial, construir agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de economia solidária e criar mecanismos para o desenvolvimento de políticas conjuntas e interlocução interna.

Em 2004, durante o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, realizado em Brasília, que reuniu 2.300 representantes de todos os segmentos da economia solidária, a plataforma foi debatida e aprofundada. No FSM de 2005 a economia solidária tomou projeção ainda maior.

Em junho de 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária, marco histórico do movimento no Brasil, considerou essencial para o debate o acúmulo existente das plataformas construídas, das políticas públicas produzidas e dos desafios de economia solidária no Brasil e na América Latina e escolheu o tema central: “A economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”.

A proposta de afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento resultou do debate sobre questões envolvendo os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; o acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas;

⁹ I Plenária Nacional de Economia Solidária. Documentos do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. São Paulo: 2002, 70 p.

os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

A transformação da economia brasileira, capaz de promover o desenvolvimento com distribuição de riqueza e crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, poderá ser fruto do avanço de estratégias como as experiências em economia solidária, exigindo um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade, com clara demarcação da plataforma de políticas públicas.

No campo, cabe aprofundar as relações da economia solidária com os agricultores familiares, com os trabalhadores rurais sem terra e com os sindicatos de trabalhadores rurais, em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar. Na cidade, com os movimentos populares, sindicatos de trabalhadores e empreendimentos populares, em defesa da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho.

1.4.2 Políticas públicas: inclusão social e desenvolvimento

As políticas públicas oficiais se apresentam sob a forma de um programa de ação de um setor público ou governamental para enfrentar uma situação de vulnerabilidade. Um exemplo é o Programa Bolsa Família, de caráter assistencialista. Cabe aos gestores públicos, governamentais ou não, a decisão e ação política de formulação, execução, interpretação e avaliação das políticas públicas estabelecidas para fomentar a implementação de programas, projetos e atividades de desenvolvimento.

São grandes os desafios ao processo de construção de políticas públicas de economia solidária, a serem enfrentados pelos sujeitos que compõem esse movimento social, tanto nos empreendimentos solidários e nas entidades de apoio, como nas diferentes instâncias de governo.

Com referência à implementação de políticas públicas de inclusão pelo trabalho, considerando sua visão sobre a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda, Sen (2000, p.35) assinala que:

O desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado; é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. [...] o desemprego contribui para a exclusão social de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica.

O principal desafio é a reconstrução do caráter público do Estado e das políticas sociais. Segundo Schwengber (2004, p.13), “O Estado e as políticas no Brasil têm sido historicamente funcionais ao desenvolvimento do setor privado capitalista, com raros intervalos de distribuição dos seus recursos também para os trabalhadores, embora de forma subordinada e sem força de estruturação sustentável de uma outra ordem social”.

Ao implementar o processo de privatização, na história recente, o Estado, como diz Schwengber (2004), “foi abdicando de sua responsabilidade pública de garantir vida digna para cidadãos e cidadãs, na medida em que foi transferindo para o chamado terceiro setor a responsabilidade pelo desenvolvimento de políticas sociais”. Com isso, o Estado foi sendo desmontado como esfera pública de regulação das relações sociais e de indução da distribuição da riqueza.

Da privatização do público resultam políticas econômicas cada vez mais determinadas pelo mercado e políticas sociais mais fragmentadas e fragilizadas que reforçam a condição assistencialista ou compensatória e ampliam as dificuldades para transformarem-se em direitos da cidadania, compondo o conjunto de estratégias de desenvolvimento.

Assim, é preciso reconstruir a capacidade reguladora e indutora de distribuição da riqueza e as relações entre estado e sociedade, rediscutindo os papéis e as responsabilidades de ambos e o reposicionamento dos diferentes sujeitos políticos na esfera pública. Para tanto, são necessárias políticas centradas na redução das desigualdades e na garantia do acesso dos setores sociais mais pobres e excluídos ao desenvolvimento.

A economia solidária é uma das estratégias de inclusão pelo trabalho que merecem investimentos relevantes e adequados para a sua expansão e consolidação no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, considerando-se o seu caráter interdisciplinar e potencial como alternativa de sustentabilidade.

A experiência do Banco Palmas, - como complexo de empreendimentos solidários, envolvendo iniciativas educacionais e de diversos segmentos produtivos -, apontou para a necessidade de receber apoio das políticas públicas como instrumento indispensável para a superação da pobreza de forma sustentável e multiplicar-se, incluindo sempre mais atores sociais. (MELO NETO, 2003)

2 METODOLOGIA

A metodologia teve como base o contato com a região, os empreendimentos econômicos solidários (EES), as Prefeituras, as Entidades de Apoio e o levantamento de informações bibliográficas que permitiram a aproximação do objeto de pesquisa.

Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva, um inventário qualitativo e quantitativo das experiências em economia solidária na região Turvo-Grande/SP. Adotou-se no processo de pesquisa, além de levantamento bibliográfico, a utilização de roteiros para a identificação de EES e Entidades de Apoio, bem como a aplicação de questionários que orientaram as entrevistas com os sujeitos coletivos, visando identificar e compreender o papel dos EES, das Entidades de Apoio e das políticas públicas municipais, na região estudada. O trabalho de pesquisa foi orientado pelas técnicas de observação direta, entrevistas e tratamento estatístico dos dados. O conceito de “sujeitos coletivos” fundamenta-se na teoria do desenvolvimento alternativo que propõe as comunidades de trabalho organizadas como atores centrais do processo de desenvolvimento.

Os trabalhadores associados aos EES são sujeitos enquanto empreendedores populares, protagonistas do movimento de economia solidária nos municípios da região, engajados na construção de alternativas às práticas capitalistas que exploram, alienam e subvertem o trabalho e a vida como espaço de construção de liberdade. Os facilitadores são, nas prefeituras, os gestores públicos municipais de programas de economia solidária ou emprego ou capacitação profissional ou geração de trabalho e renda, e nas entidades de apoio, os agentes locais de programas relacionados à economia solidária, próprios ou conveniados com os órgãos públicos.

A pesquisa envolveu os municípios com experiências identificadas aos princípios de economia solidária, na região Turvo-Grande/SP, como gestão democrática, controle dos meios de produção e não assalariamento. No processo de identificação dos EES os princípios foram verificados mais como tendência de organização que em termos absolutos, o que explica a presença de empreendimentos que não atendiam, no momento da pesquisa, as expectativas deste trabalho.

A decisão pela abordagem de bacia hidrográfica decorreu da compreensão de que este é o principal recorte de planejamento onde o município é o ator principal e, como tal, exerce o papel de indutor do desenvolvimento. A abordagem reconhece a importância dos rios Turvo e Grande no processo de expansão econômica da região, amplia a visão de território para além

do ambiental, envolvendo, as dimensões social e econômica; e assim reafirma a identidade deste trabalho enquanto estudo de dinâmica regional e alternativas de sustentabilidade.

2.1 Universo empírico

A região pesquisada compreende o recorte físico-territorial da bacia hidrográfica Turvo-Grande/SP, localizada no norte-noroeste do Estado de São Paulo. A área total da região envolve 64 municípios com sede em seu território, conforme consta da UGRHI-15¹⁰, mais outros onze com área na região e sede em outras.

A escolha desta região teve como motivação a importância do interior do Estado de São Paulo para o movimento de economia solidária, enquanto principal estado brasileiro gerador de riquezas, em contraste com os índices de desemprego e pobreza. Por outro lado, considerou-se também o perfil populacional dos municípios que compõem a região Turvo-Grande, pois 87,5% têm até 20 mil habitantes, ensejando a necessidade de uma rede de cooperação (consórcio, por exemplo) para a geração de alternativas de sustentabilidade.

A ausência de representantes dos municípios que compõem a região nas diversas atividades realizadas pelo movimento estadual de economia solidária foi, também, motivo para tal decisão. Por fim, a identidade do pesquisador com a região, onde atua como militante do movimento, junto ao “Instituto Práxis: Alternativas de Sustentabilidade”.

Em 2003, houve alteração do quadro de municípios, porém, somente na composição do Comitê Gestor da Unidade, com a inclusão de Bebedouro e Jales, decidida em plenária do Comitê, conforme resolução 90/2003. Os municípios estão distribuídos em 12 sub-regiões, as quais também foram designadas com o nome do curso d’água principal ou com dois ou três nomes das principais drenagens.

A PEA na região Turvo-Grande/SP é de 763.821 pessoas (PEA) sendo que 23,87% (182.288) encontram-se empregadas e com carteira de trabalho devidamente assinada (Tabela 14, Anexo B, p.121), enquanto os demais, estudam ou trabalham sem o registro em carteira (inclusive as donas-de-casa), ou como profissionais autônomos, ou na economia informal. Isso indica ser significativo o contingente de trabalhadores sem acesso aos bens de consumo básicos e sem a devida proteção social. É possível que os trabalhadores, fora do sistema de produção capitalista, estejam trabalhando em alternativas econômicas que não reproduzem o modo de produção dominante.

¹⁰ Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos 15, conforme divisão no Estado de São Paulo.

A caracterização da região Turvo-Grande/SP tornou-se imprescindível para o conhecimento dos aspectos demográfico, econômico e ambiental, priorizando o levantamento dos impactos da reestruturação produtiva no território, em particular as consequências quanto às questões do emprego e exclusão social, bem como as políticas públicas municipais de inclusão pelo trabalho e outras, relacionadas à economia solidária.

2.2 Definição da amostra

A amostra de EES foi definida, inicialmente, em levantamento realizado no cadastro DRT (Delegacia de Relações do Trabalho) sobre as organizações classificadas como associações ou cooperativas. Os empreendimentos anotados foram contatados para identificação como experiências em economia solidária.

Foi adotado como critério no processo de inclusão na pesquisa de campo, conforme já citado, a identificação dos empreendimentos com os princípios de economia solidária e a vivência desses princípios em sua prática cotidiana de trabalho.

Durante o processo de pesquisa, o rol de empreendimentos para entrevista foi ampliado com as indicações realizadas por EES pesquisados, como também por entidades sociais e prefeitura dos municípios visitados.

Foram identificados 42 empreendimentos econômicos solidários (EES) em entrevista com membros dos respectivos quadros associativos, incluindo-se, sempre, um representante da diretoria. Os EES localizam-se em 17 municípios da região Turvo-Grande/SP, conforme consta da Tabela 1.

O contato inicial foi realizado com o apoio de um roteiro de identificação de EES para o registro dos dados gerais, forma de organização, área de atuação, principais atividades econômicas, número de associados, ano de início, responsável pelas informações fornecidas e data de coleta de dados.

Tabela 1 – Identificação de EES por Município na Região Turvo-Grande/SP, 2005.

Município	Ano de Início			Formas de Organização			Área de Atuação			Asso- ciados	Principais Atividades Econômicas
	81/90	91/00	01/00	GI	Assoc	Coop	Rural	Urban	Ambas		
Barretos			1			1		1		22	Reciclagem
Catanduva		2	1		1	2		3		57	Reciclagem/Vestuário/Artesanato
Cosmorama		1			1		1			15	Pecuária
Fernandópolis			2		1	1		1	1	77	Reciclagem/Agropecuária
Guapiaçu			3	1	2		2	1		75	Panificação/Agricultura/Pecuária
Icem		1			1		1			127	Pesca/Agricultura/Apicultura
Ipiguá			1		1		1			120	Agricultura/Pecuária
Jales		1				1		1		67	Fruticultura
Mirassol			2		2		1	1		33	Reciclagem/Agricultura
Mirassolândia		1			1		1			101	Agricultura
Olímpia		1			1		1			12	Agricultura
Onda Verde			2		1	1	1		1	154	Pecuária
Palestina		1				1			1	195	Agricultura/Pecuária
Paulo de Faria			2			2		2		57	Vestuário
Santa Fé do Sul		3	3		3	3	2	2	2	486	Recicla/Agricultura/Pecuária Aquicultura/Pesca/Artef.Cimento.
São J.Rio Preto	1	3	8		6	6		11	1	707	Recicla/Vestuário/Panific/Horta Artísticas/Comércio/Preserv.Amb . Transporte Cargas/Passageiros
Votuporanga		1	1			2	1		1	55	Recicla/Horticultura/Apicultura
Total	1	15	26	1	21	20	12	23	7	2.360	19

FONTE: Elaboração Própria, 2005.

2.3 Caracterização dos EES na região Turvo-Grande/SP

A pesquisa foi realizada em todo o universo de empreendimentos econômicos solidários, devidamente identificados na região Turvo-Grande/SP.

A caracterização dos empreendimentos deu-se com a aplicação de questionário de apoio às entrevistas, as quais foram feitas diretamente com um membro da diretoria e outro cooperado (a), sem a intermediação de entidades ou prefeituras, o que causou, nas relações com os gestores públicos, certo constrangimento.

O questionário aplicado foi elaborado pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas do Ministério do Trabalho e Emprego (IPEA/MTE), para a obtenção de dados nas categorias: identificação, abrangência e características gerais, tipificação e dimensionamento

da atividade econômica, investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental.

Os associados (as) identificados como representantes dos empreendimentos foram entrevistados, os dados foram registrados no questionário de cada EES, armazenados em um banco de dados do Microsoft Excel, para a geração de tabelas e gráficos e posterior análise.

2.4 Identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária.

O levantamento de entidades que exercem papel de apoio junto aos empreendimentos econômicos solidários, nas suas diferentes formas, foi realizado a partir das indicações dos próprios empreendimentos, de órgãos públicos municipais e do movimento de economia solidária.

A identificação das entidades de apoio foi realizada com roteiro orientado à obtenção de dados sobre a denominação, localização, natureza jurídica, vínculos, formas de atuação e abrangência de suas ações.

Para o conhecimento das políticas públicas implementadas nos municípios onde foram identificados e caracterizados EES, bem como a abrangência destas e suas relações com programas compensatórios de transferência de renda, foi aplicado um questionário para orientar as entrevistas com as prefeituras, elaborado a partir de outro proposto pela Rede de Gestores Governamentais de Programas de Fomento à Economia Solidária.

As entrevistas foram realizadas com gestores públicos municipais, responsáveis pelo programa de fomento à economia solidária (ou de geração de emprego e renda), com o objetivo de orientar o preenchimento do questionário e obter informações preliminares sobre o estado da política municipal de emprego e, mais especificamente, de economia solidária.

Os questionários obtidos levantaram dados sobre: nível de estruturação da política pública municipal de economia solidária, participação social na construção da política, implementação da política e resultados, recursos do programa de fomento à economia solidária, equipe de trabalho do programa e relações com outros programas e práticas, acesso aos programas de transferência de renda dos governos federal, estadual e municipal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados levantados pela pesquisa de campo buscou verificar como cada uma das hipóteses se articula, qual delas tem prevalência e como essa prevalência se impõe às outras. Para isso foi preciso entender os seguintes aspectos: os principais impactos da reestruturação produtiva na região; a motivação inicial dos trabalhadores para a instalação do EES; o envolvimento dos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil; as formas de organização e gestão; a participação dos associados; o controle dos meios de produção; o tempo de existência e as perspectivas de continuidade.

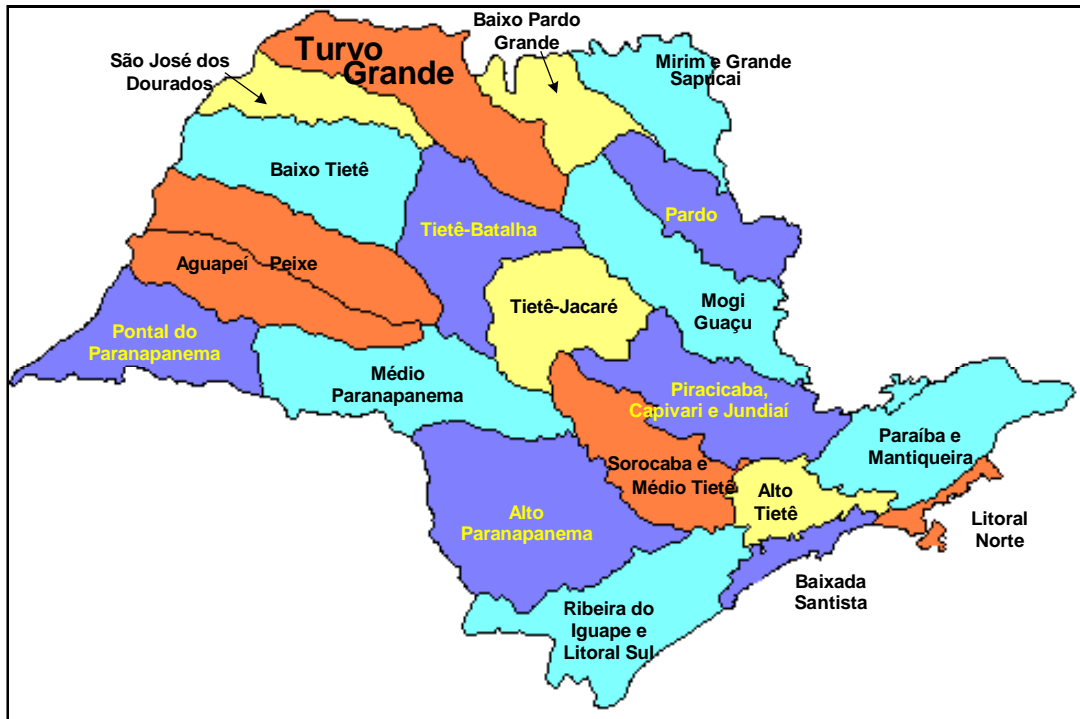
A pesquisa desenvolvida, tanto a fase de levantamento bibliográfico como a de campo, ofereceu dados que permitiram realizar os objetivos propostos e relacionados: aos aspectos socioeconômicos e ambientais da região Turvo-Grande/SP e os principais impactos da reestruturação produtiva em seu território; à existência de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na região Turvo-Grande/SP e suas dimensões: identidade e organização; atividade econômica e investimentos; gestão, trabalho e meio ambiente; às ações em economia solidária, realizadas pelas Prefeituras e Entidades da sociedade civil, e a abrangência das políticas públicas municipais na área do trabalho.

Os resultados apresentados na seqüência dos objetivos, das técnicas, dos instrumentos aplicados, bem como a sua discussão, possibilitaram relacionar e tecer considerações preliminares, organizadas e citadas nos tópicos a seguir:

- Caracterização socioeconômica e ambiental da região Turvo-Grande/SP;
- Identificação e caracterização dos EES existentes na região;
- Identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária.

3.1 Caracterização socioeconômica e ambiental da região Turvo-Grande/SP

Quadro 1 - Localização da região Turvo-Grande no Estado de São Paulo



FONTE: Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Estado de São Paulo. UNIARA, 2005.

A caracterização pretende facilitar a compreensão da dinâmica demográfica e econômica da região e subsidiar os estudos de novas oportunidades para a implantação de empreendimentos capazes de fixar a população em seus respectivos territórios com base em políticas públicas para a criação de novos empregos e geração de renda, uma vez que dentre outros problemas, a região aponta a perda de população em vários municípios, o que pode significar a migração para outros maiores na região Turvo-Grande ou para outra região Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais, (CPTI), (2004).

A região caracteriza-se pela inserção pouco significativa de políticas públicas em seu ambiente econômico, não respondendo ao compromisso social de prover soluções ao estado de vulnerabilidade de parcela da população composta de trabalhadores desempregados, mais as suas famílias. É baixa a expectativa de investimentos em programas de promoção do desenvolvimento local, essenciais para a inclusão social pelo trabalho.

As informações que indicam a condição do interior do Estado de São Paulo como principal gerador de riquezas no País, em comparação com outros Estados brasileiros, e como significativo mercado fornecedor e consumidor enseja um ambiente com forte contradição

diante do nível de desemprego e do baixo investimento de seus governos, estadual e municipal, em políticas públicas fomentadoras de iniciativas e pesquisas no campo da inclusão social pelo trabalho. Acrescenta-se que o Governo Federal frustrou as expectativas dos militantes em economia solidária do interior do Estado de São Paulo, com investimentos pontuais, em contraposição ao fomento realizado em diversos municípios da Grande São Paulo.

3.1.1 Dinâmica demográfica

Segundo os dados do IBGE, Censo Demográfico, 1980, o Estado de São Paulo detinha naquele ano um total de 25.040.712 habitantes, que correspondiam a 21,04% da população brasileira. No ano 2000, o Estado possuía 37.032.403 habitantes residentes, representando 21,81% do Brasil, apontando que após 20 anos, a participação relativa populacional praticamente se manteve estável frente ao total nacional de pessoas residentes. Acrescenta-se que em 1980, 67,59% da população brasileira residiam na zona urbana e 32,41% no campo. Em 2000, os residentes urbanos aumentaram para 81,25% enquanto que os residentes da zona rural decresceram para apenas 18,75% da população total no Brasil, apontando o êxodo rural e o inchaço urbano periférico.

Os municípios que compõem a região Turvo-Grande, em 1980, assentavam 767.864 pessoas, correspondendo a 3,07% do total do Estado de São Paulo. Em 2000, o censo demográfico do IBGE indicou que a região detinha 1.117.250 habitantes, respondendo por 3,02% do total do Estado. Nota-se uma pequena retração percentual de 0,05% em relação à população total da região em 1980.

No Relatório Zero (Relatório da situação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica Turvo-Grande, IPT) do Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo-Grande/SP, observa-se que a variação das taxa de crescimento populacional na região, no período de 1980 a 2000, indica forte tendência decrescente, de 2,13 para 1,29. Um total de quinze municípios apresentou taxa negativa de crescimento, no período citado. Somente 17% dos municípios apresentaram taxa crescente no mesmo período. (Tabela 13, Anexo A, pg. 119).

No que concerne às populações rurais houve decréscimo populacional em quase todos os municípios que integram a região Turvo-Grande/SP. Apenas 15 municípios obtiveram, no mesmo período, taxa rurais e urbanas expressivas.

Entre os municípios com EES pesquisados, aproximadamente a metade teve queda populacional e os demais tiveram oscilações tendendo à recuperação da taxa de crescimento. Conforme Tabela 13, constante dos Anexos, o município de Ipiranga, emancipado em 1996, apresentou taxa de crescimento com tendência ascendente.

As concentrações populacionais na região Turvo-Grande/SP são comandadas pelas aglomerações urbanas relativas aos municípios de São José do Rio Preto (SJRP), Catanduva e Votuporanga, localizados, respectivamente, pelos territórios das sub-bacias hidrográficas do Rio Preto (7), Rio São Domingos (10) e Ribeirão do Marinheiro (4).

As projeções de população, constantes nos estudos do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), feitas para o conjunto de municípios da região Turvo-Grande/SP, com base nos dados do censo de 2000, do IBGE, formam a Tabela a seguir:

Tabela 2 - Projeção populacional da região Turvo-Grande/SP, censo de 2000.

Zona	População							
	2000		2003		2010		2020	
Urbana	1.015.433	90,89%	1.052.993	92,08%	1.197.442	93,34%	1.444.244	94,10%
Rural	101.817	9,11%	90.579	7,92%	85.383	6,66%	90.587	5,90%
Total	1.117.250	100%	1.143.572	100%	1.282.825	100%	1.534.831	100%

FONTE: Relatório IPT, 2000 (Reorganizado pelo Autor).

Os dados acima apontam a tendência de esvaziamento da zona rural. O censo de 2000 indica que apenas 12% do total da população estava assentada no campo, o que pode significar forte fluxo migratório campo-cidade, onde as pessoas buscam melhores condições de vida. Todavia, pela contração dos postos de trabalhos urbanos associada à não qualificação para os mesmos, elas ficam à margem do processo produtivo, excluídas, aumentando o contingente de trabalhadores desempregados urbanos e agravando os problemas sociais.

A Tabela 3 evidencia que os municípios possuem suas populações situadas principalmente no intervalo de até 10 mil habitantes, sendo que em 2000 correspondiam a 2/3 dos municípios. É importante ressaltar que no ano 2000, 87,50% dos municípios tinham até 20 mil habitantes. Com mais de 150 mil habitantes, que corresponde à última classe, havia apenas São José do Rio Preto, então com 358.523 residentes, dado que o reconhece como município de grande porte para a dimensão regional, com tendência à concentração populacional e constituição como metrópole na região.

Tabela 3 - Municípios por classe populacional na região Turvo-Grande/SP

Classes	Municípios	%	% Acumulada
Até 5.000 habitantes	26	40,63	40,63
De 5.001 a 10.000	21	32,81	73,44
De 10.001 a 20.000	9	14,06	87,50
De 20.001 a 50.000	5	7,81	95,31
De 50.000 a 100.000	2	3,13	98,44
De 100.001 a 150.000	0	0	98,44
Mais de 150.000 habitantes	1	1,56	100,00
Total	64		

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Reorganizado pelo Autor).

Sobre tal evidência, diz o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA/MTE) que “o crescimento das cidades tem ampliado a divisão de funções urbanas entre algumas cidades e ampliado à atração que alguns centros exercem sobre o território. O processo de metropolização e a existência de diversas aglomerações urbanas são a face de uma estrutura territorial cuja contraface está no grande número de municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes” (RELATÓRIO TÉCNICO CPTI 048/04).

A migração é importante na análise sobre a dinâmica da população residente na região. Verifica-se no Censo Demográfico, período de 1991 a 2000, que a população regional apresentou saldo de crescimento migratório de 7.227 pessoas. No geral, 31 municípios estão efetivamente perdendo população, diante dos sucessivos saldos migratórios negativos, mesmo computando o seu crescimento demográfico.

Essa situação deve ser monitorada pelos governos municipais e resultar na formulação de políticas públicas que facilitem a criação de formas alternativas e sustentáveis de desenvolvimento local visando fixar a população e minimizar o êxodo aos grandes centros, pois implica no agravamento dos problemas sociais neles existentes e provocam outros nas cidades menores, de origem.

Outro fator a ser considerado na análise da dinâmica da população é a taxa de urbanização dos municípios que compõem a região Turvo-Grande/SP. A análise indica que a posição da região no ano 2000, quando atingiu 81,46%, ficou aquém do índice registrado para o conjunto do Estado de São Paulo que foi de 93,41%. O município de Catanduva apresentou a maior taxa, de 98,51%, ficando a menor taxa com Nova Canaã Paulista, de 33,12%.

Segundo a CPTI no Relatório Técnico 048/04, a configuração urbana brasileira indica que quando as taxas urbanas são menores, os sistemas urbanos são normalmente menos

desenvolvidos, atendendo apenas as necessidades básicas da população, o que também estimula a migração para os centros urbanos maiores.

Ressalta-se o estudo da densidade demográfica como necessário para enriquecer o conhecimento sobre o comportamento populacional do território e a intensidade de sua ocupação. Constata-se, verificando os dados censitários do IBGE-2000, que entre os municípios da região todos apresentam densidade demográfica superior a 10 hab/km² e que a média é de 154,99, para a área total de 3.419 km².

Verifica-se que no período de 1980 a 2000 a evolução da relação habitantes/km² foi significativa, pois cresceu 62,56%, ou seja, avançou de 95,34 para 154,99. Ainda assim, estudos demográficos consideram baixas as densidades apresentadas por parcela dos municípios da região, apontando seus núcleos urbanos como “cidades rurais”. Neste contexto, São José do Rio Preto novamente se destaca como município de maior densidade quando em 2000 computou 816,68 hab/km², sendo que a densidade do Estado de São Paulo foi, no mesmo ano, de 148,96 hab/km².

3.1.2 Aspectos econômicos

Os principais determinantes do rápido crescimento industrial do interior paulista, nos anos de 1970 e nos primeiros anos da década seguinte, foram o surgimento da desconcentração industrial da metrópole somada à própria ação governamental, expressa nos investimentos em infra-estrutura, e outros investimentos implementados diretamente pelo setor produtivo, no Pró-alcool, na agroindústria e nas exportações de manufaturados, que favoreceram o processo de interiorização da indústria.

Vários fatores interferiram no contexto estadual para a ocorrência do fenômeno da interiorização da indústria paulista. Acentuadamente, os investimentos públicos e privados e os estímulos municipais que criaram o conhecido fenômeno “guerra fiscal” compuseram o quadro para a atração de novos empreendimentos ao interior e a conseqüente transferência ou extensão da planta empresarial da região metropolitana.

No período 1980 a 1990, houve perda do dinamismo da economia paulista em todas as regiões diminuindo o ritmo do processo de desconcentração, com nítida redução da capacidade produtiva das empresas. Nesse período, as empresas passaram por um processo de reestruturação, impactando a distribuição espacial das atividades econômicas e da oferta de empregos (CPTI - RELATÓRIO 048/04).

Os estudos disponíveis que abordam a dinâmica do desenvolvimento econômico dos municípios da região Turvo-Grande, apresentam os dados acumulados na forma tradicional de economia setORIZADA, indicando o setor primário (agropecuário), o secundário (indústria) e o terciário (comércio e serviços), conforme Relatórios do IBGE (2001) e da RAIS (1996; 2000 e 2001) e do banco de dados da Fundação SEADE.

A análise do setor agropecuário aponta o desempenho das lavouras permanentes e temporárias, da pecuária, silvicultura e produtos de origem animal. De acordo com as informações da RAIS, em 1996, a região Turvo-Grande/SP detinha 5.469 estabelecimentos rurais que ocupavam 20.534 trabalhadores, sendo que em 2001 havia, respectivamente, 5.441 e 21.263. Nota-se a redução de 0,51% dos estabelecimentos agrícolas e o aumento de 3,55% dos postos de trabalho no setor, de 1996 a 2001.

A região sustenta-se na produção agropecuária que, além da pecuária de corte e de leite e da avicultura, caracteriza-se pela produção de café, algodão, milho, cana-de-açúcar, cítricos, seringueiras e frutas. Integrada à agropecuária, a região possui indústrias de alimentos, bebidas, líquidos alcoólicos/vinagre, frigoríficos, além da produção da borracha e da indústria de móveis. Assim, a agregação de valor aos produtos agropecuários está atrelada à agroindústria, cujos produtos finais se destinam principalmente à exportação e ao consumo interno, como é o caso das grandes unidades processadoras de suco de laranja concentrado/congelado.

A Tabela 4 revela que, no conjunto das atividades econômicas, houve significativo aumento de estabelecimentos no setor de comércio e serviços e redução de empregos nos setores agropecuário e industrial, entre os anos 2000 e 2001, ainda que de 1996 a 2001 os empregos tenham evoluído nos três setores, marcadamente em comércio e serviços, setor que exige menos investimentos em infraestrutura para a instalação de novos empreendimentos e que tende a empregar na forma de trabalho temporário e sem carteira assinada.

Esses números apontam o crescimento de empregos no campo, de 1996 a 2000, e redução em 2001, e confirmam a tendência de redução dos estabelecimentos com a concentração das terras em poucas mãos. Mostram, também, o aumento significativo de 33,37% dos empregos na área urbana (indústria, comércio e serviços). Os empregos no setor terciário mantêm forte tendência de aumento, desde 1996, assumindo um papel importante na questão do emprego e renda.

Tabela 4 - Evolução de estabelecimentos e empregos na região Turvo-Grande/SP

Setores Econômicos	Estabelecimentos				Empregos Formais			
	1996	2000	2001	Evolução 96/2001	1996	2000	2001	Evolução 96/2001
Agropecuária	5.469	5.467	5.441	(-) 0,51%	20.534	22.319	21.263	3,55%
Indústria	2.892	3.388	3.419	18,22%	48.818	52.166	51.533	5,56%
Comércio e serviços	11.154	14.753	15.751	41,21%	73.038	86.184	93.349	27,81%

FONTE: MTE/RAIS, 1996; 2000 e 2001 (Reorganizado pelo Autor).

Como o setor industrial é o mais rigoroso em termos de registros de empregados, enquanto que, nos demais, há maior facilidade para a existência de empregados informais, sem carteira assinada, não constando das estatísticas da RAIS, há probabilidade de que esteja aumentando a informalidade no emprego, na região Turvo-Grande/SP. As possíveis conseqüências, diante do exposto, são a reduções dos padrões salariais e a busca de moradias de mais baixo custo, implicando menor qualidade de vida da população pobre residente.

A Tabela 5 revela que a relação entre o número de pessoas aptas ao trabalho nos municípios considerados é sempre maior do que aquelas formalmente empregadas. A PEA compreende as pessoas empregadas, os estudantes universitários e de ensino médio, as donas de casa. Na região Turvo-Grande/SP a relação entre PEA e emprego formal é de 24%, enquanto que no Estado de São Paulo esse indicador alcança 34%, significando que a região, como outras do Estado, pouco absorve, formalmente, os trabalhadores disponíveis.

A questão central é: “o que fazem as pessoas residentes na região, economicamente ativas, que estão fora do sistema produtivo capitalista, já que somavam, 581.533 ou 76,13% do total da PEA, em 2000?” (Tabela 5: PEA menos Emprego Formal, na região). Considerando que os estudantes de ensino médio e universitário estão em fase especial de formação para o trabalho e cidadania e que as donas de casa prestam enorme serviço às suas famílias, sem remuneração direta, onde estão trabalhando as pessoas que compõem as demais categorias? Quantas são?

Aplicando-se sobre a PEA 2000 da região Turvo-Grande/SP o indicador de 28,8%, adotado pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente ao ano 1990, que reflete a relação trabalhadores informais/PEA, o resultado é de que 219.980 pessoas economicamente ativas residentes na região estão na economia informal.

Os dados apresentados permitem inferir a marcante presença do trabalho informal e/ou sazonal na economia da região Turvo-Grande, que engloba as categorias, entre outras, dos prestadores de serviços domésticos, catadores de material reciclável, trabalhadores de rua (camelôs, etc.) e trabalhadores temporários alocados na agricultura em determinados períodos do ano, notadamente na colheita dos produtos da lavoura. O trabalho informal é caracterizado pela OIT, pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistente separação entre capital e trabalho.

Tabela 5 - PEA e emprego formal em municípios com maior PEA e menor PEA

MAIOR PEA	PEA	Emprego	%	MENOR PEA	PEA	Emprego	%
S.J.Rio Preto	250.500	67.874	27,10	Vitória Brasil	1.159	75	6,47
Catanduva	71.900	21.730	30,22	Aspásia	1.244	206	16,56
Votuporanga	52.405	12.126	23,14	Mesópolis	1.274	200	15,70
Fernandópolis	42.270	8.553	20,23	Parisi	1.327	208	15,69
Mirassol	33.066	8.520	25,77	Guarani D'Oeste	1.337	180	13,46
Totais	450.141	118.803	26,39	Totais	6.340	869	13,71
Totais da região	763.821	182.288	23,87	Totais da região	763.821	182.288	23,87
Relações c/região	58,93%	65,17%	(+)2,52	Relações c/região	2,79%	0,88%	(-)10,16

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2000; RAIS/MTE; Empregos Formais, 2000. (Reorganizado pelo Autor).

No ano 2000, foi publicada a 1ª edição do Mapa do Trabalho Informal do Município de São Paulo, pela Fundação Perseu Abramo, resultante de um projeto de pesquisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tem o objetivo de acompanhar a evolução do trabalho informal na cidade, enquanto uma dimensão pouco estudada da precarização do trabalho, para propor soluções solidárias aos problemas enfrentados pelos trabalhadores informais, sensibilizando os sindicatos, as organizações da sociedade civil e o poder público para a gravidade da situação desses trabalhadores.

O projeto não se encerra com a publicação, mas aponta para novos estudos como a importância do setor informal na economia, sua conexão com as cadeias produtivas dos diversos ramos econômicos e a análise do perfil socioeconômico das categorias de trabalhadores informais.

A pesquisa sobre o trabalho informal, citada, baseou-se em critérios internacionais utilizados pela OIT que toma a unidade econômica como ponto de partida, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho, acrescida do segmento assalariado sem carteira de trabalho assinada. O estudo compreendeu as categorias: assalariados em empresas com até cinco empregados, com ou sem carteira assinada; assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados; empregados em empresas com até cinco empregados; donos de negócio familiar; autônomos que trabalham para o público e/ou para empresas; empregados domésticos; trabalhadores familiares.

A pesquisa mostrou que os trabalhadores informais têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem dos restos advindos da produção, por meio de catadores de papel, metal, vidro e plástico, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas.

Apontou também que tal inserção é extremamente precária e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais ela se caracteriza por uma renda muito baixa.

Segundo o PREALC, da OIT, o percentual de trabalhadores informais no Brasil em 1980 era de 24% da PEA, contra 28,8% em 1990. Por outro lado, segundo a RAIS de 1981 o número absoluto de trabalhadores formais atingiu 49% da PEA e em 1998 (projeção sobre a RAIS de 1996) chegou apenas a 29%, indicando uma redução de 20% dos postos de trabalho/empregos formais, em dezessete anos.

Os dados citados confirmam a contínua substituição do trabalho formal pelo informal no Brasil. Os dados do CAGED/MTE confirmam esta tendência ao revelar que a variação de emprego entre 1997 e 1999 provocou a extinção de 813.485 postos de trabalho formais, no País. E mais, segundo Pochmann (2000, p.22), em 1998 o excedente de mão-de-obra representava algo em torno de 39% da força de trabalho, enquanto que em 1979 significava cerca de 18%.

A relação PEA/RAIS na região Turvo-Grande/SP indica que 12 municípios apresentaram baixos percentuais entre emprego formal e população economicamente ativa, ao mesmo tempo em que outros superaram a média verificada para a região, cuja dinâmica de emprego reflete, também, o valor adicionado que retorna aos municípios.

O baixo número de empregos formais existentes na região e a tendência ao permanente achatamento salarial de trabalhadores nos municípios que a compõe podem estar obrigando um considerável contingente de pessoas a viver em condições precárias, exigindo a implementação de políticas públicas compensatórias de transferência de renda e outras, voltadas à construção da sustentabilidade humana, para a superação da grave situação de vulnerabilidade.

Na região, o crescimento do setor informal é uma reação espontânea ao desemprego e resultado das transformações estruturais da economia. A indústria está cedendo lugar como principal fornecedor de postos de trabalho ao setor de serviços.

O processo de automatização desenvolvido nos setores econômicos está induzindo ao afastamento de trabalhadores do mercado formal de trabalho e gerando uma massa de desempregados que, pela necessidade de sobrevivência, estão se sujeitando a salários mais baixos, emprego informal e qualquer condição imposta pelo emprego formal.

Constata-se a inexistência de plano de desenvolvimento da região Turvo-Grande/SP, produzido coletivamente, que dê conta da criação de oportunidades aos trabalhadores desempregados excluídos das atividades produtivas, aos jovens em idade de trabalho e às comunidades periféricas, para a melhoria da qualidade de vida das famílias que as compõem.

A elaboração de um plano regional deve priorizar os municípios que vêm perdendo população para os grandes centros urbanos em função de sua pouca expressividade econômica, bem como prever investimentos em políticas públicas que contemplem o trabalho alternativo autogestionário, como estratégia de desenvolvimento local e construção de sustentabilidade.

Na região Turvo-Grande, os recursos hídricos e aspectos ambientais têm interface direta com as atividades econômicas, com a dinâmica populacional e com a verificação e determinação de oportunidades de novas iniciativas populares de geração de renda e novos empreendimentos empresariais, devendo ser sobrepostos para facilitar as relações entre os recursos naturais existentes e as atividades antrópicas.

3.1.3 Aspectos ambientais

A região Turvo-Grande/SP está inserida no contexto da Bacia Hidrográfica do rio Paraná (bacia do rio da Prata), uma região de grande importância no contexto nacional e do Mercosul. A Tabela abaixo apresenta síntese dos dados sobre aspectos ambientais da região Turvo-Grande/SP, a partir de seus principais constituintes.

Quadro 2 - Síntese dos dados hidrológicos da região Turvo-Grande/SP.

Constituintes Principais	Reservatórios	Usos do Solo	Usos da Água	Principais Atividades Industriais
Rio São Domingos, ribeirão da Onça, rios Turvo e Preto; rio Grande desde a UHE de Marimbondo até a foz no rio Paranaíba.	Água Vermelha e Ilha Solteira (parcial).	Atividades urbanas, agropecuárias, tendo como principais culturas café, soja, milho, cítricos, arroz e cana-de-açúcar.	Abastecimentos público e industrial, afastamento de efluentes domésticos e industriais e irrigação.	Indústrias alimentícias, engenhos, usinas e curtumes.

FONTE: CETESB, 2001 (Reorganizado pelo Autor).

Destaca-se na região, o sistema aquífero Bauru (livre), por sua facilidade de acesso e qualidade natural normalmente boa e o Guarani (confinado), por suas excelentes vazões e características hidrogeológicas.

Em termos de desenvolvimento econômico, as águas subterrâneas são fonte de água para usos diversos, desde que preservadas e utilizadas de forma racional. Ressalta-se, no entanto, que os maiores centros regionais já apresentam expressivo rebaixamento das superfícies potenciométricas devido a superexploração.

Tabela 6 - Disponibilidade hídrica na região Turvo-Grande/SP.

Unidade Hidrológica	Área de drenagem no Estado (km ²)	Escoamento total (m ³ /s)	Vazão mínima anual (m ³ /s)			Vazão de referência (m ³ /s)		Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s)
			1 mês	7 dias	Q95% (m ³ /s)	Total	No Estado	
UGRHI 15	16.037	122	32	26	39	32	32	10,5
Estado SP	248.809	3.120	1.087	892	1.258	6.403	2.020	488,1

FONTE: DAEE & DRH, 1999 *in* SIGRH, 2000 (Reorganizado pelo Autor).

Destacam-se problemas na proteção sanitária de poços, casos de contaminação por fontes diversas, incluindo lixões, saneamento inadequado (fossas, perdas na rede de esgotos etc.), infiltração de efluentes líquidos sem tratamento prévio, cemitérios, postos e demais sistemas de armazenamento e distribuição de combustível, disposição inadequada de resíduos sólidos, cargas difusas de poluição, entre outras.

Entre os principais usos da água (superficial e subterrânea), estão o abastecimento público e privado, industrial, irrigação e usos não consultivos, tais como geração de energia elétrica e navegação. Os balanços entre demandas e disponibilidades indicam alguns casos de criticidade em algumas das sub-bacias da UGRHI-15 (IPT, 2002), notadamente aquelas com intenso uso para irrigação (superficial) e para abastecimento (subterrânea).

De forma geral, o uso do solo na região Turvo-Grande/SP passou por expressivas transformações ao longo dos ciclos econômicos e da história do País, que ocasionou em grande desmatamento. O crescimento de núcleos urbanos em rios de cabeceira tem gerado uma pressão significativa sobre os recursos hídricos, já que, ao mesmo tempo em que aumentam as demandas, diminuem a disponibilidade devido à contaminação da água por efluentes domésticos, industriais e drenagem urbana (ANA, 2002).

Com relação aos indicadores de saneamento básico, o percentual da população atendido com abastecimento de água na UGRHI-15 é de 99,5%; com rede coletora de esgotos 92,8%; e com 48,3% de tratamento de esgoto. Os parâmetros em termos de Brasil são respectivamente, 81,5; 47,2; e 17,8 (IPT, 2002).

Os municípios são abastecidos por águas subterrâneas, sendo que dentre os de maior porte, apenas Votuporanga tem expressiva parcela de contribuição de águas superficiais (50%). Daí a importância da preservação do solo e das águas subterrâneas, como prioridade nas ações da região Turvo-Grande/SP. Quanto aos serviços, o problema maior está no ainda pequeno percentual de tratamento de esgotos, com municípios populosos em estado crítico (apenas 5% do esgoto coletado em Catanduva é tratado, 0% em Fernandópolis e São José do Rio Preto. CPTI, Relatório Técnico 048/2004).

O serviço de água, na maioria dos municípios apresenta atendimento superior a 97,5% da população. No Estado de São Paulo, apenas Ibirá apresenta nível inferior a 95%. A coleta de esgoto, na maioria dos municípios apresenta atendimento superior a 85% da população. No Estado de São Paulo, apenas Nova Canaã Paulista e Embaúba apresentam nível inferior a 25%. O tratamento de esgoto apresenta atendimento superior a 75% ou inferior a 25% do esgoto coletado, na maioria dos municípios.

Vários dos municípios de maior porte apresentam pequeno percentual de tratamento do esgoto coletado: Catanduva, 5%; São José do Rio Preto, 0%; Fernandópolis, 0%. Em Votuporanga, trata-se cerca de 60%.

Dados de cargas poluidoras orgânicas domésticas (potenciais e remanescentes) e corpos receptores são apresentados na Tabela 7. Segundo dados de IPT (1999), São José do Rio Preto contribuía com 51% das cargas poluidoras orgânicas remanescentes da UGRHI-15, seguida de Monte Alto (17%) e Votuporanga (10%). Das cargas inorgânicas remanescentes, Fernandópolis contribuía com 28% do total, Novais com 55% e São José do Rio Preto com 17% do total lançado.

Tabela 7 - Cargas poluidoras orgânicas domésticas dos municípios com EES, região Turvo-Grande/SP

Municípios	Carga Poluidora (TDbo/Ano)		Corpo Receptor
	Potencial	Remanescente	
Barretos			
Catanduva	5627	5544	Rio São Domingos
Cosmorama	232	232	Córrego Calinho
Fernandópolis	3192	3168	Córrego Santa Rita/Córrego Aldeia
Guapiaçú	640	640	Ribeirão Claro / Córrego Ventura
Icém	310	62	Córrego Água Doce
Ipiгуá	105	105	Córrego Barra Funda/Japonês /Rangel
Jales	2286	2286	Córrego Marimbondo
Mirassol	2515	2173	Córrego Fatura
Mirassolândia	169	169	Córrego da Faxina
Olímpia	2301	2301	Rio Cachoeirinha
Onda Verde	125	25	Rio São João
Palestina	390	390	Córrego Cerrinha
Paulo de Faria	402	402	Ribeirão das Pontes
Santa Fé do Sul	1343	788	Córrego da Mala e Córrego Marreco
S.J. do Rio Preto	18198	18198	Rio Preto
Votuporanga	3927	3927	Córrego Marinheiro e Boa Vista

FONTE: IPT, 1999 (Reorganizado pelo Autor).

A CETESB vem utilizando, desde 1974, o Índice de Qualidade das Águas (IQA). Suas principais conclusões para a UGRHI-15, em 2003, foram: “os municípios de Catanduva e São José do Rio Preto lançam seus efluentes domésticos sem tratamento nas bacias dos rios São Domingos e Preto, respectivamente. Além da contaminação por matéria orgânica, as águas do rio Preto também apresentaram contaminação por metais pesados, uma vez que foi constatada toxicidade às comunidades aquáticas. Portanto, torna-se essencial acelerar a implantação do tratamento dos esgotos urbanos na região”.

A qualidade natural das águas subterrâneas, por sua vez, está relacionada às suas características físico-químicas. As principais restrições ao uso das águas subterrâneas relacionam-se às atividades antrópicas. Há indícios generalizados e difundidos de contaminação bacteriológica em poços rasos (cacimbas) e em poços tubulares, resultado de má construção, falta de cimentação, de laje de boca e de perímetros de proteção sanitária.

Embora as águas subterrâneas sejam naturalmente melhor protegida dos agentes contaminantes que as águas superficiais, a grande expansão das atividades antrópicas nas áreas urbanas e rurais tende a engendrar processos de contaminação que, pelas características do meio físico em questão - as velocidades de fluxo nos aquíferos variam geralmente de poucos centímetros a alguns metros por dia -, podem levar alguns anos para que seus efeitos sejam produzidos.

De maneira geral, todos os sistemas aquíferos do território paulista acham-se expostos à deterioração progressiva, face aos impactos causados às estruturas geológicas pela ocupação urbana crescente, pela explosão industrial e pela escalada agrícola. Embora o Estado de São Paulo seja um dos mais evoluídos do país, observa-se mau uso generalizado do solo, exigindo maior determinação dos órgãos públicos para estabelecer o controle e a preservação do meio ambiente.

Situa-se na região, diferentes pontos de amostragem de águas subterrâneas da rede de monitoramento da CETESB (2001), a grande maioria no aquífero Bauru. As não conformidades mais freqüentes são nitrato, cromo e coliformes. Sabe-se da problemática dos nitratos em poços de São José do Rio Preto, Urânia e Uchoa, e do cromo na região de Urânia/Jales, ambos no aquífero Bauru. Dados publicados pela CETESB (2003) dão conta da continuidade desta situação, devendo ser objeto de extrema atenção dos gestores de recursos hídricos da região.

As principais fontes de nitrato para as águas subterrâneas são de origem antrópica difusa, podendo ser citadas: aplicação de fertilizantes e insumos nitrogenados, utilização de fossas negras, vazamentos das redes coletoras de esgoto e influência de rios contaminados na zona de captação de poços.

A presença de cromo nas águas subterrâneas do noroeste paulista é um fato já conhecido pelos órgãos gestores da água, concessionárias de água e universidades. “Há na literatura, trabalhos que apontam para a possibilidade do cromo ter origem natural, associado aos sedimentos da Formação Adamantina. Entre as fontes naturais de contaminação

ambiental, estão os incêndios florestais e as erupções vulcânicas. (Relatório Técnico CPTI 048/04).

As principais atividades nas quais o cromo e seus compostos são liberados para o meio ambiente são: fertilizantes, emissões da fabricação de cimento; construção civil (cimento); lixos urbanos e industriais, lâmpadas; soldagens de ligas metálicas, fundições, cinzas de carvão, e outras.

A avaliação e classificação da destinação final de resíduos sólidos domiciliares através do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), cujos dados estão registrados no Inventário Estadual de Resíduos Domiciliares (CETESB, 2002), consideram apenas os resíduos gerados nas residências e no pequeno comércio; assim não são computados os resíduos gerados em indústrias, na limpeza de vias públicas, podas, limpezas de córregos e outros que, freqüentemente, são enviados para os aterros sob uma classificação única de resíduos sólidos urbanos ou municipais.

Considerando-se as categorias apontadas pela CETESB (2002), para a pontuação e enquadramento de sistemas quanto ao Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), ou seja, condições inadequadas, controladas e adequadas, a situação dos municípios com EES tem melhorado em termos da disposição final de resíduos municipais conforme avaliação em 2002, quando 37% apresentaram condições adequadas, 44% controladas e 19% inadequadas, em comparação com a situação em 1997, quando a disposição final era 100% inadequada.

Outros aspectos não contemplados na pontuação do IQR devem ser considerados, incluindo resíduos sólidos além dos municipais, como: antigos lixões desativados que constituem potenciais áreas contaminadas; a política e o gerenciamento de resíduos por parte dos municípios; a reciclagem e o reaproveitamento; a minimização da geração de resíduos; a educação ambiental; a questão dos resíduos perigosos.

3.1.4 Considerações sobre a região Turvo-Grande/SP.

A região Turvo-Grande/SP é composta de 75 municípios, sendo 64 com sede na Bacia Hidrográfica, dos quais 17 com EES. Caracteriza-se pela tendência decrescente da taxa de crescimento populacional, aumento do fluxo migratório campo-cidade e a contração dos postos de trabalho urbano, agravando os problemas sociais com a concentração populacional.

A pesquisa de caracterização da região Turvo-Grande/SP possibilitou conhecer os impactos gerados pelo processo capitalista de reestruturação produtiva.

Do ponto de vista ambiental, verifica-se superexploração das águas subterrâneas nos maiores municípios da região, com situação crítica em vários pontos quanto ao uso da água para irrigação (superficial) e abastecimento (subterrânea). A contaminação do solo e da água é significativa, com fertilizantes e insumos nitrogenados.

O desmatamento atinge situação preocupante, com a expansão do plantio de cana e a implantação de novas usinas de álcool. Amplia-se o processo de exploração de trabalhadores, com a redução dos valores pagos na colheita da cana e a exigência de aumento da produtividade em termos de corte diário (toneladas).

Verificou-se que o processo de reestruturação afetou a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e, na ausência de políticas de emprego e de proteção social, teve por principais conseqüências a precarização das relações de trabalho, a deterioração da renda familiar e o aumento do trabalho informal.

Na região, a PEA compõe-se de 24% de trabalhadores empregados (Censo, 2000), percentual abaixo do parâmetro estadual, que é de 34%. Entre os demais trabalhadores, parte ocupa-se no trabalho temporário sem carteira assinada e os outros em alternativas econômicas que não reproduzem plenamente o modo de produção dominante. Muitos se encontram no trabalho informal e parte, ainda significativa, depende de políticas públicas governamentais, assistenciais e redistributivas de renda.

O crescente desemprego, a contínua precarização das relações de trabalho e ausência de políticas públicas fomentadoras de alternativas de sustentabilidade na região comprometem as possibilidades até então encontradas pela população para o enfrentamento das situações de crise econômica e escassez de recursos, fazendo ruir as estratégias de sobrevivência das famílias marginalizadas.

Entende-se, assim, que o capitalismo com o projeto de reestruturação produtiva avança na região Turvo-Grande/SP ampliando o descarte da força de trabalho, o desemprego e a exclusão, marcadamente com a expulsão dos trabalhadores do campo e a implementação do desenvolvimento de caráter tecnológico.

Em conseqüência, amplia-se a política redistributiva dos governos estadual e federal, em especial no caso do Programa Bolsa Família, de caráter assistencialista e não integrado às políticas de educação e desenvolvimento social e econômico. Esta estratégia melhoraria a rede de proteção social e a garantia de renda à parcela excluída, mas também, apontaria alternativas para o rompimento do círculo de pobreza, na perspectiva de construção do desenvolvimento humano sustentável.

3.2 Identificação e caracterização dos EES existentes na região Turvo-Grande/SP.

Verifica-se na Tabela a seguir, que mostra os EES por formas de organização e dimensões territoriais, a existência de 14.951 EES no Brasil, dos quais somente 4% foram criados e funcionam no Estado de São Paulo. Na região Turvo-Grande/SP foram identificados 42 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Tabela 8: EES no Brasil, no Estado de São Paulo e na Região Turvo-Grande/SP

Dimensões Territoriais	Grupos Informais	Associações	Cooperativas	Sociedades Mercantis**	Outras	Total
Nacional*	4.890	8.151	1.604	195	111	14.951
Estado de São Paulo*	390	88	151	10	2	641
Região Turvo-Grande/SP	1	21	20	0	0	42
ESP / Brasil	8%	1%	9%	5%	2%	4%
T-G / ESP	0,2%	24%	13%	-	-	7%

FONTE: * Atlas da Economia Solidária, publicado em abril/2006, MTE/SENAES.

**Sociedades Mercantis por cotas de responsabilidade limitada. (Reorganizado pelo Autor)

Constata-se, em âmbito nacional, o significativo número de EES organizados como associações, devido aos desafios enfrentados para a formalização das experiências como cooperativas (burocracia, custos, documentos fiscais, etc.) Ressalta-se, também, as implicações de ordem fiscal e tributária incidentes sobre a produção e distribuição do resultado do trabalho cooperado, como condicionantes da formalização.

Outro fator a ser considerado como condicionante da classificação dos EES por forma de organização é a “existência de CNPJ”, ou seja, se o EES está ou não cadastrado como pessoa jurídica. Assim, mesmo EES estruturados e funcionando como cooperativas foram classificados na categoria grupos informais, com exceção somente daqueles formalizados como associações.

Os EES foram identificados em 2.274 municípios brasileiros (41%). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, num total de 44%. A região Sudeste conta com 14% do total de EES na região. O Estado de São Paulo

ocupa a 8ª posição (4%) entre os Estados da Federação, considerado o número total de EES existentes em seus municípios, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9: Posição do Estado de S.Paulo na Federação quanto aos EES existentes.

Estados	RS	CE	BA	PI	PE	RJ	GO	SP
Posição	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
EES	1.634	1.249	1.096	1.066	1.004	723	667	641

FONTE: Atlas de Economia Solidária, MTE/SENAES, Brasília, abril/2006.
(Reorganizado pelo Autor)

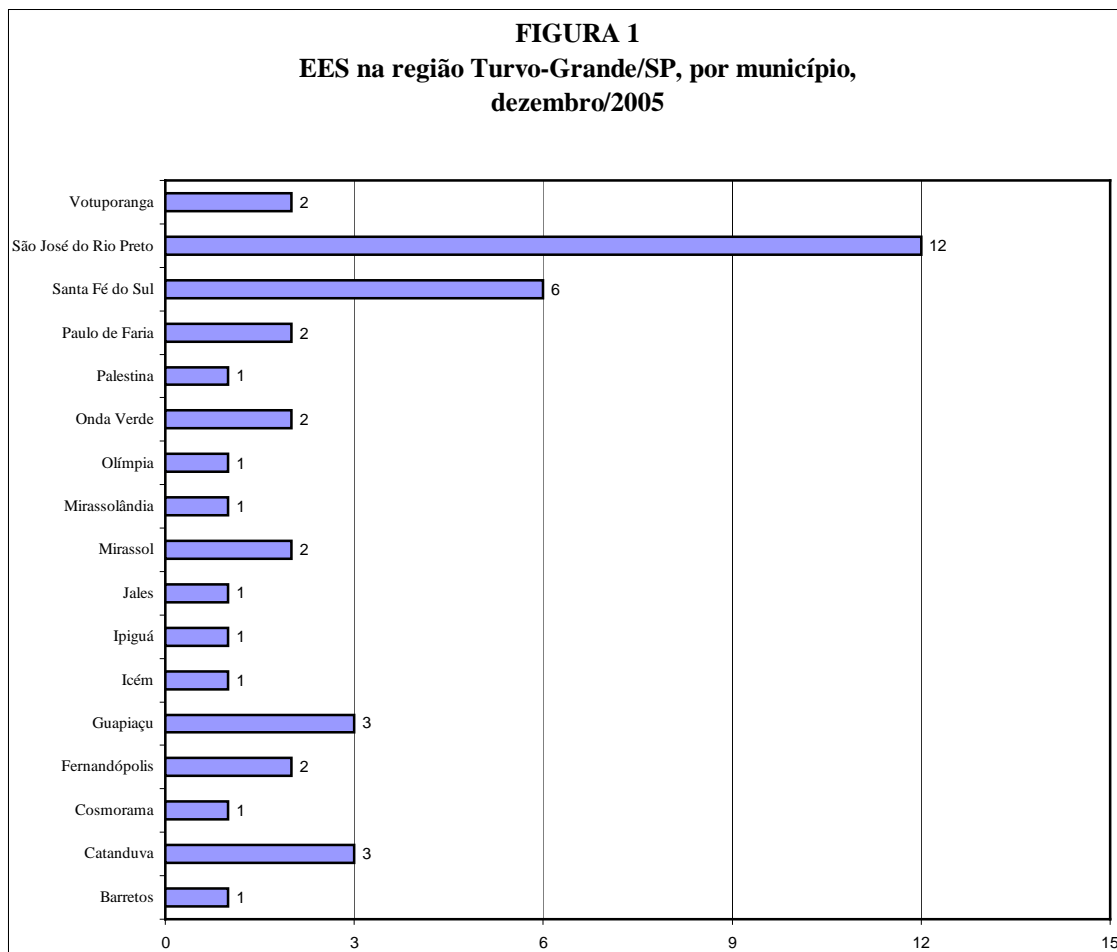
Os 42 EES existentes na região Turvo-Grande/SP foram caracterizados de acordo com as dimensões que constituíram os campos do questionário utilizado nas entrevistas, expostas a seguir:

- Identificação, abrangência e características gerais;
- Atividade econômica;
- Investimentos, acesso a crédito e apoios;
- Gestão do empreendimento;
- Situação de trabalho no empreendimento;
- Dimensão sociopolítica e ambiental.

3.2.1 Identificação, abrangência e características gerais.

Os 42 EES pesquisados localizam-se em 17 municípios da região Turvo-Grande/SP, concentrando-se: 48% deles em 11 municípios com população de até 50 mil pessoas, 14% em 3 municípios com 50 a 100 mil, 10% em 2 municípios com 100 a 150 mil e 29% no município com população acima de 150 mil. (Figura 1)

Os dados obtidos na pesquisa de campo evidenciam que São José do Rio Preto, o município com maior concentração populacional, mais pessoas desempregadas ocupando-se na informalidade e maior PEA na região Turvo-Grande/SP, é também onde se concentram aproximadamente um terço dos EES, ou seja, 29%, sendo seis associações e seis cooperativas.

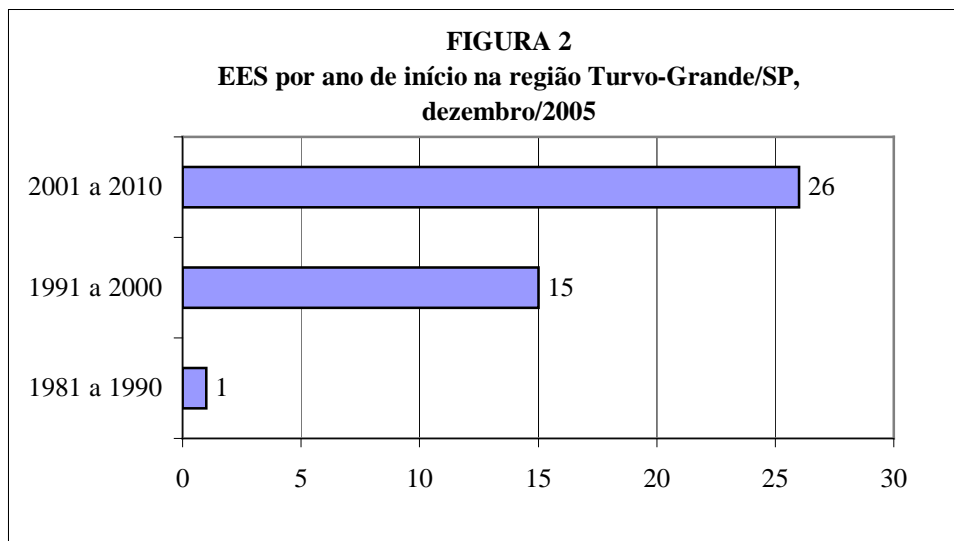


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

O município ocupa a 10ª posição no Estado de São Paulo em número de EES. Dentre eles, uma cooperativa encontra-se em fase de implantação, pois está aguardando recursos do Programa Habitar-Bird, convênio entre os governos federal e municipal, destinados à aquisição dos meios de produção, para iniciar suas atividades.

Conforme mostra a Figura 2, dentre os EES existentes na região Turvo-Grande/SP, somente um (2%) foi constituído de 1981 a 1990, sendo 36% de 1991 a 2000 e 62% (26) a partir do ano 2001, indicando serem experiências novas, inclusive, com maior concentração no último período.

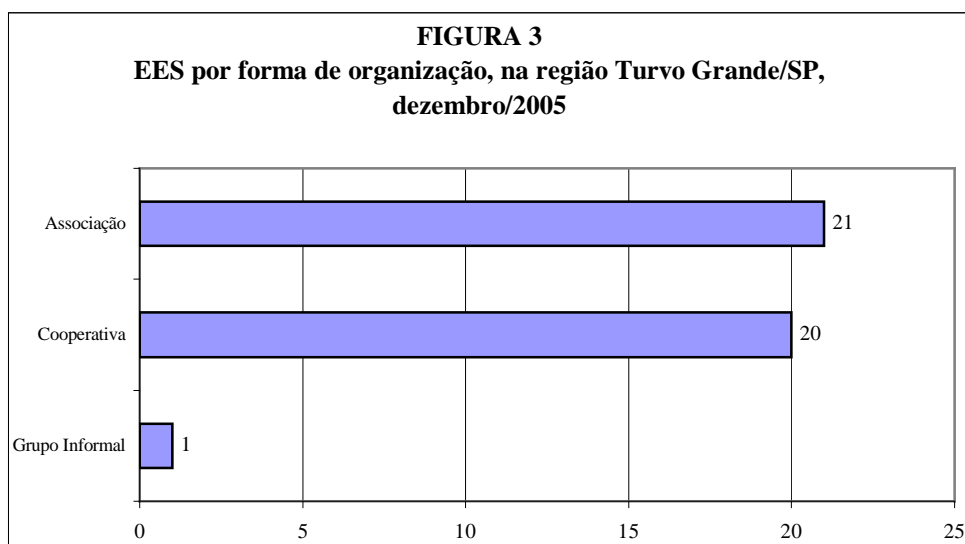
Os 42 EES da região Turvo-Grande/SP são recentes, considerando-se a experiência autogestionária da Comunidade Yuba, criada por migrantes japoneses em 1935, no município de Mirandópolis, à noroeste do Estado de São Paulo. A experiência mais longa na região Turvo-Grande/SP é outra comunidade situada em São José do Rio Preto e fundada em 1990. Seria o modo de organização em comunidade de trabalho o mais efetivo, enquanto estratégia de resistência do trabalho ao capitalismo?



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

O período de 2001 em diante concentra os novos EES, significando 62% daqueles existentes na região. Neste período acentuou-se a flexibilização e precarização das relações de trabalho com a conseqüente ampliação do trabalho informal.

No mesmo período, o movimento de resistência foi fortalecido pelas edições do FSM (Fórum Social Mundial), pela criação do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e a implantação da SENAES, desencadeando-se acentuado processo de mobilização de setores da sociedade civil no sentido da organização popular para o fortalecimento de experiências existentes e fomento de novas, em economia solidária.



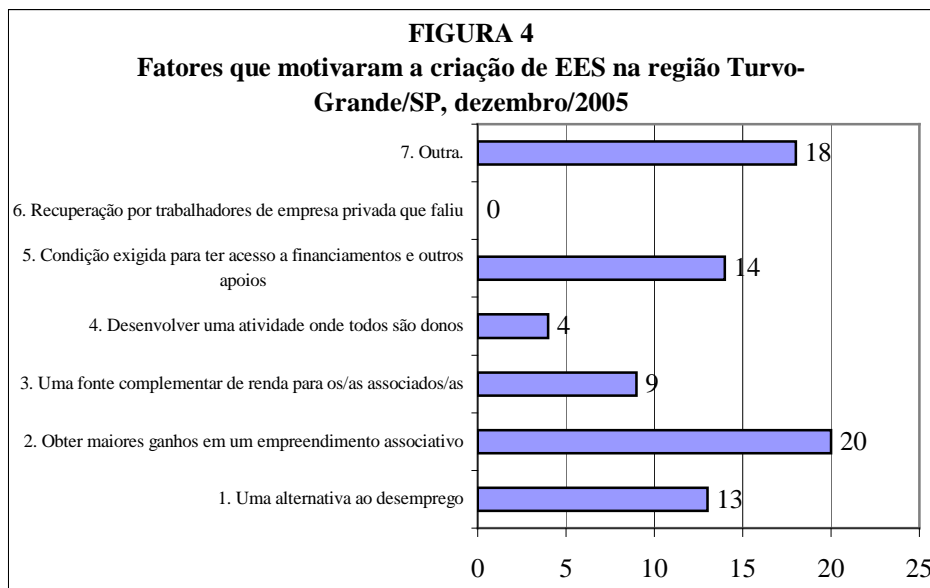
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Dos 42 EES pesquisados na região Turvo-Grande/SP, 48% (20) são formalizados como cooperativas e 50% como associações, sendo 2% grupo informal. (Figura 3)

Entre as associações, destaca-se uma comunidade autogestionária, “Caminho da Luz”, onde trabalham 11 pessoas no cultivo de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas, e também na coleta, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis.

Destaca-se, também, a Cooperativa de Panificação e Confeitaria, “Coopão”, que traz consigo a experiência de uma inovação organizacional pela sua constituição em rede de núcleos cooperativos comunitários. Os núcleos funcionam como estratégia de organização popular e inclusão social, em bairros periféricos da cidade de São José do Rio Preto (FERREIRA; GALLO, 2005).

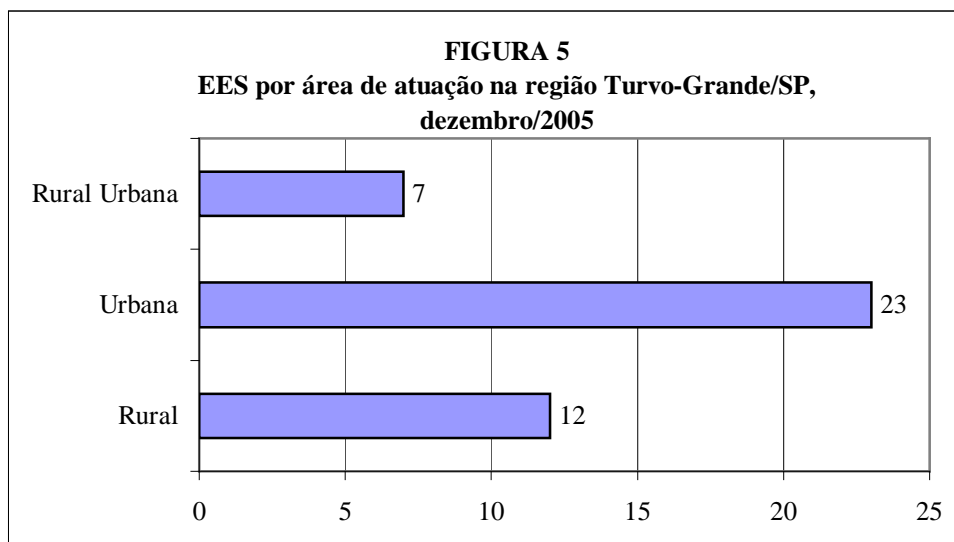
É alto o índice de EES formalizados junto aos órgãos públicos, pois somam 30 empreendimentos (71%). As cooperativas e a maioria das associações encontram-se registradas junto a JUCESP (Junta Comercial no Estado de São Paulo); as demais associações estão cadastradas em cartórios de registro civil, conforme orientação do Código Civil atual.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Dentre os motivos que levaram os trabalhadores à organização e constituição de seus EES destacam-se as alternativas “obter maiores ganhos em um empreendimento associativo” e “uma alternativa ao desemprego”, somando 42% do total de indicações (78). Entende-se como significativa a escolha do trabalho associado como alternativa aos desempregados e outros trabalhadores que buscam o aumento da renda familiar (48% dos EES) (Figura 4).

Ressalta-se a importância da escolha do trabalho associado como principal alternativa dos trabalhadores, mesmo que não seja resultado da crítica consciente e explícita ao capitalismo, situação esta inicialmente pouco relevante, diante do que afirma Quijano (*apud* Santos, 2002, p.486), “não é indispensável que para essas práticas sociais em torno da reciprocidade os agentes e os protagonistas sociais estejam inicialmente conscientes das implicações teóricas e políticas do processo e das suas próprias ações”. Entende ele que a formação da consciência do trabalhador em cooperativa dá-se na práxis cotidiana, no modo de organização do processo de trabalho, em sua identidade com o sistema de autogestão.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Foram identificados e entrevistados 42 EES na Região Turvo-Grande/SP, dos quais 54% são urbanos (23), 29% são rurais (12) e 17% (7) atuam em ambas as áreas. (Figura 5)

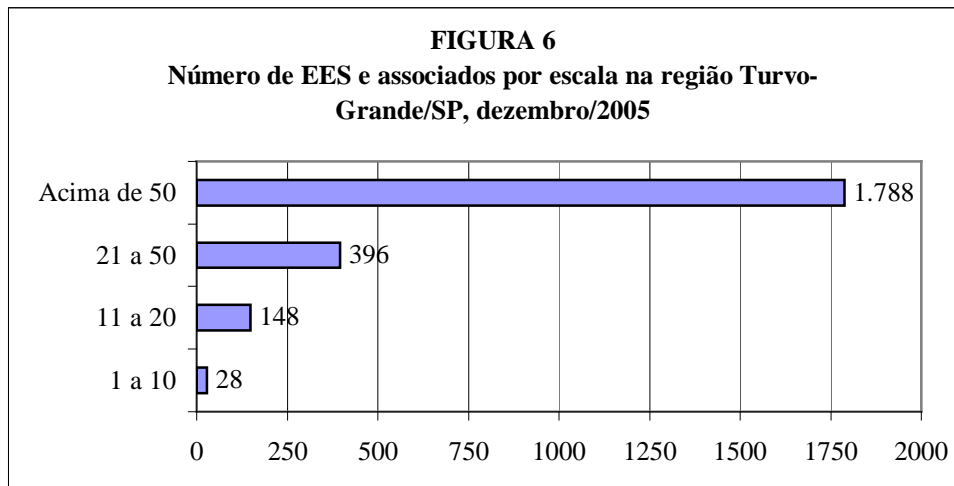
Os EES estão concentrados na cidade, mas a Figura acima destaca que 7 deles atuam em ambos os espaços e com práticas diversas de produção, comercialização e serviços, o que indica diversidade e polivalência.

Dentre os EES na região Turvo-Grande/SP, três encontram-se em fase de implantação (7%), conforme registro em dezembro/2005, estando o restante em funcionamento. As principais razões indicadas para explicar o não funcionamento, regular e contínuo, dos três EES são as dificuldades de acesso ao financiamento necessário à aquisição dos meios de produção ou a sua cessão, por doação ou empréstimo, pela Prefeitura.

Quanto ao número de EES e associados por gênero na região Turvo-Grande/SP, 88% dos empreendimentos são constituídos por associados e associadas, 7% somente por mulheres e 5% por homens, somando 2.360 trabalhadores vinculados aos 42 EES.

No conjunto dos associados, a participação relativa dos homens é superior a das mulheres, sendo que o mesmo ocorre em âmbito nacional, porém um pouco menor, ou seja, 64% são homens.

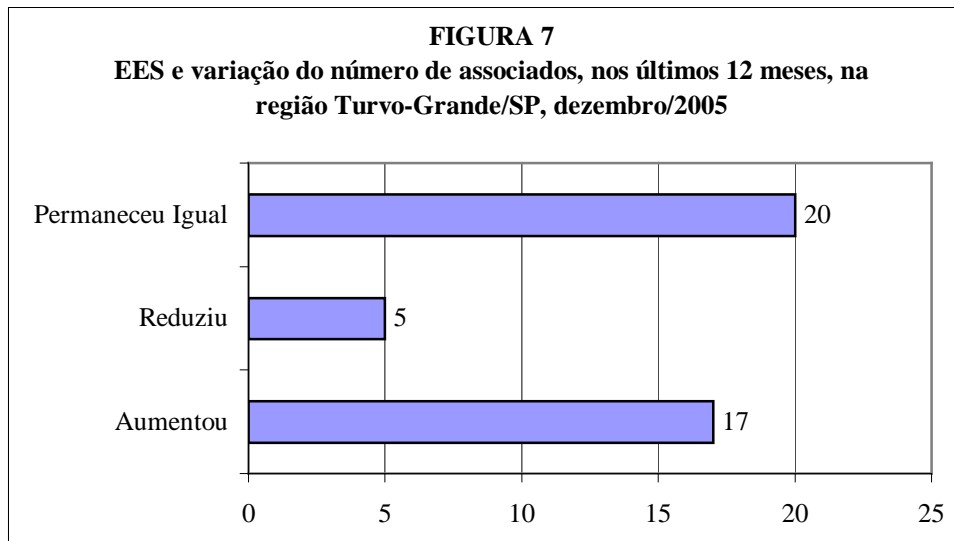
Estão associadas aos EES 2.360 pessoas, sendo 712 mulheres e 1648 homens, das quais neles trabalham 26%. Das pessoas que trabalham nos EES, 59% são homens e 41% mulheres. Daí resulta uma média de 56 associados (as) por EES, que está abaixo da média nacional que é de 84 participantes. A este conjunto agregam-se mais 46 trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-associados (as), possuem vínculo com os EES.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 6 mostra que 76% dos associados/as concentram-se nos EES organizados com mais de 50 pessoas cooperadas (33% do total).

A maioria dos EES é formada por associados de ambos os sexos (88%). Em nível nacional, a participação relativa das mulheres aumenta nos EES com menor número de associados (as). Nos EES com até 20 associados a quantidade de homens e mulheres é a mesma ou há mais mulheres. A participação masculina aumenta nos EES com maior número de associados (as).



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

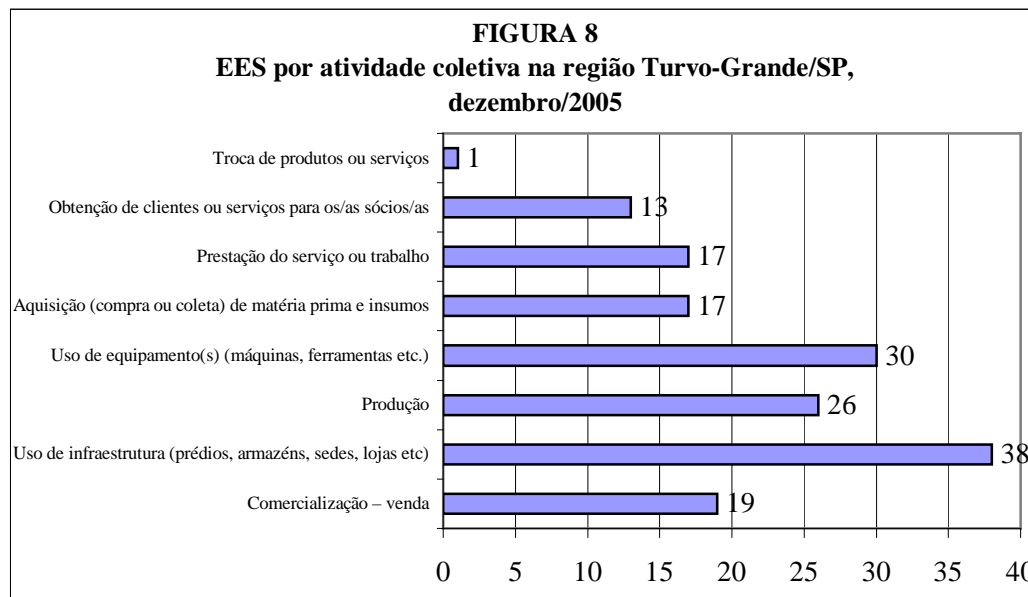
Constata-se acentuada estabilidade quanto ao fluxo de associados nos EES, pois 88% deles mantiveram ou aumentaram seu quadro associativo no último ano. Em 2005, dos EES (12%) que tiveram redução do quadro associativo, um é grupo informal, outro é cooperativa e são três associações. Estes cinco EES apontaram também seis diferentes razões que motivaram a redução, porém, sem a predominância de qualquer delas.

3.2.2 Atividade econômica

A Figura 8 mostra que 38 (90%) dos EES utilizam a infraestrutura de forma coletiva, como prédios, armazéns, sedes, lojas, etc; e 71% fazem uso coletivo de equipamentos, máquinas, ferramentas, etc.

Ressalta-se que 62% dos EES desenvolvem coletivamente atividades de produção, comércio e serviços, apontando acentuada dinâmica nos processos de trabalho. Indicam os EES, no entanto, a necessidade de maior interatividade entre os trabalhadores e entre os empreendimentos, no sentido da promoção de trocas de produtos e serviços, para o fortalecimento do coletivo como rede solidária.

As atividades produtivas realizadas coletivamente pelos associados concentram-se no uso de infraestrutura e equipamentos e na aquisição de matéria prima e insumos, atividades que indicam a existência de relações cooperativas de intermediação junto ao mercado fornecedor e forte presença de pequenos produtores agropecuários entre os EES na região Turvo-Grande/SP. (Figura 8)



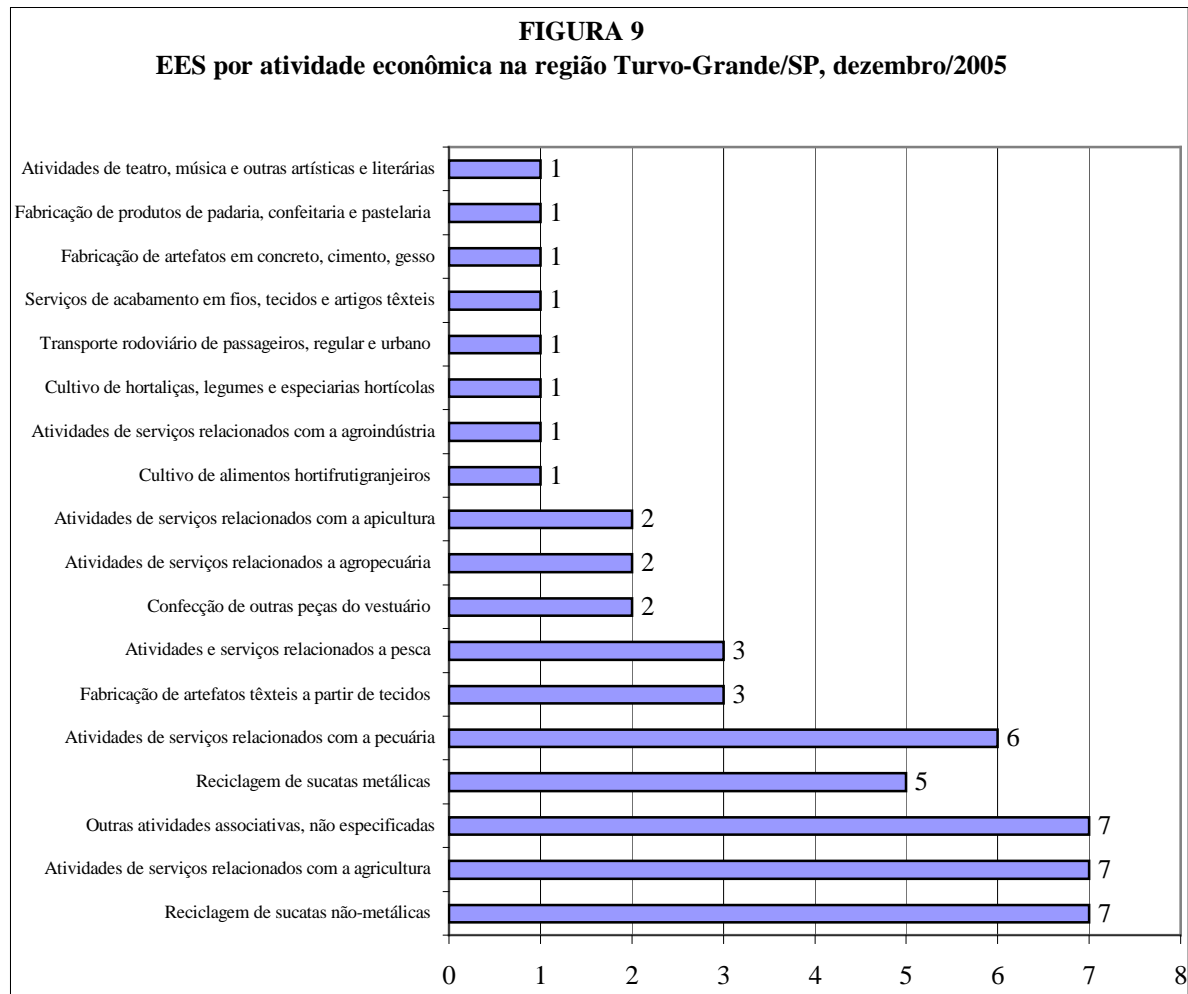
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 9 mostra que as principais atividades econômicas apontadas pelos EES são: reciclagem, agricultura, agroindústria, pecuária, confecção, pesca, apicultura, horticultura, fruticultura, aquíicultura, granjeiro, artesanato, artes, panificação, artefatos de cimento. Concentram-se na agricultura e pecuária (31%) e na reciclagem (29%).

A diversidade de atividades econômicas, coerente com os dados em âmbito nacional, permite admitir a possibilidade de que os EES poderão se estender a diversos campos de atividade econômica. .

Reagrupando-se os EES em categorias mais abrangentes, verifica-se que 38% deles atuam no segmento da agricultura, agropecuária e agroindústria, 28% na prestação de serviços (alimentação, consultoria, transporte, limpeza, serviços gerais, etc.), 20% na produção (indústria, artesanato, confecções, etc.), no extrativismo e pesca 12%, e no comércio somente um EES (2%). Registra-se como significativas as indicações na categoria “extrativismo e pesca”, pois nela as práticas em pesca e cultivo de peixes lideram em número de EES.

Os principais produtos dos EES da área rural são: pimenta, mandioca, abóbora, frutas, ovos, legumes, hortaliças, peixe, mel, leite e látex. São prestados, também, serviços agrícolas como a preparação do solo e a assessoria administrativa, técnica e agrícola aos associados, em particular nas áreas contábil, fiscal e tributária.

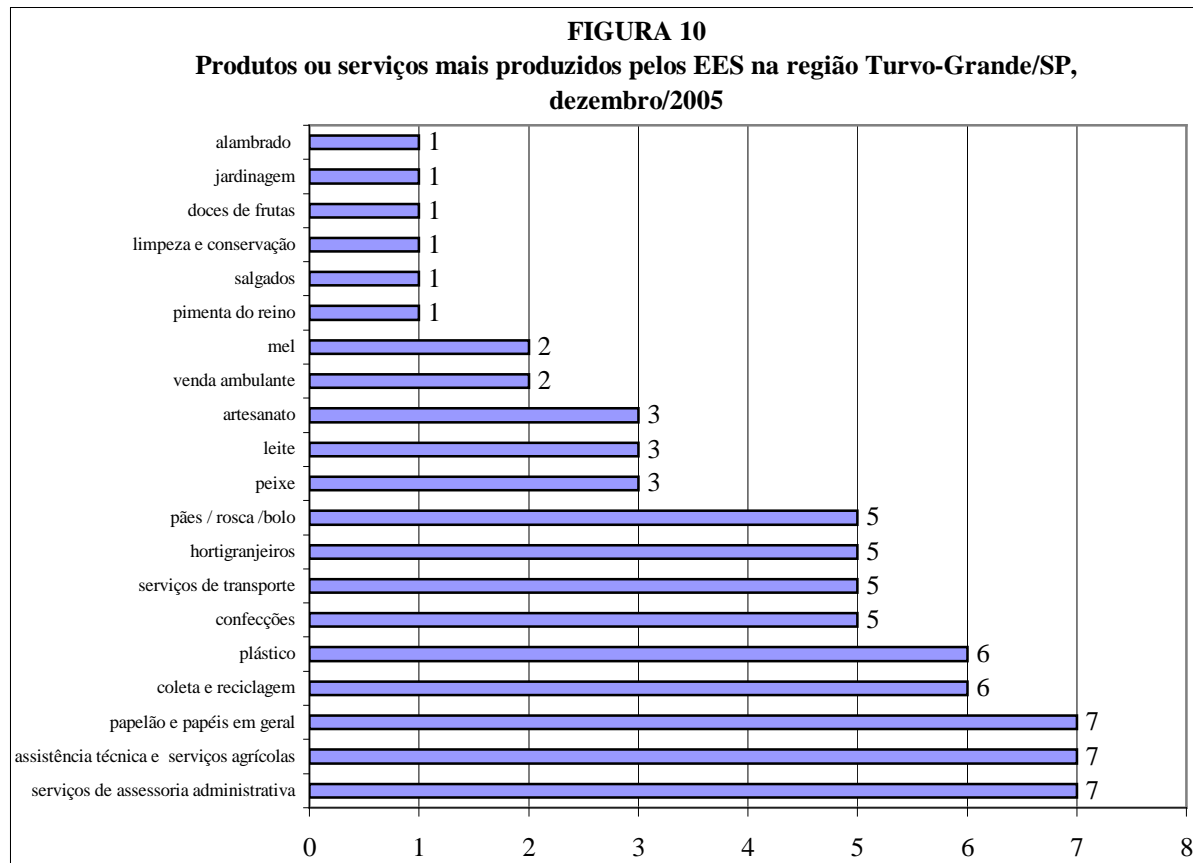


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Constata-se nacionalmente a mesma concentração de EES nas categorias de atividades econômicas apontadas na pesquisa na região Turvo-Grande/SP. Confirma-se o maior número de iniciativas em agricultura, agropecuária e agroindústria, seguida de prestação de serviços e produção.

Somando-se, de um lado, os EES que atuam na 1ª categoria citada, mais extrativismo e pesca, e de outro, prestação de serviços, produção e comércio, verifica-se o equilíbrio na distribuição das atividades de economia solidária no campo e na cidade, na região Turvo-Grande/SP.

Conforme a Figura 10, entre os produtos e serviços com mais indicações destacam-se os serviços de assessoria administrativa, assistência técnica e serviços agrícolas, coleta e beneficiamento de materiais recicláveis, confecções de vestuário, serviços de transporte de passageiros e pequenas cargas, hortifrutigranjeiros, pães, roscas e bolos.



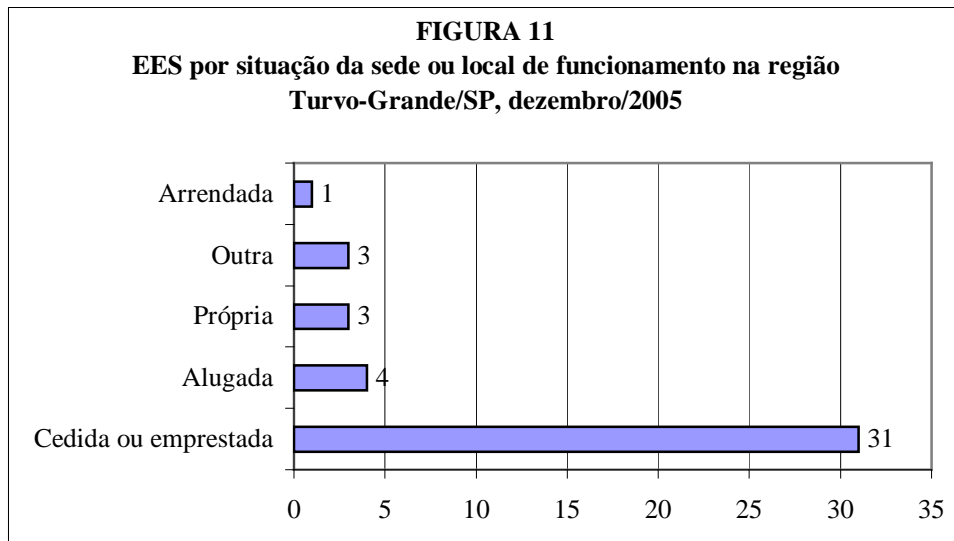
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Os produtos e serviços com menor escala de produção são: alambrado, jardinagem, doces de frutas, limpeza e conservação, salgados, pimenta do reino, mel e venda ambulante, que somam 24%.

A diversidade de práticas econômicas, ainda que não intensivas em trabalho, é fator importante no processo de construção da economia solidária, incluindo a ampliação de oportunidades de emprego e renda e a sustentabilidade do movimento.

Essa diversidade de atividades econômicas reproduz-se em produtos e serviços e no consumo de matéria prima e insumos nos EES. O maior investimento em despesas administrativas, equipamentos e combustível, indicou a prevalência dos EES atuantes em agricultura, agropecuária e agroindústria, na região Turvo-Grande/SP.

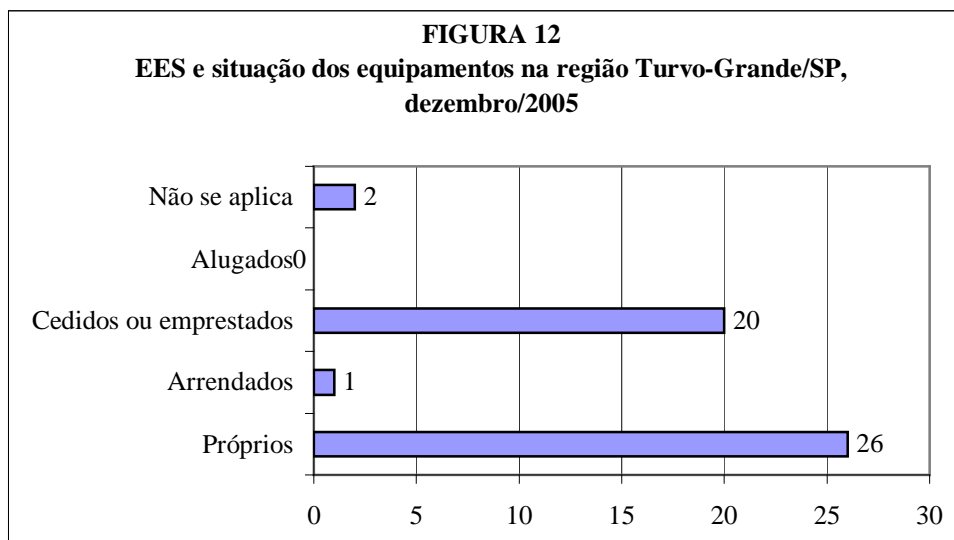
A matéria prima e os insumos mais usados são adquiridos junto ao mercado fornecedor capitalista (40%) ou dos próprios associados (28%), prevalecendo os serviços de apoio administrativo. A diversidade de produtos adquiridos é grande, destacando-se os equipamentos e o consumo de combustível.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

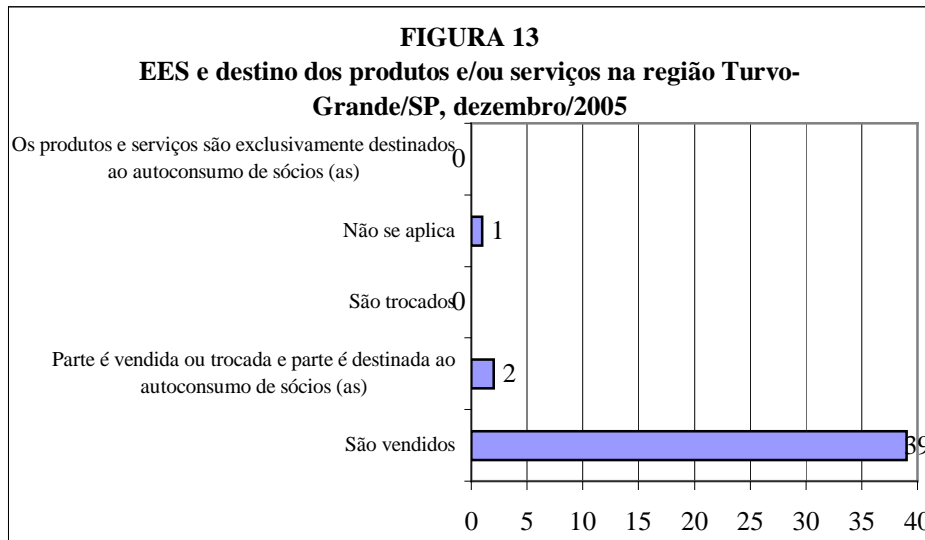
A maioria (74%) dos EES funciona em prédios cedidos ou emprestados pelos órgãos públicos ou resultado de relações de troca entre os associados. Somente 7% dos EES funcionam em sede própria (Figura 11).

Quanto aos equipamentos, 62% dos EES indicaram que são de propriedade dos associados, o que é significativo mesmo diante do fato de que 48% dos EES ainda utilizem equipamentos “cedidos ou emprestados” pelo setor público governamental ou instituições da sociedade civil (Figura 12).



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Em ambas as situações verificam-se a presença de relações de dependência que podem condicionar as atividades de produção associada e a continuidade de parte dos EES. Essas relações podem atuar, também, como fator de apropriação dos espaços decisórios na gestão do trabalho e na formulação de estratégias dos EES.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

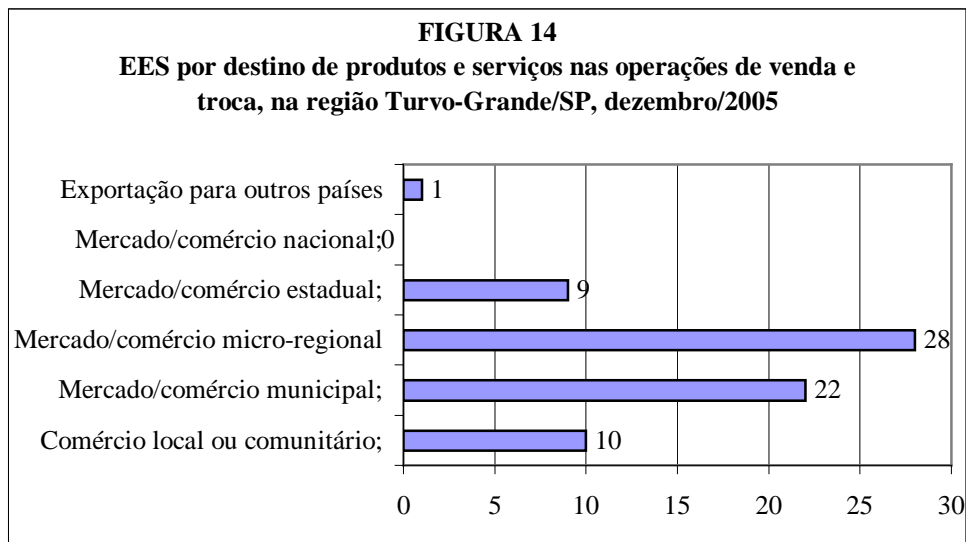
Os produtos e serviços são vendidos pelos EES (93%), restando pequena parcela destinada à troca e autoconsumo de associados (as). Os dados mostram que a produção é voltada ao mercado, não existindo estímulo às feiras de trocas solidárias.

Dos produtos e serviços vendidos pelos EES, 53% são entregues diretamente ao consumidor, o que pode significar produção em pequena escala e ausência de estruturas coletivas para a comercialização. 33% dos EES fornecem seus produtos e serviços aos revendedores/atravesadores e somente 5% deles ao setor industrial que, em tese, tem capacidade de aquisição em maior escala.

Somente três EES (7%) são fornecedores de órgãos governamentais, o que reafirma a incoerência da política de compras públicas, considerando-se o apoio e assessoria das prefeituras e organizações para-estatais à constituição e funcionamento dos mesmos.

Entre os EES é alta a expectativa de que se transformem em fornecedores prioritários de órgãos governamentais, já que estes atuam como facilitadores dos empreendimentos. Justificam-se as prefeituras, a exemplo do município de São José do Rio Preto, apontando os limites da Lei Federal 8666 que regula os contratos dos órgãos públicos.

Alguns EES afirmam que as prefeituras, com raras exceções, não honram seus contratos quanto ao prazo de pagamento, gerando problemas quase insuperáveis, motivo pelo qual não se interessam por esse tipo de comercialização. Outros, criticamente, dizem que o processo licitatório exige estruturas de produção e distribuição não compatíveis com as possibilidades dos EES, e que estes são excluídos pelas exigências impostas ainda no processo de indicação de produtos para compra.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Verifica-se na Figura 14 que o destino dos produtos e serviços não atinge as esferas estadual e nacional, ficando circunscritos ao âmbito municipal e micro-regional. Essa constatação aponta, favoravelmente, para a construção de mercado solidário regionalizado. Assim, é possível a compreensão de que os processos de economia solidária podem fortalecer transações que facilitem a distinção entre os mercados regionais e o global, no período em domínio do capital transnacional.

Indica, também, o possível não relacionamento dos EES com redes de comércio justo e consumo solidário, que atuam em esfera mais ampla. Os dados nacionais indicam que apenas 7% dos EES destinam seus produtos e serviços ao território nacional e somente 2% realizam transações com outros países.

É baixa a distribuição no âmbito comunitário/local, pois somente 14% dos EES apontaram esse modo de comercialização. A maior parte da venda ocorre a consumidores do município e sua micro-região.

Quanto aos espaços de comercialização de produtos e serviços, a pesquisa apontou que 19% dos EES comercializam seus produtos e serviços em espaços coletivos e 4% em espaços ou lojas de sua propriedade, dados que indicam o baixo investimento em estruturas de comercialização, como espaços coletivos que facilitem e viabilizem a distribuição da produção dos EES.

A pesquisa apontou que 67% dos EES não encontram dificuldades na comercialização de seus produtos ou serviços, diferentemente de 26% deles. Os 7% restantes compreendem os EES em fase de implantação.

As dificuldades enfrentadas pelos EES concentram-se na incapacidade de disputa no mercado capitalista, que surge, pela não possibilidade econômica de financiamento da produção em maior escala. O isolamento e dispersão dos EES na região Turvo-Grande/SP constituem-se em fator quase impeditivo à organização em rede de cooperação, condição que facilitaria a produção e distribuição e nas questões de escala e financiamento.

A não formalização de alguns EES significa dificuldade no processo de venda, diante da não possibilidade de emissão dos documentos exigidos para a circulação de mercadorias.

Não há prevalência de uma dificuldade, mas reafirma-se a existência de poucos espaços coletivos de comercialização e da necessidade de organização em rede ou complexos cooperativos.

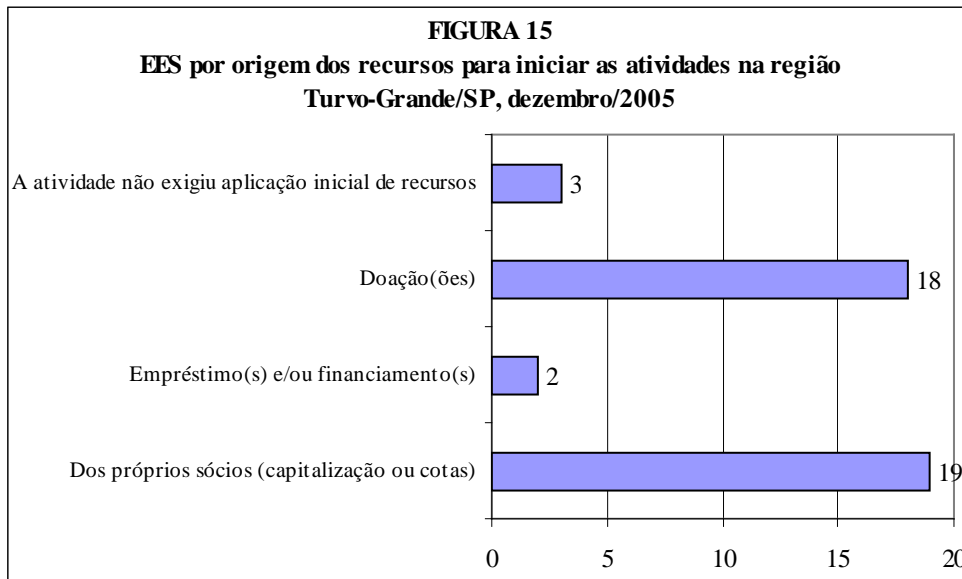
Verificou-se que pouco mais da metade (55%) dos EES utilizam algum tipo de divulgação de seus produtos e serviços. Explica-se a situação pelo fato de que a maioria dos EES entrega seus produtos e serviços diretamente aos clientes, estando, temporariamente, consolidados no mercado comprador.

Os EES que se esforçam na divulgação de seus produtos e serviços, realizam investimentos e mídias insuficientes para a consolidação em mercado municipal e micro-regional. O uso da estratégia de divulgação “boca-a-boca”, por 26% dos EES, indica que operam em espaços comunitários, para além do local, já que somente 14% dos EES destinam seus produtos e serviços ao comércio em suas comunidades.

Dentre os EES, 17% deles utilizam cartazes, folder e panfletos, porém não contam com catálogo de seus produtos e serviços. Dos 23 que fazem uso da divulgação, 32% acessam a mídia impressa e rádios. Três EES utilizam a mídia televisiva, sendo que dois deles como escolha principal.

3.2.3 Investimentos, acesso a crédito e apoios.

Os investimentos realizados na implantação dos EES resultaram da aplicação de recursos próprios dos associados em 45% (19) dos casos, na forma de integralização do capital em cotas. Outros 43% (18) obtiveram os recursos em doações não identificadas (Figura 15).



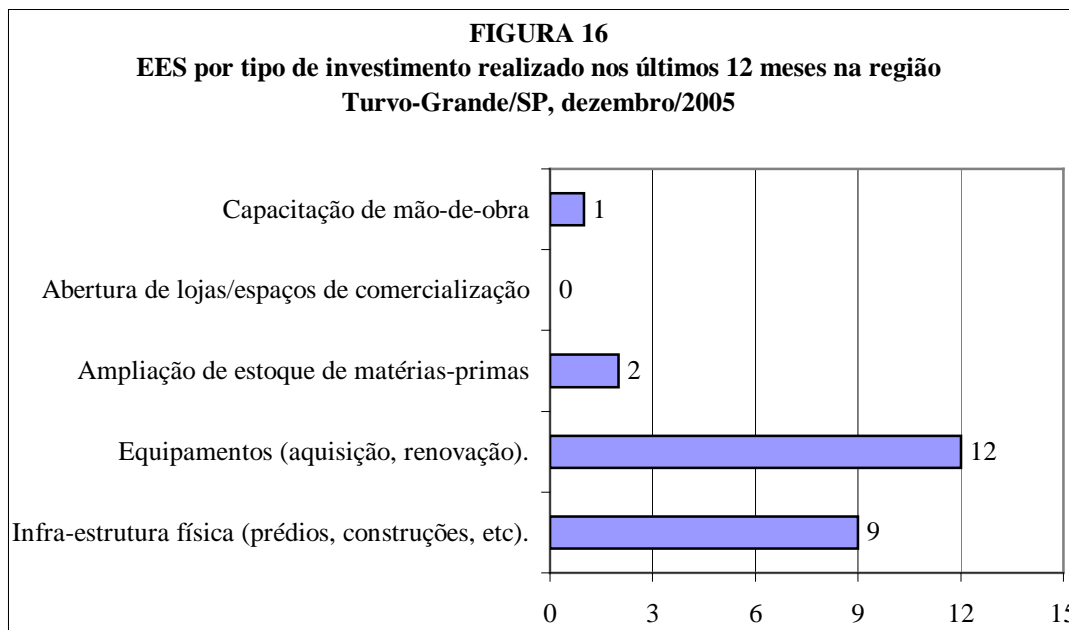
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Conforme apontado, somente dois (5%) EES buscaram e conseguiram crédito para o financiamento de sua instalação e início de suas atividades. Verifica-se, também, que três dos EES não exigiram investimento inicial de recursos. A pesquisa revelou, em segundo plano, que um EES obteve parte dos recursos junto à prefeitura de seu município, em complemento aos recursos próprios capitalizados pelos associados (as).

A pesquisa revelou que 40% dos EES realizaram investimentos durante o ano de 2005, com recursos próprios ou financiamentos obtidos em organizações do mercado de crédito, público ou privado.

A aquisição e renovação de equipamentos (12), seguida de melhoria da infraestrutura física, em prédios e construções (9), constituíram-se na prioridade dos investimentos realizados pelos EES nos últimos 12 meses (Figura 16).

Dos EES que investiram em 2005 (17), 65% realizaram aplicações de 1 a 10 mil reais e quatro deles investiram acima de 10 mil reais. O valor médio investido pelos 17 EES (40% do universo) foi de 34 mil reais, em um ano.

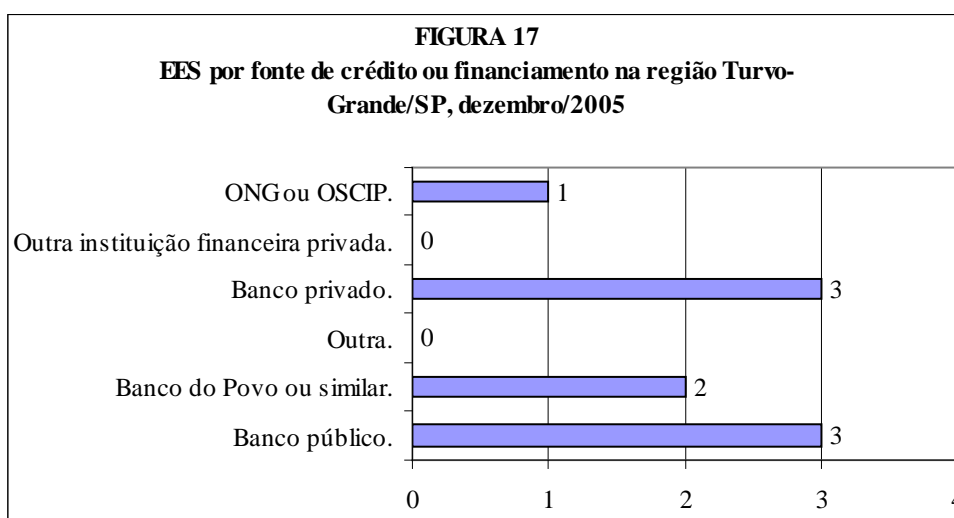


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Somente 19% do total de EES (42) tiveram acesso a crédito ou financiamento em 2005, ou seja, dos 18 EES que buscaram crédito, somente oito conseguiram o financiamento necessário aos seus investimentos.

Ressalta-se que os recursos obtidos foram destinados a novos investimentos (87%) e o restante (13%) a novos investimentos e custeio.

Nenhum EES financiou capital de giro para suas atividades produtivas em 2005, revelando poupança acumulada ou dificuldades no acesso ao crédito para financiar a produção.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

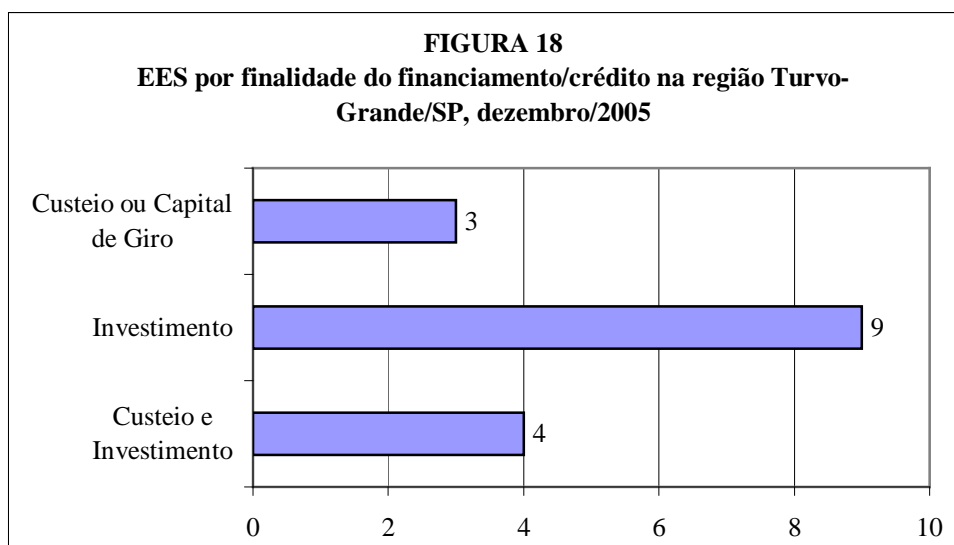
A Figura 17 revela que as instituições de crédito financiadoras dos investimentos de 19% dos EES são públicas (fonte de crédito de 62% dos EES) e bancos privados (de 38% deles). Aponta ainda que um EES obteve financiamento com organização não governamental, não caracterizada como instituição de crédito.

Fica evidente que 79% dos EES, ou 33 dos 42 pesquisados, não responderam à questão por não terem buscado crédito (23) ou porque buscaram e não tiveram acesso ao mesmo (10).

Outros dados tabulados indicam que dos oito EES (19%) que obtiveram crédito junto a instituições financeiras, 50% atingiram a média de 6 mil reais, 38% a média de 70 mil reais e 1 (12%) atingiu 330 mil reais, em 2005. O valor médio obtido a título de crédito, entre os 8 EES, foi de 61 mil reais, expressão não significativa considerando-se a possível distorção gerada pelo valor obtido por somente um deles, ou seja, 67% do total financiado.

A situação atual do pagamento dos valores obtidos no sistema de crédito é suficiente, já que 50% dos EES estão quitando seus financiamentos dentro do prazo contratado, outros 25% deles estão em prazo de carência e os 25% restantes encontram-se com o empréstimo concluído e quitado.

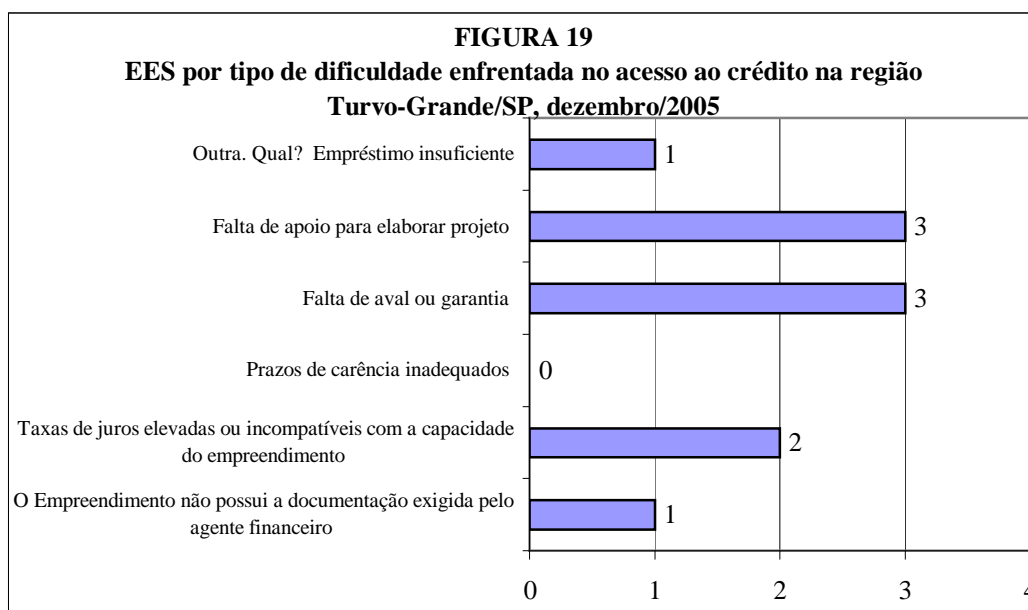
A necessidade de financiamento foi apontada por 38% dos EES. Aguardam a criação de sistema alternativo de microcrédito que possam acessar, com custos compatíveis à natureza de suas atividades coletivas, para o financiamento da produção.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 18 revela a razão de novos financiamentos apontados pelos EES. Entre os que vão investir, 56% pretendem obter crédito exclusivamente para novos investimentos, 25% para o custeio e investimentos e 19% para o custeio ou capital de giro.

O acesso ao crédito é dificuldade para 21% dos EES. Estes EES buscam apoio junto às organizações do Sistema “S” para elaborarem projetos “técnicos” que possam viabilizar a obtenção de recursos junto às instituições financeiras públicas ou privadas. Das informações citadas verifica-se que dos 10 EES que não obtiveram crédito, entre os 18 que o buscaram, um deles não apontou ter dificuldade para consegui-lo.

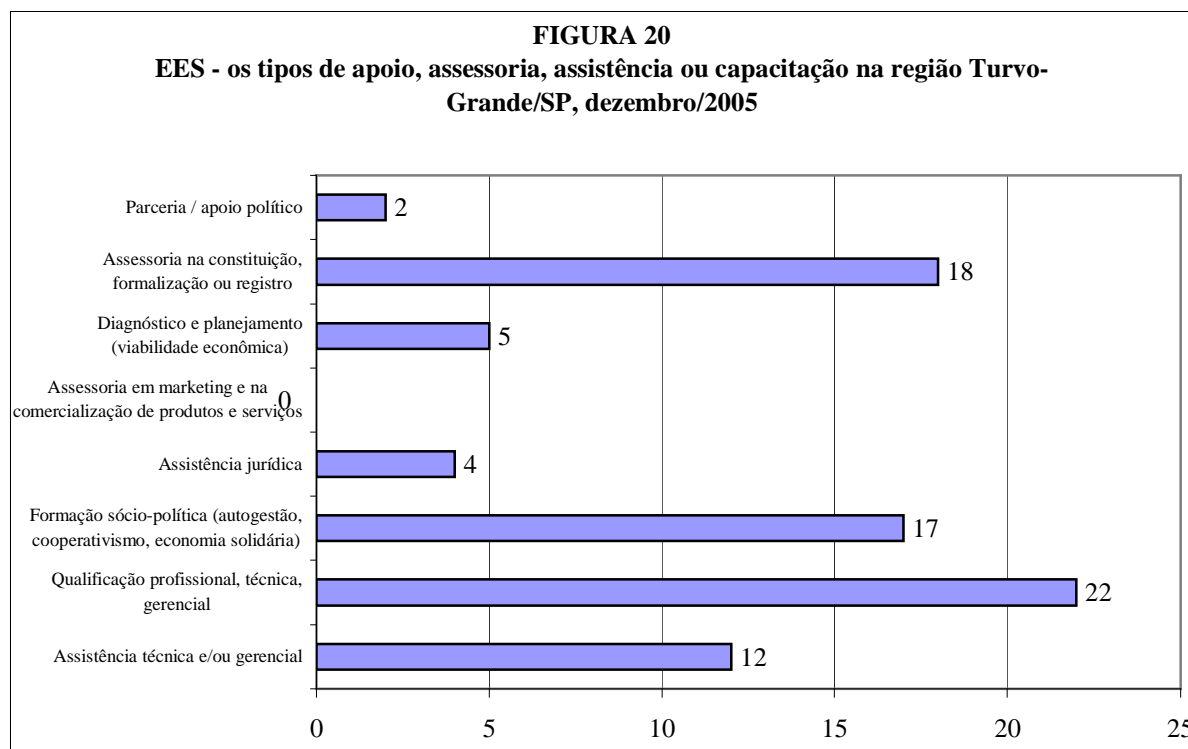


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Ao buscarem financiamento para novos investimentos, custeio e capital de giro junto ao sistema de crédito, as principais dificuldades enfrentadas em 2005 por 21% dos EES, foram: a não oferta de aval ou garantia, a exigência de projetos técnicos sem apoio para a sua elaboração e a taxa de juros elevada ou incompatível com a capacidade do EES.

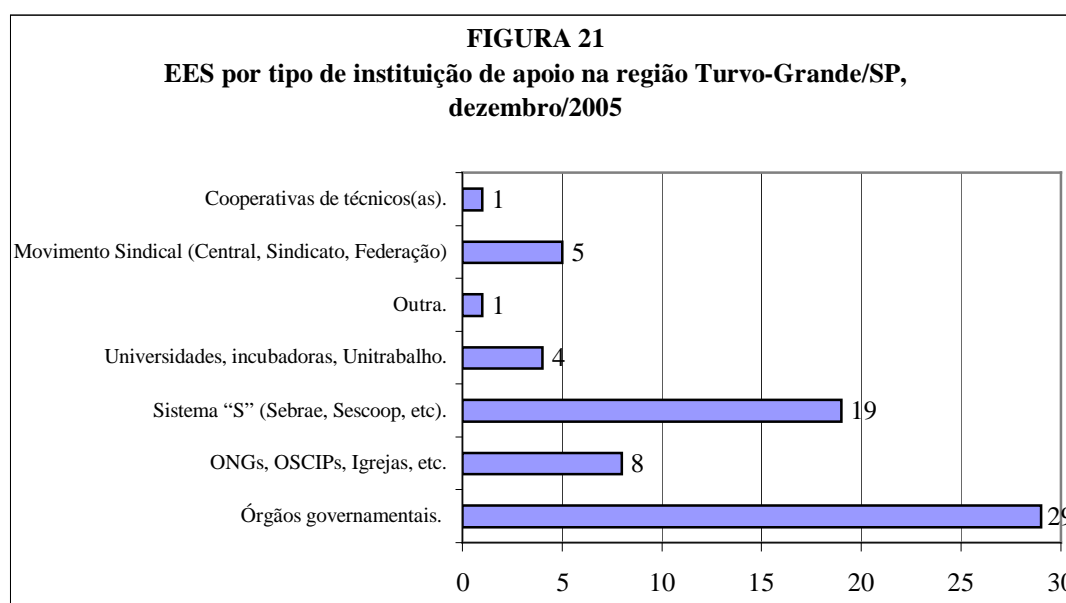
A maioria dos EES (35) obteve apoio na fase de constituição e instalação, em especial nas questões de formação e assistência técnica, incluindo os aspectos legais de registro junto aos órgãos públicos municipais, estadual e federal.

A Figura 20 mostra que o apoio recebido pelos EES (83%) distribuiu-se em qualificação profissional, técnica e gerencial (52%); formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo) (40%) e assessoria na constituição, formalização ou registro (43%) e assessoria técnica e/ou gerencial (29%).



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

O apoio concentrou-se em assessoria nas operações especializadas, comuns às empresas mercantis, conforme indicado na Figura 20. Conforme indicações 17 (40%) dos EES que obtiveram apoio fizeram o debate sócio-político das questões centrais referentes ao processo coletivo de produção, comercialização e consumo.



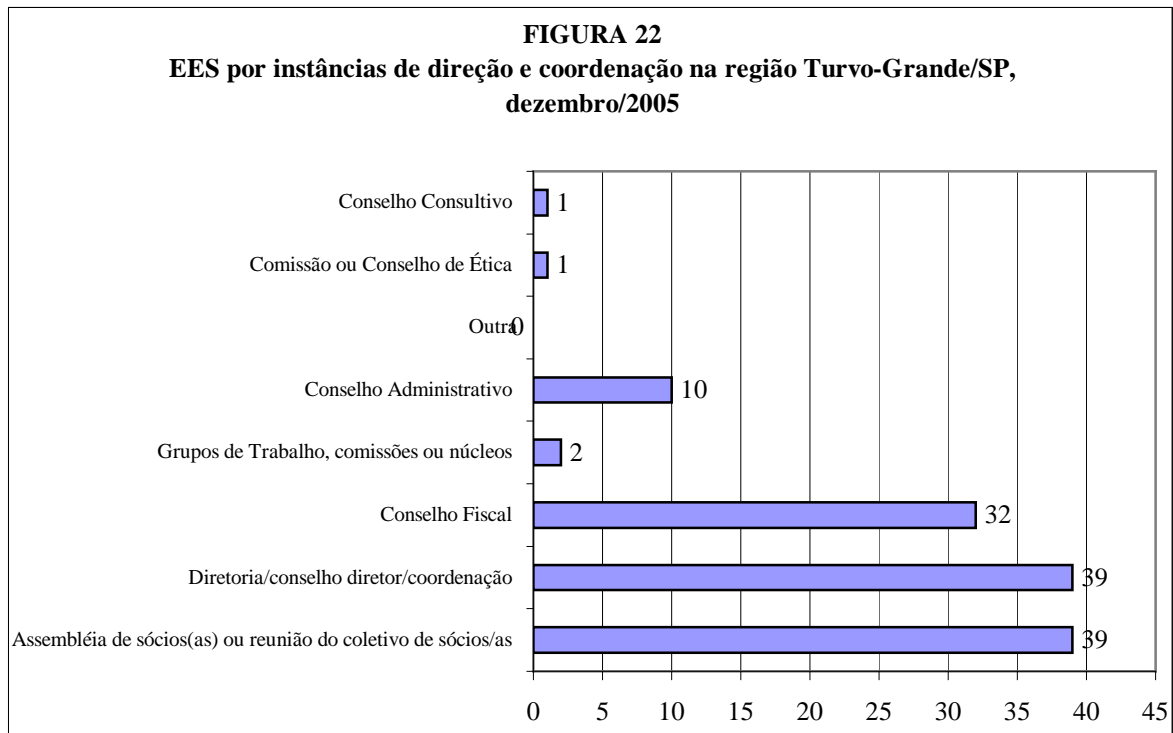
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 21 mostra a concentração de órgãos públicos, organizações “paraestatais” e entidades conveniadas no conjunto de instituições que apoiaram os EES. Somente 12% dos EES receberam apoio do movimento sindical de trabalhadores, instituição em que a economia solidária continua no centro do debate, ora como reformista, ora como revolucionária.

Destaca-se, também, a ausência de incubadoras municipais (experiências de convênios Universidades e Prefeituras) e da Rede Unitrabalho, organização que desenvolve atividades educativas na incubação de cooperativas populares, com o projeto ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). Apenas dois EES indicaram apoio de universidades, ainda assim, pontual.

3.2.4 Gestão do empreendimento

Observa-se na Figura 22 que 39 EES (93%) apontaram como principais instâncias de direção e coordenação do processo participativo a Assembléia de associados (as) e a Diretoria Executiva (eleita pelo coletivo). Os 7% restantes correspondem aos três EES que se encontram em fase de implantação e realizam reuniões do coletivo no semestre, porém sem a devida sistematização.

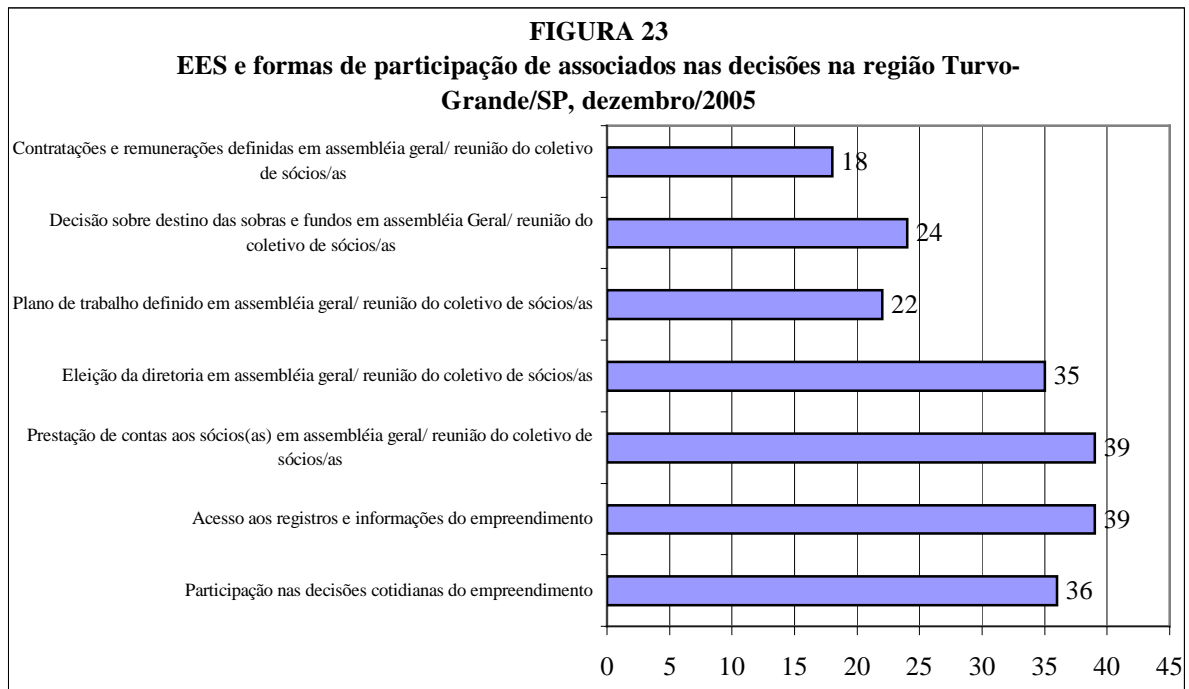


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Indica, também, que 76% deles contam com a instituição do Conselho Fiscal, enquanto órgão de controle social interno ao funcionamento ético e legal do empreendimento cooperativo, além da Assembléia e a Diretoria.

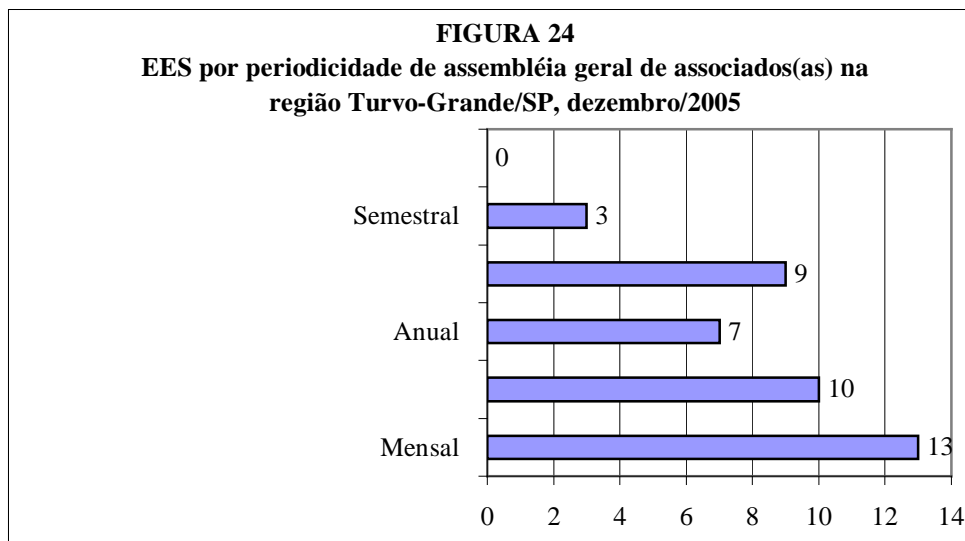
Conforme indica a Figura 23, todos os EES da região Turvo-Grande/SP realizam Assembléias Gerais ou reuniões do coletivo de associados (as), momento em que 93% (39) deles prestam contas aos associados/as, garantindo-lhes o acesso aos documentos comprobatórios de suas atividades de arrecadação e aplicação de recursos. Os outros 7% correspondem aos três EES que se encontram em fase de implantação.

Em 86% dos EES pesquisados, a participação dos associados (as) ocorre com frequência nas decisões cotidianas no âmbito das instâncias de direção e coordenação. Nas Assembléias é alta a participação, em especial quando da escolha da direção executiva. Nos EES com até 20 associados, as decisões cotidianas são tomadas pela maioria qualificada dos presentes.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

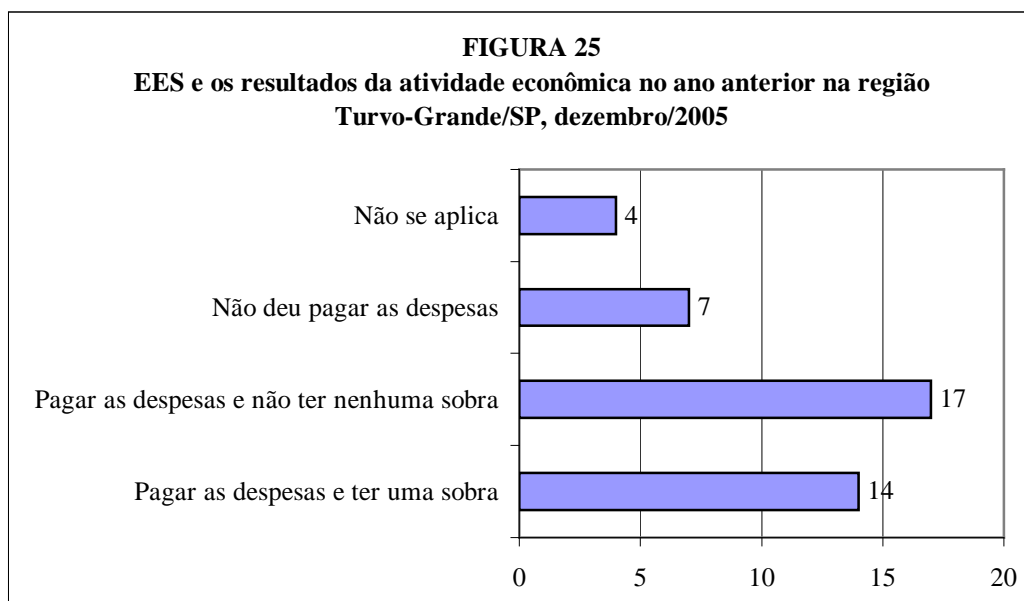
Um indicador importante para avaliar a participação dos associados (as) no processo decisório dos EES e projetar a tendência quanto à gestão coletiva (autogestão) é a periodicidade de realização das assembléias ou reuniões do coletivo de pessoas vinculadas a cada empreendimento.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Dos 39 EES em atividade regular, 76% reúnem-se em todos os momentos necessários ou realizam Assembléias de 30 a 90 dias. Somente 17% dos EES reúnem-se em Assembléia uma vez ao ano. Os três EES em fase de implantação (7%) realizam reuniões do coletivo de associados semestralmente.

Conforme a Figura 25, os resultados da gestão financeira em 2005 foram satisfatórios para a maioria dos EES, já que 74% (31) deles quitaram todas as suas despesas e, destes, 45% (14) tiveram sobras.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Verifica-se, ainda, que 17% dos EES não conseguiram pagar as despesas geradas em 2005, pois os resultados obtidos com sua atividade econômica não foram suficientes para tal operação. Os dados referentes àqueles que quitaram certamente não contêm eventuais doações de recursos que facilitaram aos EES a cobertura das despesas que o faturamento em 2005 pode não ter permitido saldar.

As sobras obtidas por 14 EES foram destinadas em 50% deles ao Fundo de Investimento, em 43% ao Fundo de Reserva e somente em um deles (7%) à integralização de capital dos seus associados (as).

3.2.5 Situação de trabalho nos EES

Em 69% dos EES pesquisados, existem associados (as) trabalhando, atuando diretamente nas atividades laborais. Dos EES 33% ocupam trabalhadores não associados. Em 7% os associados (as) trabalham de forma esporádica, pois os EES encontram-se em fase de implantação.

Os EES que contam com o trabalho direto de associados (as), estão distribuídos em classes de acordo com o número destes. Verifica-se que estes EES contam: 38% com o trabalho de até 10 associados (as), 34% com o trabalho de 11 a 20; 21% com o trabalho de 21 a 50 e 7% com mais de 50 trabalhadores associados. Assim, dos EES que contam com o trabalho de associados (as), 72% têm até 20 trabalhadores e somente 7% ultrapassam a quantidade de 50 trabalhadores.

Entre os associados, 26% trabalham nos EES. São 607 associados de um total de 2360, dos quais 10% atuam em EES com até 10 trabalhadores; 27% em EES com 11 a 20; 29% em EES com 21 a 50; 34% em EES com mais de 50.

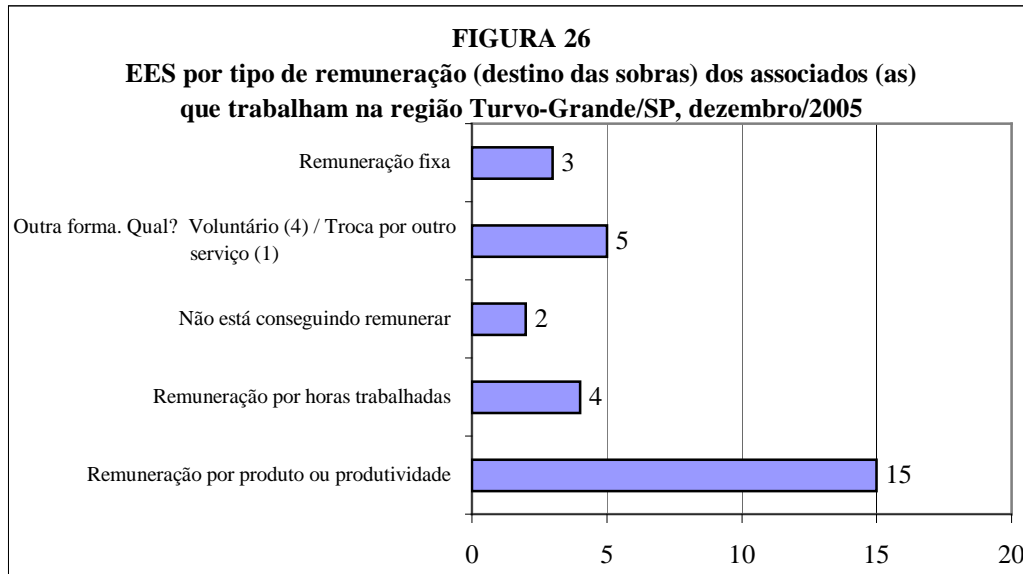
Somam 1.753 (74%) os associados (as) que embora mantendo vínculo com os EES não trabalham neles, diretamente. Constata-se, também, que parte dos EES funcionam como facilitadores na intermediação de pequenos proprietários rurais ou grupos urbanos com o mercado comprador de produtos e serviços.

Os 26% de associados que trabalham nos empreendimentos compõem-se de 14% homens e 12% mulheres, sendo que a participação relativa das mulheres associadas é maior, ou seja, 38% delas trabalham nos EES, contra 20% dos homens associados.

A Figura 26 aponta que entre os 29 EES que contam com o trabalho de associados, em 2 deles os trabalhadores não estão conseguindo fazer as retiradas mensais, em 4 o trabalho é

voluntário e em um há troca por outros serviços. Nos demais (22) a remuneração é fixa (3), por produto ou produtividade (15) e por horas trabalhadas (4). O quadro revela que 7% dos EES não estão conseguindo garantir a retirada mensal dos associados (as) que neles trabalham.

A figura do voluntário (a) e a troca de trabalho por outros serviços correspondem a 17% dos EES que contam com o trabalho direto de associados (as).



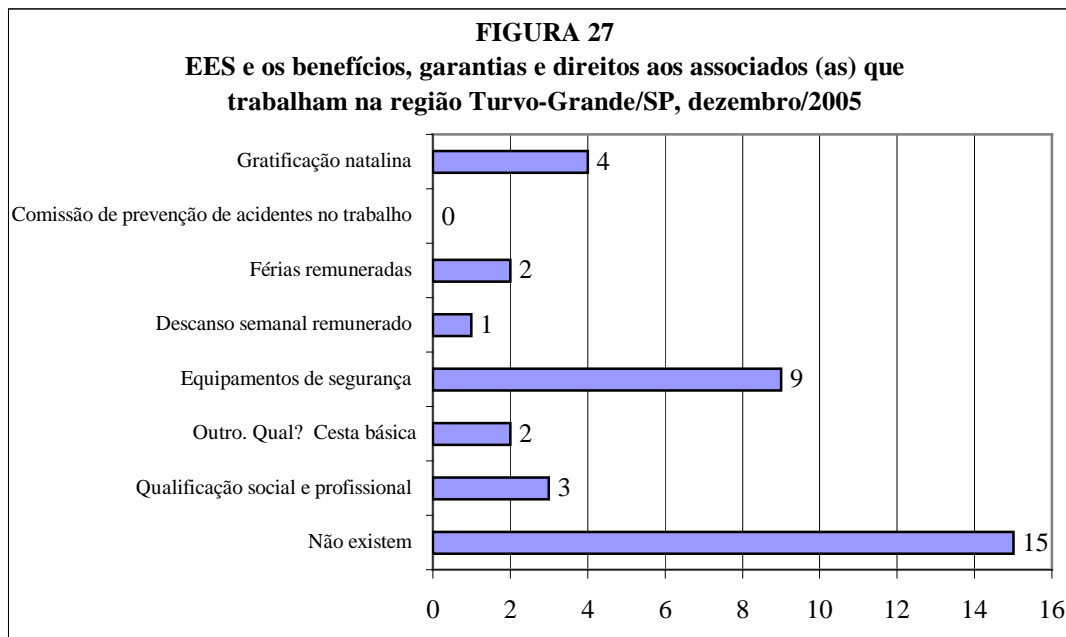
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Os EES (22) que estão remunerando regularmente os associados que trabalham, possibilitam a retirada mensal média de R\$518,00. As retiradas mensais variam: até R\$300,00 em 5 EES; até R\$500,00 em 11, até R\$1.000,00 em 2 e acima deste valor em 2, totalizando 20 EES. Dois EES não informaram o valor das retiradas mensais de seus associados que neles trabalham. Em 80% dos EES que informaram, a retirada é inferior à média mensal. Em 25% a retirada é de até R\$300,00, valor este igual ao salário mínimo vigente em dezembro de 2005.

Os dados citados podem ser compreendidos à luz dos baixos salários dos trabalhadores do sistema dominante e dos motivos apontados para a criação dos EES, considerando-se que para alguns se trata de complementação da renda familiar. Por outro lado, a retirada é informação de difícil acesso que poucos revelam ou oferecem dados aproximados.

A Figura 27 indica que 50% dos EES investem em benefícios, garantias e direitos sociais aos associados (as) que atuam no trabalho cooperativo, destacando-se o acesso a equipamentos de segurança como o principal item de investimento (21%).

Destaca-se na Figura 27 que 15 EES indicaram não garantir aos seus associados trabalhadores os direitos sociais. Trata-se da não existência de vínculo empregatício no trabalho cooperativo, entre o associado (a) e a instituição, e, por conseguinte, os EES não garantem o acesso aos direitos sociais na forma como as empresas mercantis o fazem, ou deveriam fazer, à luz da legislação. A proteção social esperada no ambiente cooperativo é mais ampla que aquela conquistada no trabalho assalariado.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

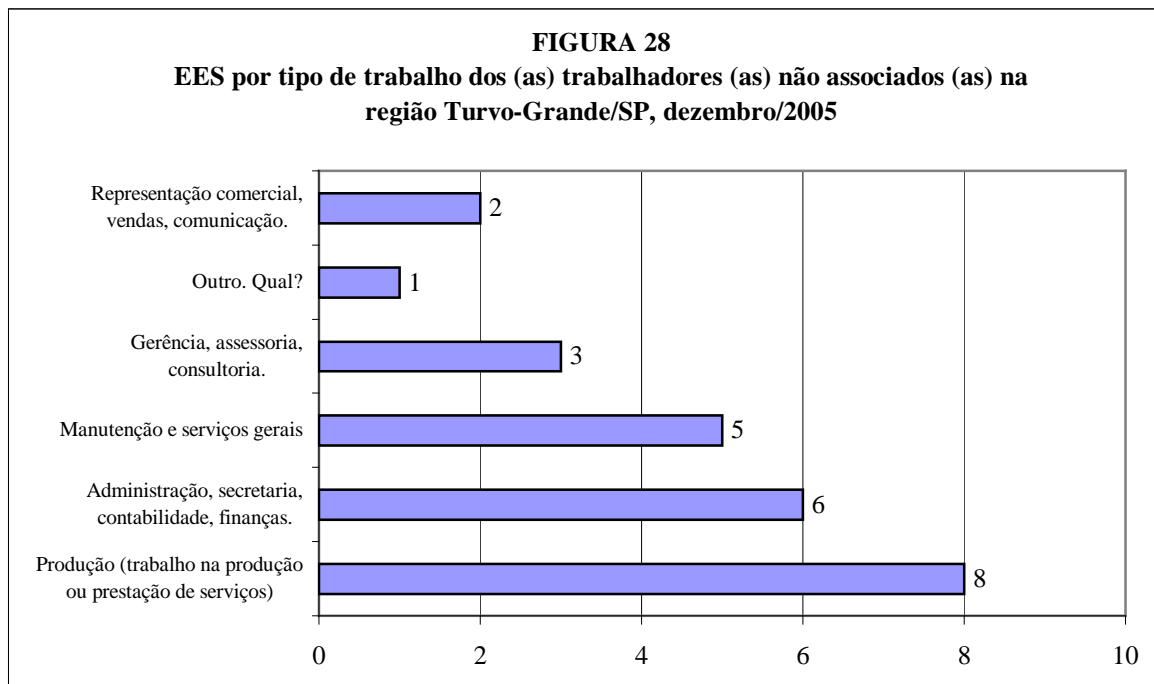
No caso dos EES, as sobras constituem o Fundo de Reserva (FR) e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sendo que este é destinado à prestação de assistência aos cooperantes, seus familiares e eventuais trabalhadores não associados.

O FR é constituído por 10% das sobras líquidas apuradas no exercício e o FATES por 5% das mesmas. A pesquisa apontou que 33% dos EES contam com trabalhadores não associados prestando serviços em diversos setores de trabalho. Eles representam 7% do total de pessoas que trabalham nos EES e 2% do quadro associativo total. A participação pouco significativa de trabalhadores não associados é relevante tendo em vista o princípio do não assalariamento.

Dos EES (14) que contratam não associados (as) 13 têm até 10 trabalhadores e um de 11 a 20. Os trabalhadores não associados estão 32 nos 13 EES e 14 naquele com 11 a 20.

Com relação à periodicidade na contratação de trabalhadores não associados, constatou-se que são mantidos vínculos contratuais permanentes em 65% dos EES, regime temporário em 21% e que 14% deles contratam em ambos os regimes.

Em resumo, 67% dos 42 EES, não praticam o assalariamento, pois não mantêm contrato de trabalho com não associados e 33% mantêm 46 trabalhadores não associados, dos quais 17 são mulheres e 29 homens.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 28 mostra que os trabalhadores não associados (as) são contratados para os cargos ou funções de produção por oito dos EES, de administração em geral por seis, de manutenção por cinco, de gerência, assessoria e consultoria por três deles. Verifica-se, também, que os EES contratam para mais de um cargo ou função.

Ressalta-se que as funções de representação comercial, vendas e comunicação são exercidas por trabalhadores não associados (as) somente em 2 EES (14% daqueles que contratam).

Em nove dos EES que contratam, os trabalhadores não associados (as) atuam em regime de contratação formal, com vínculo pela CLT e pagamento de salário mensal. Em quatro EES os trabalhadores são contratados como prestadores de serviços remunerados, com vínculo permanente ou temporário.

Surge em um EES a condição de trabalhador estagiário ou aprendiz remunerado, como tipo de vínculo estabelecido. Noutro, surge o trabalhador que troca seus serviços por outros, não considerado pelo EES como não associado que trabalha.

A remuneração média mensal paga a trabalhadores (as) não associados (as), por tipo de trabalho, é: na área de gerência, assessoria e consultoria, R\$2.000,00 (um EES); em administração, secretaria, contabilidade e finanças, R\$527,00 (5 EES); em manutenção e serviços gerais R\$383,00 (3 EES); e na produção R\$426,00 (7 EES).

Compreende-se que 57% dos EES que contratam trabalhadores não associados remuneram-nos com valor mensal abaixo da média de R\$518,00 referente à retirada dos trabalhadores associados (as) que também trabalham. Os trabalhadores que recebem salários abaixo da media de retirada dos associados, atuam nas áreas de produção e manutenção geral dos EES.

Os outros 43% remuneram os trabalhadores não associados com valor acima da média mensal de retirada dos trabalhadores associados (as). Estes trabalhadores não associados (as) atuam nas áreas de gerência, assessoria e consultoria, administração, secretaria, contabilidade e finanças. O salário pago a trabalhadores não associados que atuam em gerência, assessoria e consultoria corresponde até quatro vezes a média de retirada dos trabalhadores associados(as).

A retirada mensal dos associados, conforme indicação de 73% dos EES, é eqüitativa. Somente 17% dos EES afirmam que há diferença na retirada dos associados (as). Os EES restantes (10%) afirmaram que a questão não se aplica ao caso deles porque não promovem retiradas.

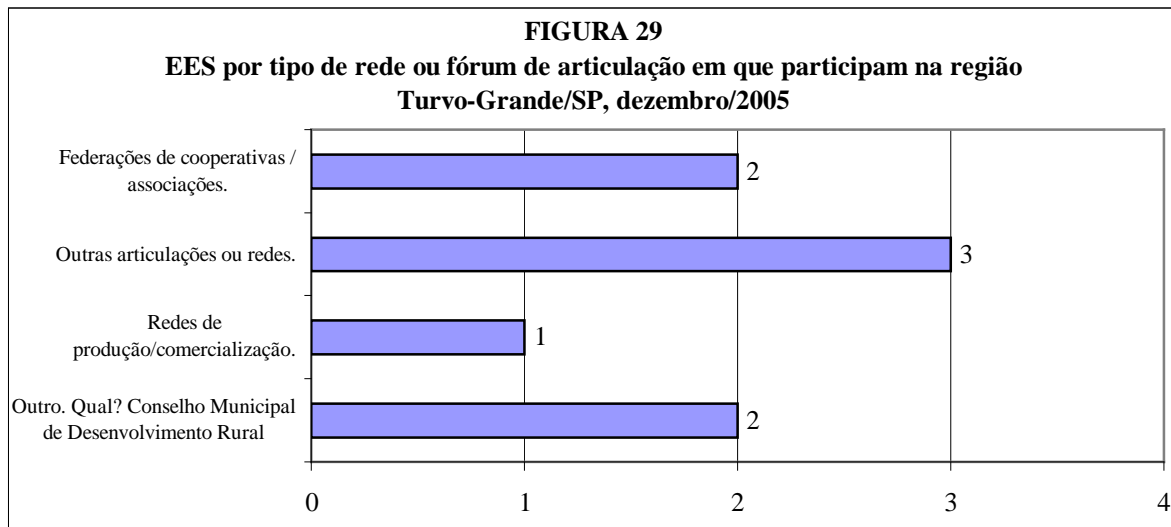
Entre os EES que praticam diferença na retirada de associados (as), e responderam à questão, a retirada maior é três vezes a menor. A maioria dos EES (63%) que praticam a diferenciação, não informou.

3.2.6 Dimensão sociopolítica e ambiental

A participação em redes ou fóruns de articulação política é significativa entre os EES pesquisados, pois 35 (83%) deles mantêm relacionamento com essas formas de organização popular e institucional; no entanto, somente oito (23%) destes informaram o tipo de organização em que atuam. Dentre os oito EES, seis participam de organizações de abrangência municipal e dois estadual (Figura 29).

Essa é uma das motivações que levaram à escolha da região Turvo-Grande/SP como recorte do interior do Estado de São Paulo para a realização da pesquisa de campo: a não participação de representantes dos empreendimentos ou gestores públicos ou agentes de entidades da sociedade civil nos encontros, feiras e fóruns estaduais realizados pelo movimento de economia solidária.

A pesquisa apontou que 10 (24%) dos EES pesquisados participam de movimentos sociais e populares ou com eles têm alguma relação.

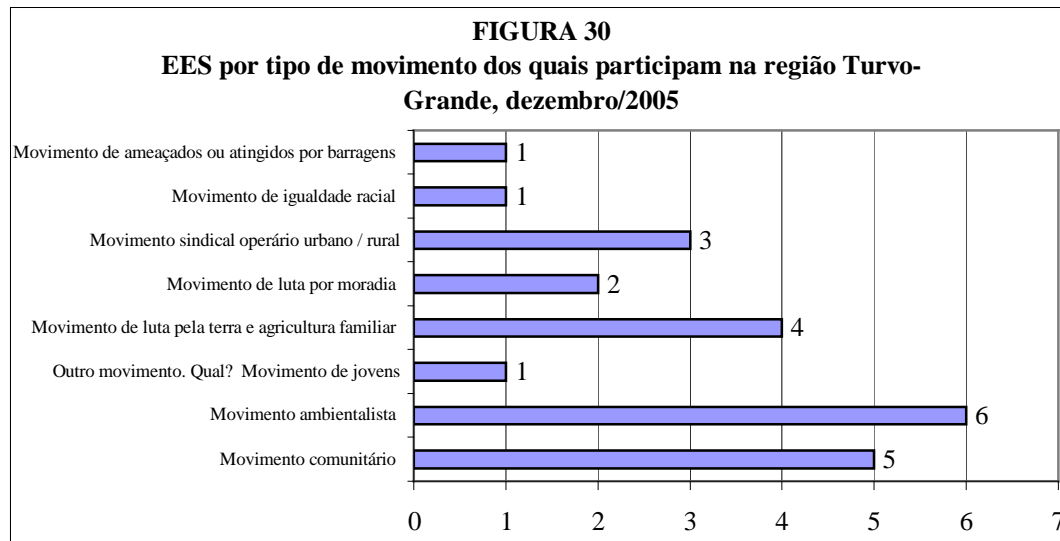


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 30 revela que entre os EES que participam de movimentos sociais e populares (10), destacam-se 26% relacionados com o movimento ambientalista, 22% com o movimento comunitário, 18% com os movimentos de luta pela terra e agricultura familiar e 13% com o movimento sindical operário. A participação nos movimentos de luta por moradia, de igualdade racial, de jovens e de atingidos por barragens somam 21% dos EES.

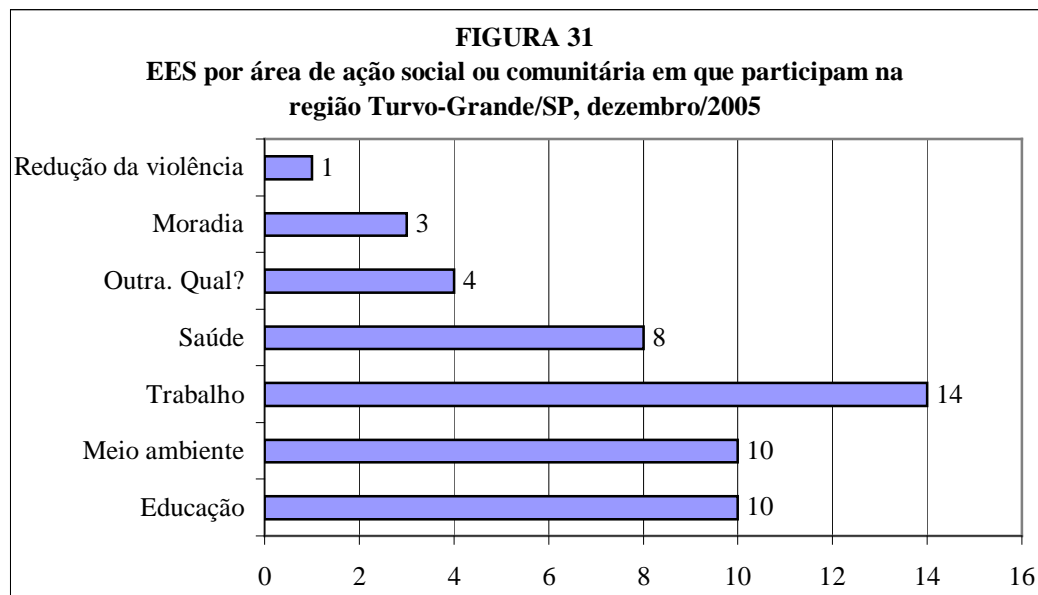
Dos EES pesquisados, 19 (45%) desenvolvem ação social ou comunitária. Este índice inclui os EES que atuam em movimentos sociais e populares (10). Entre aqueles que não atuam nos citados movimentos, nove participam em ações sociais ou comunitárias.

O índice apontado pode indicar em que medida dá-se a integração dos EES pesquisados com suas comunidades de trabalho, as relações com outros grupos sociais, a inserção de seus associados (as) e a interação em processos de empoderamento e de responsabilidade coletiva.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 31 mostra que os EES pesquisados que participam ou desenvolvem ações sociais e comunitárias (19), concentram seus esforços na garantia de políticas públicas básicas em suas comunidades, nas áreas: trabalho (28%), ambiente (20%) e educação (20%).

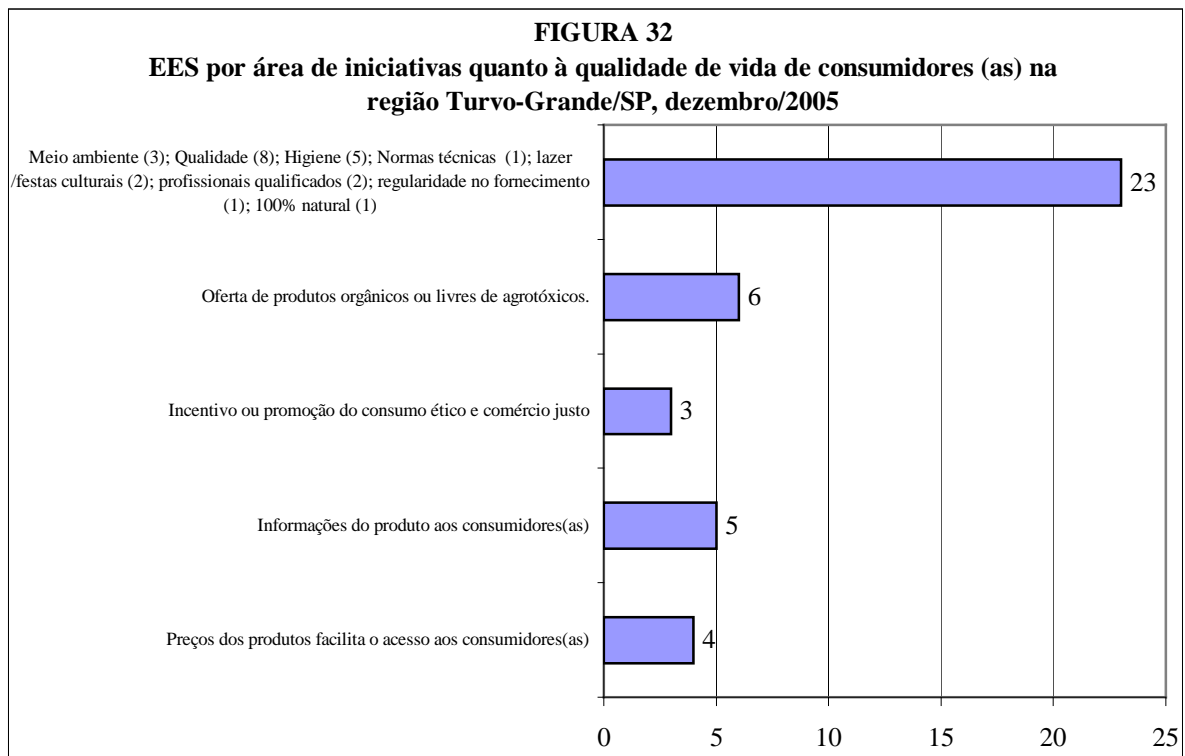


FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A pesquisa indicou, também, que 71% dos EES pesquisados manifestaram sua preocupação com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos ou serviços cooperativados e demonstra-a com iniciativas concretas, conforme consta da Figura 32.

A Figura 32 ressalta que as iniciativas indicadas pelos EES que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos concentram-se em qualidade e higiene, oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e informações sobre o produto aos consumidores (as). Os demais EES apontam suas iniciativas na oferta de preços que facilitem o acesso aos produtos e no incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo.

O incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo é área apontada por somente três EES. Considerando-se a importância da construção de mercado alternativo de consumo dos produtos cooperativados, como estratégia de formação de cultura solidária, foram poucos os EES que indicaram iniciativas na área.



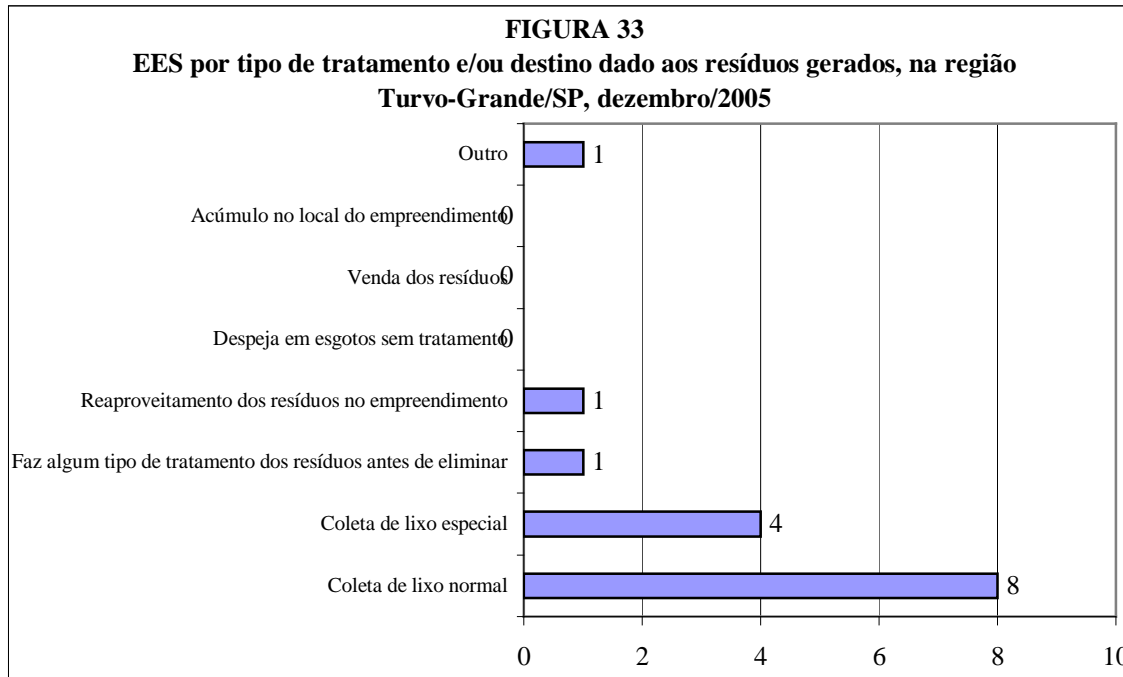
FONTE: Elaboração Própria, 2005.

A Figura 33 revela que 71% dos EES (30) não geram nenhum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) em suas atividades de geração de produtos ou de serviços.

Os 29% dos EES (12) que geram resíduos, adotam alternativas de tratamento e/ou destinação, como segue: 52% destinam-nos à coleta de lixo convencional e 27% à coleta especial de resíduos. Destaca-se que 15% dos EES que geram resíduos reaproveitam os mesmos ou fazem algum tipo de tratamento antes de disponibilizá-los.

Ressalta-se que as ações relacionadas à questão ambiental compreendem a principal atividade econômica de 17% dos EES, que atuam na coleta, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis, processos denominados como “reciclagem”.

Juntam-se a estes sete EES mais dois outros, um que atua na coleta de materiais potencialmente criadouros do mosquito da Dengue, e outro que desenvolve ações de preservação ambiental, diretamente ou na elaboração de projetos para intervenção.



FONTE: Elaboração Própria, 2005.

Acrescenta-se que a maioria (95%) dos EES pesquisados não conta com orientação sobre o movimento de economia solidária e que todos gostariam de receber informações sobre os fóruns, as redes, as conferências e os conselhos nas diferentes instâncias, bem como, participar de atividades de extensão e de eventuais catálogos coletivos de divulgação.

3.2.7 Considerações sobre os EES estudados na região Turvo-Grande/SP.

A pesquisa com os EES criados pelos trabalhadores na região Turvo-Grande/SP facilitou a compreensão de um quadro de dispersão e isolamento que condiciona a criação de estratégias para o enfrentamento coletivo (EES) das dificuldades de desenvolvimento e consolidação de experiências alternativas em uma sociedade capitalista.

Mesmo assim, constata-se que as experiências não reproduzem integralmente o modo de produzir capitalista. Os EES utilizam, simultaneamente, estratégias de resistência à marginalização, de sobrevivência e de reciprocidade, revelando o momento de transição em que se encontram na busca de alternativas para o desenvolvimento e consolidação.

Os EES buscam organizar o processo de trabalho em autogestão, integrando instrumentos, recursos, objetos de produção e produtos.

A motivação inicial que prevaleceu para a criação dos EES aponta a escolha do trabalho associado, autogestionário, como principal alternativa aos trabalhadores desempregados e outros que buscam o aumento da renda familiar.

As formas de organização implementadas, na região Turvo-Grande/SP, resultam de adequação à exigência de formalização e estruturação dos EES, quase sempre precoce, para viabilizar o acesso ao mercado comprador e fornecedor e ao setor financeiro, tendo em vista a necessidade de obtenção de crédito para aquisição de equipamentos e financiamento da produção.

Os trabalhadores dos EES ainda não têm, com exceções, a propriedade das áreas e prédios onde estão instalados os empreendimentos, mas já detém coletivamente a maior parte dos equipamentos e instrumentos utilizados no processo de trabalho. A presença de relações de dependência condiciona a efetividade dos EES enquanto projeto de democratização do trabalho.

Em ambas as formas, associações e cooperativas, os EES apontam ampla participação dos trabalhadores associados nas decisões, bem como o acesso às informações produzidas no cotidiano da gestão do empreendimento. Essas referências tendem a apontar a gestão coletiva como processo autogestionário em construção pelos trabalhadores. A formalidade com que muitos EES tratam a participação dos associados pode reduzir as expectativas de democratização do trabalho.

A pesquisa revela a existência de processo autogestionário, com a participação nas assembleias e reuniões dos coletivos, como também nas relações informais, configurando a discussão e a tomada de decisões um momento da produção no cotidiano.

As experiências estudadas na região Turvo-Grande/SP situam-se no campo de alternativas de desenvolvimento, pela prioridade à dimensão econômica no processo de construção da sustentabilidade. Dentre eles, há um EES constituído no modo de trabalho em comunidade, que avançou no sentido alternativo ao desenvolvimento, resistindo às diversas estratégias de cooptação e agressão. Ainda assim, esta experiência está muito distante do

acúmulo obtido pela Comunidade Yuba, em termos de expressão cultural e vivência em comunidade, com cooperação, equidade e solidariedade.

Assim, os EES estudados parecem se encontrar, na prática, em um estágio intermediário entre a economia popular informal que desenvolve relações capitalistas e a construção de modo solidário de se produzir e distribuir, mas ainda, reconhece-se a existência de um evidente potencial de superação da formação atual.

Os EES mostram ainda uma situação de fragilidade e com muitas dificuldades à frente, o que faz lembrar Santos (2002, p.26), sobre o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas, cuja análise deve considerar o seu caráter anti-sistêmico, o que as tornam aparentemente frágeis e incipientes. Daí propõe para a análise “uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas”.

Entende-se que somente a implementação de políticas públicas de caráter emancipatório, que facilitem a ampliação das experiências com novos EES e o fortalecimento dos existentes, e os integrem às suas comunidades e movimentos sociais, organizando-os em redes de cooperação, do local ao global, poderá garantir o empoderamento da economia solidária frente ao mercado formal.

Acrescenta-se que a viabilização dos EES e a sua configuração como prática social alternativa somente pode realizar-se na reflexão crítica do processo de trabalho - práxis, onde os trabalhadores reproduzem a si mesmos como sujeitos, e se transformam no tempo coletivo em protagonistas de um sistema de autogestão, alternativo à prática capitalista.

“Trata-se, assim, de retomar a autonomia das pessoas coletivas no que se refere à posição central e fundamental do trabalho vivo e da cidadania”, como afirmou Singer (1998, *apud* Quijano, 2002, p.490). Como também, de garantir que o Estado cumpra o seu papel como indutor de desenvolvimento, criando espaço fértil ao fomento de novas experiências alternativas e fortalecimento das existentes.

3.3 Identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária.

A pesquisa de identificação das políticas públicas relacionadas à economia solidária, implementadas nos municípios onde atuam os EES, envolveu as Prefeituras e entidades, ambas desenvolvendo atividades de apoio aos grupos comunitários e empreendimentos constituídos. Obtiveram-se informações de 53% dos municípios com EES, em contato com os gestores públicos e agentes de entidades de apoio, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Municípios* com EES na Região Turvo-Grande/SP, 2006.

Municípios	População	PEA	EES
São José do Rio Preto	358.523	250.500	12
Catanduva	105.847	71.900	3
Barretos	103.913	70.800	1
Votuporanga	75.641	52.405	2
Mirassol	48.327	33.066	2
Jales	46.186	31.928	1
Santa Fé do Sul	26.512	18.056	6
Guapiaçú	14.086	9.783	3
Icém	6.772	4.443	1
Amostra	785.807	542.881	31
Universo dos 17 Municípios	929.041	639.664	42
Relação Amostra/Universo	85%	85%	74%

FONTE: IBGE - Censo 2000 (Reorganizado pelo Autor).

* Somente aqueles que constituíram a amostra sobre políticas públicas.

O não conhecimento sobre o conceito de economia solidária, seu papel e o movimento social organizado no País, que realizou de 26 a 29 de junho de 2006 a I Conferência Nacional, condicionaram a participação dos gestores públicos e, em parte, dos agentes de entidades, na pesquisa. Esses fatores, mais o baixo investimento dos municípios em políticas públicas de geração de emprego e renda, como estratégia de combate ao desemprego, provavelmente, funcionaram como limitadores na disponibilização de dados.

Constata-se o não envolvimento dos municípios com a política de economia solidária, a partir do discurso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de um município com PEA acima de 50 mil, ao informar: “Nós passamos [o questionário] para todos os setores competentes [da Prefeitura] para verificação e não temos nenhum programa ligado à economia solidária”.

A pesquisa obteve dados sobre políticas públicas implementadas nos municípios da região Turvo-Grande/SP, constantes na Tabela 11.

Tabela 11 - Políticas Públicas Relacionadas à ES na Região Turvo-Grande/SP, 2006.

Municípios	Assistência (doações)	Transferência Renda**	Políticas Públicas*				
			Capacitação	Incubação	Micro-crédito	Comercia- lização	Centro Público
São José R. Preto	Sim	6.561	Sistema "S"	Ares	Bco Povo/2002	Casa Ecosol Feiras	Conv. Senaes
Catanduva	Sim	2.290	Idem	Não	Bco Povo/2001	Feiras	Não
Barretos	Sim	4.880	Idem	Não	Bco Povo/2006	Feiras	Não
Votuporanga	Sim	3.336	Idem	Não	Bco Povo /2000	Feiras	Não
Mirassol	Sim	1.774	Idem	Não	Bco Povo2002	Feiras	Não
Jales	Sim	1.945	Idem	Não	Bco Povo/1999	Feiras	Conv. Senaes
Santa Fé Sul	Sim	676	Idem	Não	Bco Povo/2002	Feiras	Não
Guapiaçú	Sim	544	Idem	Não	Não	Feiras	Não
Icem	Sim	298	Idem	Não	Não	Feiras	Não

FONTE: Elaboração Própria. * Estão citadas as principais referências.

** Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família¹. Acesso em 30/6/2006.

Os dados registrados evidenciam a gestão tradicional dos municípios concentrando recursos nas políticas assistenciais e compensatórias, bem como, delegando aos órgãos públicos de outras instâncias do Estado e às organizações de reprodução ideológica patronal, o papel de formação para a inserção cidadã.

As entidades apontadas na pesquisa desenvolvem atividades tradicionais de capacitação em tecnologia e gestão, em especial as organizações especializadas que compõem o "Sistema "S" (SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAT, SENAR, SESI) incluindo aquela que representa, formalmente, a aprendizagem no cooperativismo brasileiro (SESCOOP) e que se constitui em extensão das ações e domínio da Organização das Cooperativas no Brasil (OCB).

Os EES contam também com o apoio de Universidades e Sindicatos, patronais e de trabalhadores, os quais não foram nomeados, dificultando a identificação.

Tabela 12 - Entidades de apoio apontadas pelos EES na Região Turvo-Grande/SP, 2006*

Entidades	Natureza Jurídica	Tipo de Vínculo	Participa de rede/fórum	Relações c/ ES	Abrangência da atuação
SEBRAE SP	Serv.Social Autônomo	Entidades Patronais Governo	Conselho Estadual	Assist.Gerencial Formação	Região do Est. S.Paulo
SENAI SP	idem	Idem – Indústria	idem	idem	Idem
SENAC SP	idem	Idem – Comércio	idem	idem	idem
SESI SP	idem	Idem - Indústria	idem	idem	idem
SESCOOP SP	idem	Idem - Cooperativismo	idem	idem	idem
CATI	Coordenadoria	Governo Estadual	Secretaria Agricultura	Assist.Técnica Extensão Rural	Estado de São Paulo
BANCO DO POVO	Programa	Secr.Est.Rel. Trabalho	Microcrédito	Financiamento	idem
CÁRITAS	ONG	Diocese Católica	Econ.Solidária	Formação, articulação e mobilização.	Região do Est.São Paulo
ARES	ONG	Movimento Social	Meio Ambiente	Formação e incubação	São J.R.Preto
INSTITUTO PRÁXIS	ONG	Movimento Social	Economia Solidária	Formação, articulação e mobilização.	Estado S.Paulo
			Meio Ambiente		

FONTE: Elaboração Própria. *Relacionadas à economia solidária.

Os municípios da região Turvo-Grande/SP, com EES em exercício, foram entrevistados informalmente na entrega e orientação do questionário de identificação de políticas públicas municipais em economia solidária. O questionário foi respondido por 53% dos municípios, embora precariamente. Este instrumento compõe-se das seguintes dimensões:

- Nível de estrutura da política pública;
- Participação social na construção da política pública;
- Implementação do programa e resultados;
- Recursos para execução do programa;
- Equipe de trabalho disponibilizada ao programa;
- Relações com outros programas e práticas.

3.3.1 Nível de estruturação da política pública

Não foi identificado um processo deliberado de construção de política pública governamental de economia solidária nos municípios pesquisados. A política de emprego nos municípios maiores está centrada na estratégia de incentivos à instalação de novas empresas mercantis, com concessões no âmbito da “guerra fiscal”.

Verificou-se, ainda, a existência de programas de geração de emprego e renda que incluem atividades de capacitação em práticas artesanais, qualificação profissional e formação de cultura empreendedora, desenvolvidas por gestores públicos e agentes das organizações do Sistema “S”.

Os municípios não prevêem no Plano Plurianual (PPA) ou na lei orçamentária anual a geração de emprego e renda e recursos para sua implementação, enquanto programa estruturado. A Prefeitura de Jales cogita encaminhar autorização legislativa para a realização de convênios e investimentos em atividades estruturantes em economia solidária. O município firmou convênio com a SENAES para o financiamento da construção de prédio e instalações de Centro Público de Economia Solidária. O projeto arquitetônico encontra-se em processo licitatório.

Em 2003, São José do Rio Preto também assinou convênio com a SENAES, para a implantação de Centro Público de Economia Solidária, incluindo o financiamento de reforma de prédio federal (CEAGESP), sendo que o repasse final dos recursos deu-se recentemente, tornando viável a instalação e funcionamento da Unidade.

Os municípios pesquisados não contam com legislação municipal que autorize investimentos em programas de geração de emprego e renda, de forma a orientar a implementação de políticas públicas específicas, com previsão orçamentária. O envolvimento do legislativo, até o momento, reduz-se às autorizações pontuais para assinatura de convênios.

Não se configura, assim, um programa consistente, pois não se constatam nas Prefeituras articulações institucionais com outras instâncias de governo e entre os seus órgãos diretivos, no sentido de unidade na formulação e execução de política pública integrada de inclusão social pelo trabalho, como componente essencial na construção de política pública de economia solidária.

3.3.2 Participação social na construção da política pública

Os municípios que desenvolvem programa de geração de emprego e renda realizam as atividades de capacitação, em parceria com a sociedade civil, integrando instituições religiosas, universidades, sindicatos, organizações não governamentais e outras, especializadas, do Sistema “S”.

O diagnóstico da realidade social foi a base utilizada pelos municípios no planejamento das atividades dos programas compensatórios assistenciais. A mesma base de dados orientou a realização de atividades de capacitação para o atendimento à demanda gerada pela população desempregada, embora com intervenções pontuais.

O principal canal de participação utilizado pela sociedade civil para reivindicar suas demandas é o Orçamento Participativo, nos casos de São José do Rio Preto e Jales. Nos demais municípios a articulação resulta de múltiplos contatos com gestores públicos, vereadores, etc.

Os municípios pesquisados não realizaram o Fórum Municipal de Economia Solidária, (FMES) como estratégia de participação popular e de construção de política pública em economia solidária, práticas sociais de democracia participativa.

3.3.3 Implementação do programa e resultados

Os municípios desenvolvem programas de distribuição de alimentos, para crianças, jovens e adultos, mais aqueles de transferência de renda, em convênio com os governos Estadual e Federal. Por exigência de alguns destes convênios, que estabelecem vínculos condicionantes para o recebimento dos benefícios, são realizadas atividades educativas com os beneficiários, pessoas e famílias reconhecidas como em estado de vulnerabilidade.

O programa de geração de emprego e renda implementado nos municípios busca envolver os beneficiários de programas compensatórios e assistenciais, bem como os membros dos EES constituídos com o apoio de gestores públicos governamentais, em atividades de capacitação e formação profissional. Em São José do Rio Preto estes EES constituem 25% dos identificados neste trabalho, assim a maioria deles não é envolvida em nenhum projeto.

Vários municípios realizam acompanhamento de grupos comunitários em atividades de capacitação em práticas artesanais, informática, culinária, corte e costura, etc. Somente São

José do Rio Preto mantém convênio com ONG que atua na incubação (formação autogestionária) de núcleos cooperativos em processo de constituição de cooperativa popular na área ambiental.

Foram apontados os programas federais, Agente Jovem, Bolsa Família e PRONAF, e os estaduais, Ação Jovem e Renda Cidadã, que promovem a transferência de renda, e Banco do Povo que envolve pequenos empreendedores e grupos interessados na formação de EES em processos de financiamento de infraestrutura e equipamento.

3.3.4 Recursos para execução do programa

Ficaram prejudicados os dados sobre os recursos físicos disponibilizados pelos municípios aos EES, com exceção de São José do Rio Preto que apontou a cessão de salas e barracões. Ressalta-se que, proximamente, este município e Jales estarão oferecendo aos grupos comunitários de geração de emprego e renda os espaços construídos para acolhê-los em atividades de capacitação e formação autogestionária, nos ambientes de cada Centro Público de Economia Solidária, quando inaugurados.

Os recursos utilizados pelos gestores públicos municipais e pelas organizações que com estes mantém convênios para a implementação de programas na área de emprego e renda, provêm de orçamento próprio dos órgãos públicos responsáveis por programas de combate ao desemprego e à exclusão. Os programas compensatórios contam com recursos conveniados com os governos Federal e Estadual.

3.3.5 Equipe de trabalho disponibilizada ao programa

Os profissionais que atuam como gestores públicos na coordenação do programa ou atividades pontuais em seus municípios, formam equipe de trabalho que, contraditoriamente, nem sempre se identifica com o projeto político de economia solidária, como também não milita em seu movimento.

A formação básica desses profissionais, que devem ser envolvidos em programas de mobilização e desenvolvimento de grupos e de educação popular, muitas vezes não é compatível com a demanda de experiências comunitárias facilitadoras para o trabalho com beneficiários dos programas compensatórios e assistenciais.

As equipes demandam formação em economia solidária para atuarem efetivamente na construção de sustentabilidade humana, como também dar conta das demandas geradas nas áreas de gestão, assistência técnica e operacional.

3.3.6 Relações com outros programas e práticas

O programa de geração de emprego e renda, onde e quando é realizado, envolve preferencialmente os beneficiários dos programas de transferência de renda e assistenciais. Verifica-se que a interação entre as atividades dos programas citados, pela sua fragilidade e descontinuidade, não configura sistema integrado de inclusão social pelo trabalho, nos municípios pesquisados.

A gestão dos programas de geração de emprego e renda não é compartilhada entre a Prefeitura a sociedade civil. A exceção fica com São José do Rio Preto, onde há um conselho gestor constituído e atuante com o programa de coleta seletiva de resíduos sólidos, o qual integra trabalhadores de cooperativa popular de coleta e beneficiamento de materiais recicláveis e gestores públicos das áreas de meio ambiente, assistência social, trabalho e cidadania.

Os EES mantêm relações determinadas com a economia capitalista em operações de compra e venda com o mercado. Não prevalece determinada forma de relacionamento, inclusive as relações se nos dão diferentes setores econômicos, onde os EES atuam no fornecimento de produtos e serviços e na aquisição de matéria prima e insumos.

3.3.7 Considerações sobre as políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária.

O estudo das políticas públicas não permitiu reconhecer a existência de um projeto pedagógico indicando processos educativos de emancipação dos trabalhadores. As políticas identificam-se com programas compensatórios, articulados com atividades de capacitação, pontuais, como práticas artesanais e de qualificação profissional.

Não se identificou a existência de experiências educativas de formação autogestionária, em processos de incubação de grupos comunitários e sua transformação em

EES, com o objetivo de construção do sujeito político, capaz de realizar a mudança social. Em termos, e com restrições, a exceção fica com um EES da área ambiental.

Os órgãos públicos, prefeitura e as organizações paraestatais que atuam na implementação de políticas públicas são funcionais ao desenvolvimento do capitalismo, por isso tendem a investir recursos mínimos em projetos de trabalhadores e quando o fazem, estabelecem condições de subordinação dos EES de forma a manter o controle político sobre as experiências. Assim, as prefeituras mantêm seu caráter assistencialista e paternalista, e buscam garantir que as iniciativas sejam apenas um paliativo à exclusão social.

O mecanismo de dominação das experiências no campo econômico tem como eixo a relação de troca condicionada por vínculos à participação em atividades que vão de uma ação educativa até uma reunião eleitoral. Assim, com base em programas assistenciais, compensatórios e redistributivos, incluindo a cessão de infraestrutura física, equipamentos e assistência educacional, as políticas públicas governamentais vão cumprindo o papel de reprodução do pensamento hegemônico.

As entidades de apoio são pouco expressivas na região, salvo aquelas estruturadas pelo aparelho estatal e outras com ele coligadas. Algumas são entidades religiosas, organizadas em rede. Outras organizações não governamentais trabalham somente nos municípios maiores. Todas as entidades desenvolvem políticas públicas como facilitadoras em projetos de associativismo e cooperativismo, em especial, com serviços de orientação em gestão e assistência técnica agrícola.

Essas entidades da sociedade civil reforçam o papel do Estado, pois mantêm vínculos contratuais e desenvolvem, por conseguinte, os programas com a Prefeitura. Na perspectiva de construção de políticas públicas de economia solidária, o movimento conta com poucos militantes gestores públicos e agentes de entidades.

A consolidação dos EES exige política pública de economia solidária com abrangência suficiente para a superação dos gargalos que condicionam o êxito das experiências na produção, comercialização e distribuição, marco legal, crédito e finanças, formação e tecnologia, difusão, participação e controle social.

Na região Turvo-Grande/SP não há investimento público que dê conta da diversidade de demandas dos EES existentes, como também não há ampla política pública de fomento à constituição de novos EES. Espera-se que os Centros Públicos de Economia Solidária que começam a ser implantados signifiquem uma resposta à esperança de trabalhadores desempregados e determinados ao caminho da produção não-capitalista.

3.4 Dificuldades da pesquisa

Determinados fatores possibilitaram a realização da pesquisa, como: a parceria com militantes do movimento de economia solidária, a experiência de apropriação de conhecimento, a receptividade e acolhimento dos grupos, a descoberta de outros grupos na mesma região, não apontados no cadastro DRT, e a divulgação do projeto de economia solidária na região Turvo-Grande/SP. No entanto, várias dificuldades foram enfrentadas e constituíram-se no desafio principal à consecução do trabalho.

Quanto à identificação e caracterização dos EES verificou-se que a inconsistência das informações obtidas com o cadastro DRT apontou muitos empreendimentos econômicos como sendo solidários, o que implicou na dispersão de tempo e recursos. Por outro lado, foram também difíceis os contatos com as instituições, agentes e gestores públicos para a ampliação do número de EES, diante da queda significativa daqueles apontados pelo cadastro.

O contato realizado com os EES não envolveu a intermediação ou presença dos gestores públicos e de agentes de entidades. Quando do contato para a obtenção de dados sobre as políticas públicas municipais, percebeu-se certo constrangimento, em especial no caso dos gestores públicos, por desconhecerem o movimento de economia solidária e, em alguns casos, a importância de experiências existentes em seu território.

A complexidade do questionário, escassez de recursos, desconhecimento do conceito e do movimento de economia solidária, localização e acesso aos empreendimentos, especialmente na zona rural; deslocamento dificultado pela indisponibilidade permanente dos meios de transporte, foram limites condicionantes do contato com os EES e suas lideranças, em especial quanto à duração do trabalho de pesquisa.

A identificação de políticas públicas municipais relacionadas à economia solidária também apresentou problemas. Ainda que contatados pessoalmente os gestores públicos municipais responsáveis pela questão do trabalho, com programas implementados ou não, além da resistência à participação, tiveram dificuldades para oferecer as informações orientadas pelo questionário, para a organização e relatório de pesquisa.

Somente nove municípios concordaram em participar da pesquisa respondendo as questões apresentadas. Ainda assim, alguns enviaram dados posteriormente alegando que não os tinha de forma organizada para oferecer à pesquisa. Os dados fornecidos foram incipientes, reduzindo a possibilidade de organização mais objetiva. Prevaleceram as informações obtidas aleatoriamente no contato informal para a entrevista.

As prefeituras não estão informadas sobre o programa nacional de economia solidária implementado pela SENAES/MTE, enquanto política e estratégia de desenvolvimento. A exceção ficou com três municípios que pretendem avançar nas estratégias de organização popular e apoio à constituição de novos empreendimentos econômicos solidários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hipóteses formuladas na pesquisa articulam-se em torno da exclusão social na região Turvo-Grande/SP, resultante da reestruturação produtiva, e das estratégias de resistência de trabalhadores ao conseqüente processo de marginalização. O trabalho de pesquisa verificou também a atuação das políticas públicas como facilitadoras da inclusão pelo trabalho.

Os resultados apontaram a economia regional em expansão, porém com maior precarização das relações e descarte da força de trabalho; e também a resistência de trabalhadores à marginalização, com práticas sociais alternativas, de sobrevivência e reciprocidade, geradoras de experiências que possibilitaram aos trabalhadores envolvidos experimentar ou, ao menos, visualizar a possibilidade de outra forma de se organizar a produção: por meio da gestão cooperativa e do controle coletivo dos meios de produção e de seus resultados, num processo de construção autogestionária, significando maior democratização do trabalho.

Ressalta-se que os empreendimentos econômicos solidários, ainda que recentes, obtiveram, a partir de 1990, conquistas significativas por meio de seus associados (as), como: produção coletiva, integrando infraestrutura e equipamentos; diversidade de atuação econômica; organização nas áreas rural e urbana, com cooperativas e associações; constituição e instalação principalmente com recursos próprios; motivação baseada na escolha do trabalho associado; formação em autogestão e cooperativismo; estabilidade no fluxo de associados (as); gestão participativa por meio de assembléia, diretoria e conselho fiscal; finanças garantindo a retirada mensal dos associados (as) e as sobras destinando-se aos fundos de reserva e investimento; envolvimento com o trabalho de $\frac{1}{4}$ dos associados (as); assalariamento equivalente a 2% do quadro associativo; na maioria dos empreendimentos, retirada mensal eqüitativa; poucos resíduos na produção, ainda assim reaproveitados ou tratados.

Todavia, as experiências autogestionárias enfrentam grande desafio no acesso ao mercado formal, diante da forte competitividade. A racionalidade do mercado impõe condições diante das quais as experiências apresentam-se frágeis, dispersas isoladas e dependentes. O enfrentamento de tal desafio condiciona o desenvolvimento das práticas sociais alternativas, sua organização, fortalecimento e integração em rede. Assim, o avanço das iniciativas econômicas solidárias no mercado formal depende da superação do estágio de estratégia de sobrevivência, com inserção econômica subordinada, para a condição de efetiva

reciprocidade, com produção em maior escala, organização em redes e integração do local ao global.

Na região, a economia solidária ainda não se configura como campo integrado e sistêmico, e sim como um coletivo de iniciativas econômicas de caráter associativo, diversamente organizado. O estágio atual desses empreendimentos exige ações afirmativas do Estado na implementação de políticas públicas de fomento, que sejam facilitadoras na formação autogestionária e indutoras de desenvolvimento que contemple o caminho alternativo.

O avanço das experiências tem perspectivas evidentes de ampliação e continuidade, mas exigem investimento governamental para a ampliação e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários existentes. Na contramão, o Estado e as políticas públicas têm sido funcionais ao desenvolvimento do setor privado, apenas para implementar políticas subordinadas e fragmentadas, sem força estruturante de projeto de desenvolvimento em economia solidária.

Evidencia-se assim o papel da SENAES, como agente público federal, em articulação com outras instâncias de governo, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e outros fóruns estaduais ou municipais, bem como, com movimentos sociais e instituições que atuam no campo da educação, da geração de renda e do cooperativismo rural e urbano, como Organizações Não Governamentais (ONGS) facilitadoras em economia solidária, na busca de implementação de políticas públicas de desenvolvimento alternativo, de sustentabilidade das experiências existentes e do fomento de novas.

É responsabilidade do Governo Federal o investimento em ações estratégicas de ampla capilaridade, com a criação de órgãos específicos e integrados regional e nacionalmente, acelerando a implementação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. As ações estratégicas devem priorizar a facilitação do processo de organização popular, constituição de grupos comunitários de geração de renda, associações e cooperativas populares e de formação autogestionária em incubadoras tecnológicas públicas.

O acesso ao fundo público por meio de políticas governamentais, além de direito social dos trabalhadores, é estratégia facilitadora da evolução e consolidação dos EES na luta pela maior democratização do trabalho.

É necessário constatar que a economia solidária é recente na agenda política do País, e está em processo de construção como esfera pública. Nesta fase, busca-se identificar os sujeitos políticos e posicionar-se no cenário brasileiro como estratégia e política de construção de sociedade sustentável, democrática e socialmente justa.

Entende-se a economia solidária como uma ação transformadora, que parte de uma práxis efetiva – ação consciente de mudança nas relações de trabalho – destinada a superar o enorme vazio existente no campo do emprego e a condicionar a atividade econômica à construção de espaços coletivos e à constituição de sujeitos, num projeto ético de sustentabilidade humana.

A política pública governamental de economia solidária deve considerar a diversidade dos sujeitos, das organizações e demandas, ter um caráter universal e redistributivo de renda, bens e recursos, promover o acesso aos direitos sociais e ao desenvolvimento solidário, dinamizando a economia regional e criando alternativas de sustentabilidade.

Nesse ambiente, a ação concreta de sujeitos, construída no empreendimento autogestionário, poderá significar a democratização do trabalho. Essa compreensão entende o ser humano como sujeito no espaço coletivo de trabalho, lugar de constituição de sujeitos e subjetividades, em processo de autogestão.

Defende-se assim, a economia solidária como processo alternativo de produção, baseado em novas relações de trabalho, que depende de ações estratégicas de desenvolvimento humano, e de estruturação de política pública governamental voltada para a construção de uma sociedade plural, no sentido cultural, racial e democrático. Um Estado amplo que garanta espaço fértil ao fomento e fortalecimento de experiências, e que integre a diversidade de formas de se produzir e viver cooperativamente.

Uma transformação da economia brasileira capaz de promover o desenvolvimento com distribuição de riqueza e crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, poderá ser fruto do avanço de estratégias semelhantes às experiências em economia solidária, mas exige aliança entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade, com clara demarcação da plataforma de políticas públicas.

Este trabalho revelou que as conquistas dos trabalhadores associados refletem aspectos essenciais à compreensão do papel de suas experiências, não só como estratégias de resistência à marginalização engendrada pelo modelo dominante, mas também como práticas sociais de sobrevivência e reciprocidade, revelando nova tendência na construção de potencial contra hegemônico.

O conhecimento de particularidades e evolução desses aspectos como condicionantes na constituição de sujeitos e na construção do potencial dos EES, enquanto espaço coletivo de democratização do trabalho, será objeto de novos estudos que possibilitem saber o que tem cada experiência de confirmação ou de ruptura em relação ao modelo hegemônico.

Os novos estudos buscarão, também, interpretar a forma como os movimentos, grupos informais, comunidades, associações, cooperativas e outros EES, resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios de autogestão, cooperação e solidariedade.

Enfim, conclui-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) não apenas fazem parte de um processo de cooptação, revelando vulnerabilidade e ambigüidade, dispersão e isolamento, mas representam, principalmente, um sistema de inovação, resistência e reciprocidade, capaz de gerar modelos de democracia (autogestão) e impactar favoravelmente a vida de seus protagonistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, Glauco e outros (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001. 374 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO (ANTEAG),. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2000. 143 p.

_____. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. v.1, São Paulo: ANTEAG, 2004. 380 p.

_____. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. v.2, São Paulo: ANTEAG, 2005. 192 p.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003. 125 p.

BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 186 p.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

CARBONARI, Paulo C. **Economia Popular Solidária: possibilidades e limites**. Seminário Regional de Trabalho e Economia Popular Solidária. Passo Fundo: IFIL, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466 p.

COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS (CPTI),. **Subsídios Técnicos para a Gestão de Recursos Hídricos, visando ao Desenvolvimento Econômico Regional**. Relatório técnico 048/2004. São Paulo: Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo-Grande/FEHIDRO, 2004. 1 CD Room.

CRUZ, Antonio. **Uma Contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Campinas: ITCP/Unicamp, 2002.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Org.). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001. 388 p.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 257 p.

ESPÍNOLA SORIANO, Ruth N. **Socioeconomia Solidária enquanto Política Pública**. Rio de Janeiro: Monografia, EPPG/IUPERJ/UCAM, 2003. 50 p.

FERREIRA, Valdir; GALLO, Zildo; SILVESTRE, Antonio L. **Economia Solidária: estratégia riopretense de inclusão social e econômica.** Colóquio de Economia Solidária. Araraquara: Uniara, 2005. 33p.

_____. **O Marco Legal e a Organização em Rede: o caso da Coopão.** Colóquio de Economia Solidária. Araraquara: Uniara, 2005. 16 p.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p.

_____. **Em busca de Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. 100 p.

GAIGER, Luiz I. **A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista.** Porto Alegre: Cáritas Brasileira/RS e os Governos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, com apoio do CNPQ e FAPERGS (mimeografado), 2002. 19 p.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária, Fundamento De Uma Globalização Humanizadora.** Porto Alegre: FSM, 2002. 82 p

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000.**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT); COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO-GRANDE/SP. **Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos e Estabelecimento de Diretrizes Técnicas para a Elaboração do Plano da Bacia.** Relatório Zero, 2002. 356 p.

JAKOBSEN, Kjeld e outros. **Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 64 p.

KISCH, Rosana. **As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de um projeto alternativo.** Brasília: UNB, 2004. 13 p.

LOPES, José C. C. **A Voz do Dono e o Dono da Voz.** Trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril. São Paulo: Hucitec, 2000. 461 p.

MELO NETO, Joaquim J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto.** Fortaleza-CE: Expressão Gráfica, 2003. 118 p.

NASCIMENTO, Cláudio. **A Autogestão e o Novo Cooperativismo.** Brasília: MTE/SENAES, 2004.

MTE/SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE/SENAES, 2006. 60 p.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, 2002.

PARRA, Henrique Z. M. **Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia.** Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. 265p.

QUIJANO, Aníbal. **Sistemas Alternativos de Produção.** In: SANTOS, Boaventura S., **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

ROUILLÉ, D'orfeuil Henri. **Economia Cidadã: alternativas ao neoliberalismo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 199 p.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 199 p.

_____. **Desenvolvimento.** Palestra proferida no Ministério da Justiça. Brasília: 2002.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, Sebrae, 2004. 151 p.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

_____. **O Futuro do FSM: o trabalho da tradução.** *Revista Democracia Viva*, [s.l.:s.n.], 25, janeiro/fevereiro de 2005. 12 p.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Portugal: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, n. 63, outubro de 2002.

_____. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHWENGBER, Ângela; GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: a contribuição dos gestores públicos.** Rio de Janeiro: Rede de Gestores/ITCP COOPPE/UFRJ, 2004. 92 p.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade.** 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

_____. **Sobre Ética e Economia.** 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S., **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

_____. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Texto para discussão. Brasília: MTE/SENAES, 2004. 5 p.

_____. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **O novo pensamento econômico socialista**. Entrevista de Paul Singer a Renato Rovai e Anselmo Massad. *Revista Fórum Outro Mundo em Debate*. São Paulo: outubro de 2004. 42 p.

_____. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Discurso de posse como Secretário Nacional de Economia Solidária no MTE**. Brasília: MTE, 2003.

STROCH, Paula Y. (org). **Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

ZARPELON, Sandra R. **A Esquerda não Socialista e o novo Socialismo Utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o Cooperativismo da CUT**. Dissertação, Campinas: Unicamp, 2003. 157 p.

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 13 - Evolução da População Residente nos Municípios com EES na Região Turvo-Grande/SP: 1980 a 2000; Projeção Demográfica para 2010 e 2020.

Municípios	População Residente				Taxa Cresc	
	1980	1991	1996	2000	91/80	96/
Barretos	72.768	95.414	100.646	103.913		
Catanduva	72.865	93.317	100.942	105.847	2,27	
Cosmorama	8.638	7.830	7.316	7.372	-	
Fernandópolis	46.996	56.144	59.026	61.647	1,63	
Guapiaçu	6.758	10.660	12.566	14.086	4,23	
Icem	5.187	6.100	6.638	6.772	1,48	
Ipiruá	ND	ND	2.688	3.476	ND	
Jales	38.601	45.956	45.313	46.186	1,60	
Olímpia	31.787	42.907	44.879	46.013	2,76	
Mirassol	28.309	39.286	43.851	48.327	3,02	
Mirassolândia	2.701	3.020	3.415	3.741	1,02	
Onda Verde	2.015	2.829	2.919	3.413	3,13	
Palestina	9.018	9.011	8.866	9.100	-	
Paulo de Faria	6.638	8.319	8.511	8.472	2,07	
Santa Fé do Sul	20.370	23.110	25.621	26.512	1,15	
São José Rio Preto	188.599	283.761	326.315	358.523	3,78	
Votuporanga	52.279	66.166	69.863	75.641	2,16	
Região Turvo-	767.864	968.546	1.061.264	1.117.250	2,13	

FONTE: Relatório Zero, Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo-Grande, IPT, 2000. * Taxa Geométrica de Crescimento Anual – TGCA. (Reorganizado pelo Autor).

ANEXO B

Tabela 14 - População Economicamente Ativa X Emprego Formal no Ano 2000, Municípios com EES na Região Turvo-Grande/SP.

Municípios	População			PEA	Agro-pecuária	Emprego Formal			PEA x Emprego Formal	
	Urbana	Rural	População Residente			Comércio Serviços	Indústria	dm. Direta		total Emprego
Barretos	98.860	5.053	103.913	70.800						
Catanduva			105.847	71.900	2.254	6.626	10.934	1.916	21.730	30,22
Cosmorama	04.268	579	7.372	5.016	116	95	79	164	454	9,05
Fernandópolis	304	068	61.647	42.270	548	2.300	4.803	902	8.553	20,23
Guapiaçu	9.143	504	14.086	9.783	430	1.499	409	392	2.730	27,91
Icem	1.887	704	6.772	4.443	70	124	186	238	618	13,91
Ipiguá			3.476	2.314	406	63	57	105	631	27,27
Jales	944	532	46.186	31.928	229	1.028	3.661	940	5.858	18,35
Olímpia	42.339	3.847	46.013	30.703	1.754	2.229	2.705	877	7.565	24,64
Mirassol	2.643	370	48.327	33.066	216	4.375	2.996	933	8.520	25,77
Mirassolândia	6.575	752	3.741	2.508	83	16	25	127	251	10,01
Onda Verde	124	17	3.413	2.273	454	311	41	108	914	40,21
Palestina	319	094	9.100	6.177	353	83	124	174	734	11,88
Paulo Faria	228	872	8.472	5.522	246	41	152	246	685	12,40
Santa Fé Sul	443	029	24.911	18.056	89	749	1.856	682	3.376	18,70
S. J. Rio Preto	337.289	21.234	358.523	250.500	745	16.816	46.231	4.082	67.874	27,10
Votuporanga	72.807	2.834	75.641	52.405	257	5.218	5.580	1.071	12.126	23,14
Região Turvo-Grande	1.015.433	101.817	1.117.250	763.821	22.319	52.166	86.184	21.619	182.288	23,87

FONTE: Relatório Zero, Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo-Grande, IPT, 2000. (Reorganizado pelo

Municípios	EES	Ano de Início	Forma de Organização	Área de Atuação	Principais Atividades Econômicas
Barretos	Cooperativa de Reciclagem de Barretos	2005	Cooperativa	Urbana	Reciclagem de materiais
Catanduva	Associação de Catadores de Papelão e Papel	1998	Associação	Urbana	Reciclagem de materiais
	Cooperativa de Artesanato “Arte e Mão”	2004	Cooperativa	Urbana	Acab. em fios e
	Cooperativa “Fio e Linha”	1996	Cooperativa	Urbana	Fabricação de Artefatos Têxteis
Cosmorama	Associação de Produtores Rurais do Córrego	1995	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Pecuária
Fernandópolis	Cooperativa de Trabalhadores Consultores	2002	Cooperativa	Rural/Urbana	Atividades relacionadas à Agropecuária
	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	2001	Associação	Urbana	Reciclagem de materiais
Guapiaçu	Associação de Produtores de Leite de Guapiaçu	2001	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Pecuária
	Grupo de Trabalhadores e Geração de Renda	2003	Gr.Informal	Urbana	Fabric. prod. Padaria, Confeit. e
	Assoc. de Produtores de Borracha de Guapiaçu e	2001	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agroindústria
Icém	Associação de Pescadores Profissionais de Icém	1996	Associação	Rural	Pesca, Agricultura e Apicultura
Ipiranga	Associação de Produtores Agropecuários	2002	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agropecuária
Jales	Cooperativa Agrícola Mista Produtores Região de	1993	Cooperativa	Urbana	Ativid. relacionadas à
Mirassol	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	2004	Associação	Urbana	Reciclagem de materiais
	Associação de Produtores Rurais de Mirassol	2003	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agricultura
Mirassolândia	Associação de Peq. Produtores Rurais	1998	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agricultura
Olímpia	Associação Produtores Rurais Bairro Capituvã e	2000	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agricultura
Onda Verde	Associação do Grupo de Leite do Cipó Torto e	2003	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Pecuária
	Cooperativa de Prod. Rurais de Onda Verde e	2001	Cooperativa	Rural/Urbana	Atividades relacionadas à Pecuária
Palestina	Cooperativa Agropecuária Mista da Região de	1993	Cooperativa	Rural/Urbana	Atividades relacionadas à Agropecuária
Paulo de Faria	Cooperativa de Trabalhadores em Confecção	2004	Cooperativa	Urbana	Fabricação de Artefatos Têxteis

FONTE: Elaboração Própria, 2005

Municípios	EES	Ano de Início	Forma de Organização	Área de Atuação	Principais Atividades Econômicas
Paulo de Faria	Cooperativa de Trabalhadores em Confecção de P.Faria	2001	Cooperativa	Urbana	Fabricação de Artefatos Têxtes
Santa Fé do Sul	Associação de Pequenos Produtores Rurais	2001	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agropecuária
	Associação de Produtores Rurais “Dr. Hélio Oliveira”	1999	Associação	Rural	Atividades relacionadas à Agropecuária
	Assoc.Trabalhadores na Cadeia Produtiva da Piscicultura	2004	Associação	Rural/Urbana	Atividades relacionadas à Aqüicultura
	Cooperativa de Produtores de Artefatos de Cimento	1998	Cooperativa	Urbana	Fabricação de Artefatos de Cimento
	Cooperativa Regional de Pesca e Aqüicultura	2003	Cooperativa	Rural/Urbana	Ativ. relacionadas à Pesca e Aqüicultura
	Cooperativa de Recicláveis “Luxo do Lixo”	1998	Cooperativa	Urbana	Reciclagem de Materiais
São José do Rio Preto	Associação Comunitária “Caminho da Luz”	1990	Associação	Urbana	Horticultura e Reciclagem de Materiais
	Associação Riopretense de Vendedores Ambulantes	1991	Associação	Urbana	Comércio Têxteis, Vestuário e Calçados
	Real Independente Sociedade de Concerto Musical	2000	Associação	Urbana	Atividades Artísticas: Teatro, Música,etc
	Associação Cultural, Ambiente e Artesãos	2005	Associação	Rural/Urbana	Artesanato e Preservação Ambiental
	Assoc. de Artistas e Artesãos de Engenheiro Schimidt	2002	Associação	Urbana	Acab. em fios eA rtef.Têxteis/Artesanato
	Associação de Condutores de Veículos de Tração Animal	2001	Associação	Urbana	Transporte Rodoviário de Cargas
	Cooperativa de Produção de Vestuário de S.J.Rio Preto	2001	Cooperativa	Urbana	Fabricação de Artefatos Têxteis
	Cooperativa de Radiotáxi de São José do Rio Preto	1997	Cooperativa	Urbana	Transporte Rodoviário de Passageiros
	Cooperativa de Panificação e Confeitaria de S.J.Rio Preto	2002	Cooperativa	Urbana	Fabric. prod. Padaria, Confeit. e Partelaria
	Cooperativa de Coleta e Transporte de Pequenas Cargas	2005	Cooperativa	Urbana	Transporte Rodoviário de Cargas
	Cooperativa de Jardinagem de São José do Rio Preto	2005	Cooperativa	Urbana	Atividades de Jardinagem e Paisagismo
Coop.Coleta Seletiva, Benefic. e Transf. Mat. Recicláveis	2004	Cooperativa	Urbana	Reciclagem de Materiais	
Votuporanga	Cooper. Agropecuária e Apicultores da Região Noroeste	2005	Cooperativa	Rural/Urbana	Atividades relacionadas à Apicultura
	Cooperativa de Agricultura Familiar de Votuporanga	2000	Cooperativa	Rural	Ativid. relacionadas à hortifrutigranjeiros

FONTE: Elaboração Própria, 2005.